

2017 RELATÓRIO E CONTAS

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.



 **MAPFRE** | SEGUROS

A MAPFRE comprometeu-se a ser uma empresa de destaque no domínio da sustentabilidade ambiental, encontrando-se entre as organizações com melhor desempenho mundial na mitigação e adaptação às alterações climáticas. Em 2017, pelo sexto ano consecutivo, a Companhia alcançou a classificação máxima do Pacto Global das Nações Unidas, posicionando-se como uma empresa que incorpora as melhores práticas de direitos humanos e conservação ambiental. Também a organização CDP-Driving Sustainable Economies condecorou a MAPFRE como uma das empresas líderes contra as mudanças climáticas e a redução das emissões na atmosfera, incluindo-a na Climate A-List.

Em Portugal, a MAPFRE desenvolve com os seus colaboradores diversas ações de prevenção, conservação da natureza e da biodiversidade, poupança e eficiência energética.



United Nations
Global Compact



**Um trabalho contínuo que
comprova o empenho em dar
resposta ao desafio global
das alterações climáticas.**

Índice

1. Órgãos Sociais	4
2. Relatório de Gestão	6
3. Contas Anuais 2017	28
4. Notas às Demonstrações Financeiras	38
5. Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	134



1.

Órgãos Sociais

A MAPFRE foi reconhecida como uma das empresas líderes a nível global pelas suas medidas e estratégias de gestão de temas ambientais

O aperfeiçoamento do desempenho da Companhia como prestador de serviço é um fator fundamental e imprescindível para conseguir combater as mudanças climáticas.

Conselho de Administração (2015 | 2018)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Vice-Presidente

Juan Fernández Palacios

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva (não é vogal)

Vogais

Andrés Jiménez Herradón

António Luís de Azevedo Portela

Ignacio Baeza Gómez

Javier del Río Martín

José Luis Catalinas Calleja

José Luis Joló Marín

Luis Anula Rodriguez (e Administrador-Delegado)

Miguel Pedro Caetano Ramos

Mesa da Assembleia Geral (2015 | 2018)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Luis Anula Rodriguez

Conselho Fiscal (2017-07 | 2018)

Presidente

José Vieira Bernardo

Vogais

Pedro Manuel Travassos de Carvalho

Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos

Suplente

José Emílio Cordeiro Fernandes

Sociedade Revisora Oficial de Contas (2017 | 2019)

**KPMG & Associados, Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**, representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes

Suplente

Ana Cristina Soares Valente Dourado





2.

Relatório de Gestão

A MAPFRE foi condecorada pela sua atuação em relação às mudanças climáticas

Encontra-se entre as 14 companhias espanholas que fazem parte da lista de empresas líderes pela sua estratégia, gestão transparente e iniciativas em resposta às mudanças climáticas.

1. A Economia

A economia mundial terá apresentado em 2017 uma evolução bastante positiva, acelerando a taxa de crescimento para 3,6% face aos 3,1% do ano precedente, tendência esta que se começou a fazer notar ainda no segundo semestre de 2016 e se reforçou ao longo do primeiro semestre de 2017, impulsionada por um contexto favorável dos mercados financeiros e de recuperação das economias avançadas.

Isso mesmo é avançado pelo Fundo Monetário Internacional no seu *World Economic Outlook*, publicado no mês de outubro, o qual aponta como razão principal para essa evolução o comportamento acima do esperado das economias da Área Euro, do Japão, da Rússia e dos países emergentes Europeus e Asiáticos, nomeadamente da Turquia e da China onde o crescimento se manteve forte, facto que permitiu mais do que compensar uma revisão em baixa do crescimento nos Estados Unidos da América e no Reino Unido.

No entanto, apesar do referido clima de crescimento e do otimismo generalizado vivido pelos mercados financeiros, demonstrado pelos ganhos continuados no segmento de ações, verificou-se um comportamento menos consistente dos preços das *commodities* e da taxa de inflação, indicadores que se mantiveram generalizadamente baixos.

No caso das *commodities*, destaca-se o preço do petróleo que sofreu o efeito de uma oferta superior à que se antecipava, com o consequente impacto negativo nos ganhos derivados das exportações dos países produtores. Disso beneficiaram os países consumidores, entre eles Portugal, que assim viram minorada a sua fatura energética.

Por sua vez, a persistência da taxa de inflação num nível reduzido parece radicar, por um lado, no crescimento salarial ainda moderado nas economias avançadas, derivado do ajustamento em curso na taxa de desemprego e, por outro lado, na diminuição das desvalorizações, ou até mesmo em alguns casos de valorizações, das moedas das economias emergentes em relação ao dólar.

No que respeita concretamente à economia portuguesa, importa destacar um crescimento significativo do PIB, apontando a generalidade das projeções para uma percentagem em torno de 2,6%, no final do ano 2017, em comparação com 1,2% no ano anterior.

De acordo com os indicadores disponíveis, esta evolução baseou-se no incremento da procura privada, especialmente significativo no caso do investimento, cuja taxa de crescimento esperada, segundo as previsões do Banco de Portugal, é de 8,3% face a 1,6% no ano 2016.

Em termos sazonais, o crescimento do PIB foi mais forte no primeiro semestre, mesmo acima do que se verificou na Área Euro, tendo ocorrido no terceiro trimestre uma pequena desaceleração, período em que se situou sensivelmente ao mesmo nível daquela Área. Desta forma, no conjunto dos três primeiros trimestres, observou-se um diferencial positivo, interrompendo um longo período de divergência que se prolongava desde o ano 2000, com uma exceção episódica no ano 2009.

A *performance* menos robusta do terceiro trimestre resultou de abrandamentos nos crescimentos das exportações e do investimento, que não chegaram a ser compensados pelo incremento verificado no consumo privado, o qual foi impulsionado pela aquisição de bens duradouros, nomeadamente automóveis, cujas vendas no segmento de ligeiros de passageiros aumentaram 7,7% até novembro face ao mesmo período de ano anterior.

Este fortalecimento do consumo privado parece ter decorrido da conjugação favorável de vários fatores: aumento do rendimento disponível, manutenção de condições favoráveis ao financiamento e melhoria do mercado de trabalho.

Com efeito, as taxas de juro mantiveram-se em níveis historicamente baixos, sendo negativas nos prazos mais curtos (-0,3% a Euribor a 3 meses), beneficiando da política acomodatória do Banco Central Europeu, entidade que manteve o programa de estímulos implementado há alguns anos.

No que concerne ao mercado de trabalho, a melhoria consubstanciou-se numa descida da taxa de desemprego, que se deverá ter reduzido para 8,9%, de acordo com as previsões do Banco de Portugal, começando a aproximar-se do nível habitualmente considerado como de pleno emprego.

Ainda que esta descida da taxa de desemprego tenha sido uma notícia bastante positiva, deve reconhecer-se que foi, por outro lado, a razão principal para que o crescimento do PIB não se tenha refletido ainda no desejado aumento da produtividade, a qual tem vindo a cair ao longo dos últimos anos, tendência esta que urge inverter.

Fruto da melhoria da atividade económica, o *deficit* das contas públicas continuou a trajetória descendente, devendo terminar em torno de

Fruto da melhoria da atividade económica, o *deficit* das contas públicas continuou a trajetória descendente, devendo terminar em torno de 1,2% do PIB, o que representa uma descida de praticamente 1 ponto percentual em relação aos 2,1% do ano anterior.

1,2% do PIB, o que representa uma descida de praticamente 1 ponto percentual em relação aos 2,1% do ano anterior, percentagem que já se tinha constituído como a mais baixa da história da democracia portuguesa.

A *performance* do ano 2016 permitiu a saída de Portugal do procedimento por *deficit* excessivo no âmbito da União Europeia, facto que, em conjunto com a evolução favorável dos restantes indicadores económicos, levou as agências Standard & Poors e Fitch a subir o nível de *rating* da dívida pública, juntando-se assim à DBRS na classificação de *investment grade*, o que permitiu alargar o leque de potenciais investidores, facto que teve imediata repercussão no recuo das taxas de juro associadas, situando a taxa de referência de emissões a 10 anos abaixo de 2%, nível que passou a ser mesmo inferior ao da dívida Italiana.

Em função dos comentários anteriores, parece não haver dúvida que tanto a economia mundial como a portuguesa, em particular, entraram num ciclo positivo, deixando definitivamente para trás o período de recessão pelo qual passaram, sendo nesse sentido que se apresentam as previsões dos diversos organismos nacionais e internacionais para os próximos anos.

Com efeito, tal como indica o Banco de Portugal no Boletim Económico de dezembro de 2017, espera-se que a atividade económica mundial mantenha o ciclo de dinamismo atual, o qual, embora com um ligeiro abrandamento no seu ritmo, deverá continuar a ser caracterizado por um perfil de crescimento robusto.

Indicadores da economia mundial	2016	2017	2018	2019
PIB (% crescimento)	3,0	3,5	3,7	3,6
Comércio (% crescimento)	1,5	5,0	4,7	4,3
Cotação petróleo (US Dólares)	44,0	54,3	61,6	58,9

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico dezembro 2017)

Beneficiando dessa evolução positiva prevista, especialmente na Área Euro, onde se situam os principais parceiros comerciais, a economia portuguesa deverá continuar a evidenciar um crescimento, de forma que, no final daquele horizonte temporal, o PIB deverá situar-se 4% acima do valor que apresentava antes do início da crise.

Tal crescimento deverá manter uma estrutura não muito diferente da atual, em que o consumo privado, o investimento e as exportações assumem o papel de catalisadores, enquanto o consumo público continuará a ter um incremento contido face à necessidade de evidenciar um saneamento das contas públicas, com a consequente redução do peso da dívida pública em relação ao PIB, de forma a não colocar em causa a posição de Portugal ante os investidores e a União Europeia.

O crescimento previsto do PIB deverá provocar um impacto positivo no mercado de trabalho através da criação de emprego, prevendo-se, por isso, que a taxa de desemprego mantenha a trajetória descendente dos últimos anos.

%

Indicadores económicos de Portugal	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB	-1,5	0,9	1,6	1,5	2,6	2,3	1,9
Consumo privado	-2,0	2,2	2,6	2,1	2,2	2,1	1,8
Consumo público	-1,5	-0,5	0,8	0,6	0,1	0,6	0,4
Investimento	-8,4	2,2	4,5	1,6	8,3	6,1	5,9
Exportações	5,9	2,6	6,1	4,1	7,7	6,5	5,0
Importações	2,7	6,3	8,2	4,1	7,5	6,7	5,5
Taxa de desemprego	17,4	13,1	12,4	11,1	8,9	7,8	6,7
Índice preços consumidor	0,5	-0,1	0,5	0,6	1,6	1,5	1,4
Deficit contas públicas	5,5	4,8	4,4	2,1	1,4	1,0	n.d.
Taxa juro curto prazo	0,389	0,169	0,000	(0,300)	(0,300)	(0,300)	(0,100)

Dados de 2017, 2018 e 2019 são estimativas

Fontes: Deficit Contas Públicas – Ministério das Finanças, restantes indicadores – Banco Portugal (Boletim Económico dezembro 2017)

2. O Mercado Segurador

2.1. Produção

Conforme se pode inferir dos dados provisórios disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o ano 2017 fica marcado pelo regresso dos prémios emitidos ao crescimento, por via do bom comportamento tanto do segmento de Vida como do de Não Vida. No primeiro caso, assinala-se a inversão da tendência de decréscimo nos dois anos anteriores e no segundo destaca-se até um reforço do crescimento já registado nesse mesmo período.

Esta *performance* permitiu uma evolução favorável dos indicadores de penetração do setor segurador na economia, com o prémio *per capita* a subir 6,6% para os 1.127 euros e o peso dos prémios no PIB a atingir 6,2%, um crescimento de 0,3 pontos percentuais, em ambos os casos interrompendo a dinâmica de descida iniciada há dois anos, embora ainda longe dos níveis pré-crise do início da década.

No gráfico 2, é bem visível a evolução favorável das vendas da área de Vida (prémios de seguro e entregas para apólices classificadas contabilisticamente como contratos de investimento). Após um decréscimo sucessivo e acentuado nos dois anos anteriores, apresentou um crescimento de 6,2% em 2017, alcançando um volume algo superior a 7 mil milhões de euros.

Continuando a deter-nos na área de Vida, uma análise mais detalhada da tipologia de produtos (gráfico 3) revela que o crescimento foi conseguido através da retoma das vendas dos PPR e dos produtos ligados a fundos de investimento. Com efeito, enquanto os PPR parece continuarem a merecer a preferência dos portugueses como veículo de poupança de longo prazo, os produtos ligados a fundos de investimento têm vindo a assumir um peso crescente na oferta disponibilizada pelas seguradoras devido, por um lado, ao entorno de baixas taxas de juro que torna pouco atrativos os produtos com rentabilidade garantida e, por outro, porque são menos exigentes em termos de consumo de capital no âmbito do regime Solvência II.

Centrando agora a análise do lado de Não Vida, podemos afirmar que o reforço do crescimento foi suportado por todos os ramos mais representativos do segmento.

À cabeça, aparece o ramo de Acidentes de Trabalho com um incremento de 13%, superior aos 12,2% do ano anterior, dando assim continuidade à tendência iniciada há três anos. Além do contributo positivo da retoma da economia, estamos em crer que este novo crescimento continua associado a um movimento de correção tarifária pois a situação do ramo era de tal forma deficitária que a recuperação dos últimos dois anos se tinha revelado ainda insuficiente.

O segundo maior crescimento coube ao ramo de Doença, com 8,3%. Ainda que ligeiramente inferior à percentagem do ano anterior, esta boa *performance* deriva não só do crescimento do prémio médio mas também do número de pessoas seguras, de acordo com a informação adicional da APS, o que continua a revelar a crescente procura por este ramo, cuja representatividade dentro da área Não Vida atinge já os 16,7%, acima de ramos como Acidentes de Trabalho e Multiriscos, sendo apenas superado pelo ramo Automóvel.

O ramo Automóvel apresentou um crescimento de 5,4%, após ter incrementado 1,5% e 3,9% nos anos de 2015 e 2016 respetivamente. Trata-se, sem dúvida, de um ótimo resultado, até porque, mais uma vez de acordo com a informação adicional proporcionada pela APS, terá sido consequência do aumento do prémio médio, dado que o número de veículos seguros se manteve sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior.

Os ramos de Multiriscos completam o bom comportamento geral em Não Vida, ao apresentarem um crescimento de 2,8%, mas se descermos ao detalhe encontramos um panorama ainda mais favorável, com um crescimento de 3,6% em Habitação e 3,7% em Comércio.



Gráfico 1 | Penetração do setor segurador na economia

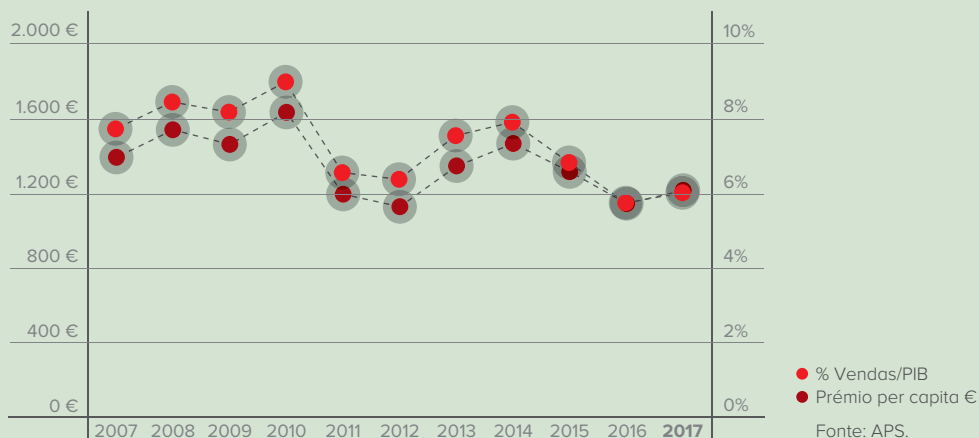


Gráfico 2 | Taxa crescimento nominal vendas

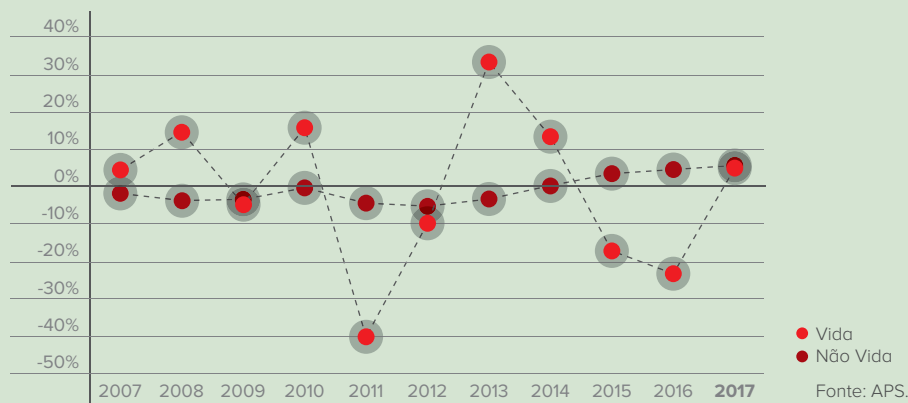


Gráfico 3 | Taxa crescimento Vida

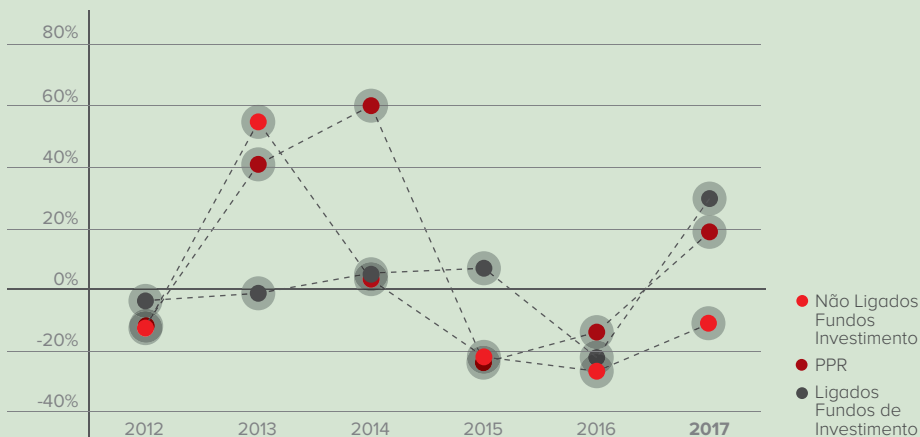
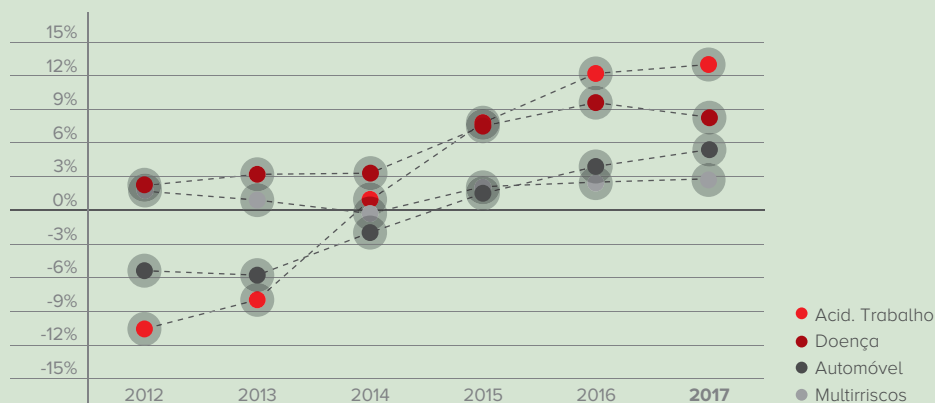


Gráfico 4 | Taxa crescimento ramos Não Vida



2.2. Sinistros

Em termos de sinistralidade, o ano 2017 ficou inexoravelmente marcado pelos incêndios florestais de junho e outubro, que ceifaram mais de 100 vidas humanas e provocaram enormes prejuízos de índole patrimonial, tornando-se naquele que foi unanimemente considerado o maior sinistro a que as seguradoras tiveram que fazer frente na sua história, ascendendo a estimativa de custos a um valor superior a 200 milhões de euros.

Beneficiando da proteção conferida pelos tratados de resseguro, as seguradoras acabaram por conseguir mitigar parte daqueles custos. Não obstante, o efeito líquido foi bastante significativo, conforme se torna evidente no gráfico 5, no qual se observa que a taxa de sinistralidade dos ramos Multiriscos teve um incremento de praticamente 25 pontos percentuais em relação ao ano anterior, ascendendo a 73,2%

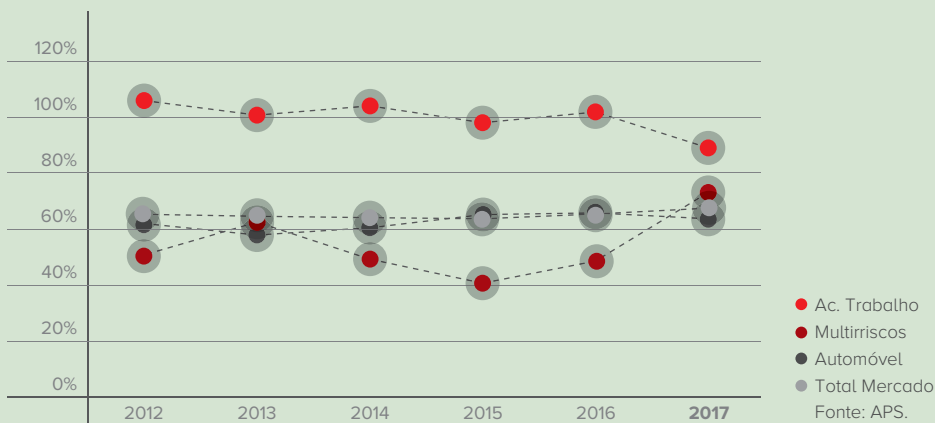
No que respeita aos restantes ramos, assinala-se a descida da taxa de sinistralidade de Acidentes de Trabalho que, após a inflexão em alta verificada no ano anterior, voltou em 2017 a uma tendência de correção, certamente por via das medidas de reequilíbrio do ramo tomadas pela generalidade

das seguradoras, seguindo as recomendações do supervisor. Não obstante, a taxa de 89,1% com que encerrou o exercício, indica que o caminho ainda não está totalmente percorrido e que serão aconselháveis novos ajustamentos ao longo do ano 2018.

Por sua vez, o ramo Automóvel registou também uma boa evolução, de cerca de 2 pontos percentuais, descendo para os 63,8% dos prémios emitidos. Esta melhoria resultou de um incremento dos custos com sinistros inferior ao dos prémios, sendo que este, como já se aludiu no ponto 2.1., foi consequência de um aumento do prémio médio.

O ano 2017 ficou marcado pelos incêndios florestais de junho e outubro em perdas de vidas humanas e prejuízos patrimoniais.

Gráfico 5 | Taxa sinistralidade Não Vida (sem prémios emitidos)



A evolução favorável da sinistralidade destes dois ramos, que representam conjuntamente mais de metade do volume de prémios do segmento Não Vida, permitiu atenuar o efeito de agravamento nos Multiriscos, limitando o incremento da sinistralidade global a 2,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, acabando por situar-se nos 67,6%.

Finalmente, gostaríamos de deixar uma referência à evolução da taxa de sinistralidade associada aos produtos de Vida Risco Puro que ficou em 28,9% dos prémios emitidos, apresentando, assim, uma ligeira subida, após anos consecutivos de descidas. Pese embora o facto de se tratar de um aumento, estamos perante um nível de sinistralidade muito interessante que demonstra a rentabilidade destes produtos.

2.3. Fluxo Técnico do Ramo Vida

Na medida em que, em termos de volume de negócio, a parte mais significativa do segmento Vida respeita a produtos de poupança, justifica-se uma abordagem à evolução do indicador de fluxo técnico que corresponde ao saldo entre os prémios arrecadados (incluindo entregas para contratos classificados contabilisticamente como passivos financeiros) e os pagamentos por resgates, vencimentos e mortes.

Fruto da recuperação do volume de vendas, aludido no ponto 2.1. e da evolução moderada dos resgates, desincentivados pelo contexto de baixas taxas de juro, o fluxo técnico teve uma evolução favorável, especialmente nos 2.º e 4.º trimestres, levando à obtenção de um saldo positivo, na globalidade do ano, da ordem dos 666 milhões de euros.

Gráfico 6 | Evolução da taxa de sinistralidade Vida Risco (sem prémios emitidos)

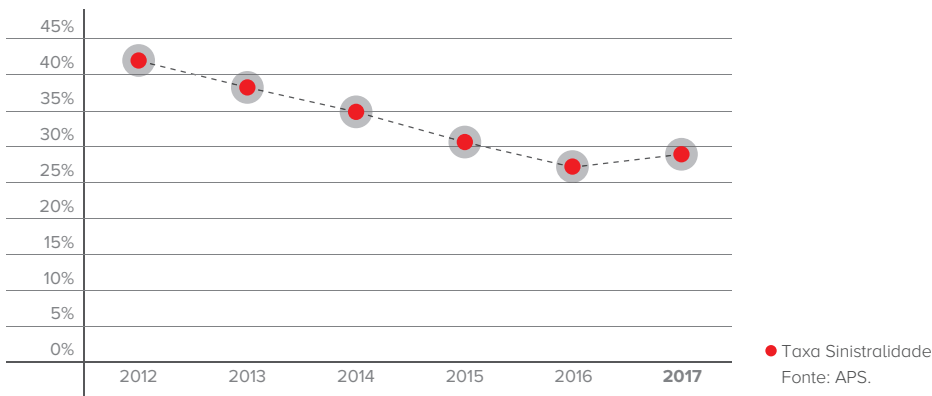
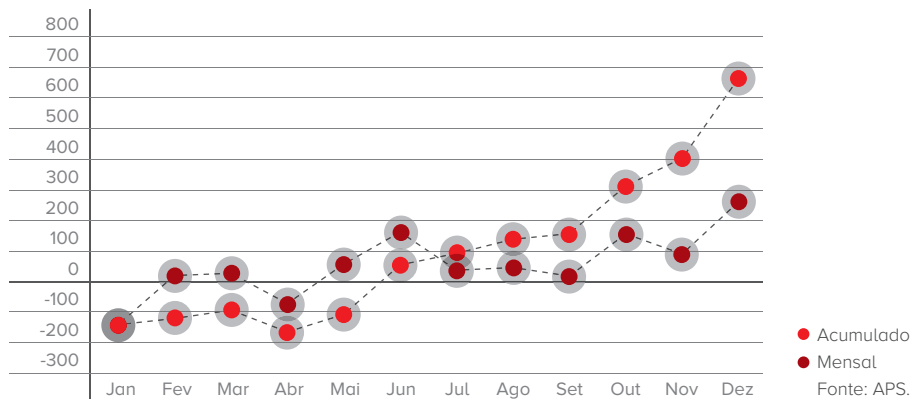


Gráfico 7 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2017 (milhões €)



Contudo, este bom comportamento apenas permitiu atenuar o saldo acumulado nos últimos anos, o qual continua a ser bastante negativo. Com efeito, como é visível no gráfico 8, no período de 2012 a 2017, a atividade seguradora perdeu praticamente 6 mil milhões de euros de valores sob gestão, facto que não pode deixar de afetar a sua rentabilidade.

2.4. Resultados e Balanço

Os dados provisórios e extrapolados a partir de uma amostra de 92,5% das companhias, disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores, apontam para um resultado em torno dos 373 milhões de euros, cifra que significa um incremento de praticamente 291 milhões de euros, correspondente a 355%, em comparação com o ano anterior.

Como tem sido habitual ao longo dos anos, o maior contributo para este resultado provém do segmento Vida, cuja conta técnica alcançou os 425 milhões de euros (um crescimento de quase 300 milhões em relação ao ano anterior), mas não se pode deixar de destacar uma evolução muito positiva em Não Vida que chegou aos 93 milhões de euros e inverteu os resultados negativos dos anos anteriores.

Importa contudo notar que este logro assenta quase exclusivamente na melhoria da componente financeira da conta técnica, derivada da evolução favorável dos mercados financeiros. Aliás, não será por mero acaso que o ramo onde se observa uma melhoria mais expressiva seja o de Vida, o qual, pelo peso dos produtos de poupança cobertos por ativos financeiros, está mais exposto às flutuações dos mercados.

No caso concreto de Não Vida, merece referência o efeito dos incêndios florestais ocorridos em junho e outubro, o qual, ainda que mitigado pelas recuperações derivadas dos tratados de resseguro,

levou a que o resultado técnico do ramo de Incêndio tenha sido negativo em cerca de 14 milhões de euros, contrastando com os quase 50 milhões de euros positivos no ano anterior.

Quanto ao balanço, os mesmos dados provisórios refletem o efeito positivo da boa *performance* dos mercados financeiros, com o ativo a apresentar um crescimento de quase 2.800 milhões de euros (mais 5,3%) em relação a dezembro de 2016, que se repartiu num incremento aproximado de 2.200 milhões de euros nos passivos (provisões técnicas e passivos financeiros) e cerca de 600 milhões nos capitais próprios que assim se reforçaram em cerca de 12% quando comparados com o fecho do ano 2016.

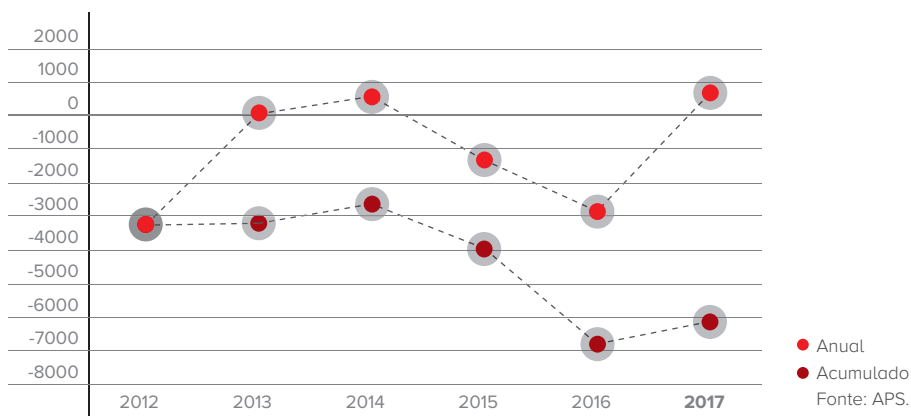
2.5. Solvência

A evolução favorável dos mercados financeiros, nomeadamente a diminuição do *spread* associado à dívida pública portuguesa, que tem uma forte presença no balanço das seguradoras em Portugal, é, desde logo, indício de um reforço dos níveis de solvência, na medida em que acarreta um aumento do ativo.

Além disso, a reorientação do portefólio de produtos de poupança oferecidos pelas seguradoras a que fizemos referência no ponto 2.1., traduz-se também num consumo de capital relativamente menor.

Desta forma, não surpreende que o último relatório do supervisor (ASF), referente ao 3.º Trimestre, revele um aumento da taxa de cobertura do requisito de capital de solvência (SCR) para 192% e do requisito de capital mínimo (MCR) para 572%, correspondendo a mais 37 e 144 pontos percentuais, respetivamente, face ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 8 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2017 (milhões €)



3. A MAPFRE

3.1. Estrutura de Capital

O capital social da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é de 33.108.650 euros constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros, cada uma, detidas integralmente pela MAPFRE ESPANHA, S.A., não tendo havido qualquer alteração em relação aos anos anteriores.

3.2. Modelo de Governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da Seguradora, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao Código das Sociedades Comerciais, através do Decreto-Lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Neste âmbito adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- **Assembleia Geral** – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- **Conselho de Administração** – composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designam o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegável, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador-Delegado por ata do próprio Conselho de Administração;
- **Conselho Fiscal** – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no Código das Sociedades Comerciais;

- **Revisor Oficial de Contas** – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

Eventuais alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- c) Relatórios e contas anuais;
- d) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da sociedade;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- k) Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

O Conselho de Administração reúne obrigatoriamente uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade num Administrador-Delegado, encontrando-se os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.



3.3. Política de Remuneração dos Órgãos de Administração

A política de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são efetuadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho.

O Código de Ética e de Conduta do Grupo MAPFRE prevê expressamente no seu Título II, 2, J) que o Conselho de Administração da MAPFRE S.A. deve submeter à Assembleia Geral, como ponto separado da ordem do dia, um relatório explicativo da política de remunerações.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez, e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por 10 membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

- a) Existe um administrador executivo – o Administrador-Delegado – que auferem remuneração por esta qualidade e que é divulgada nos termos legalmente exigíveis;
- b) Os restantes administradores não são executivos, sendo que cinco deles, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE;
- c) De acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos não pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, consiste numa retribuição fixa anual que é divulgada nos termos legais;
- d) Foi ainda deliberado nessa Assembleia que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal;
- e) Deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções nessa sociedade, bem como na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

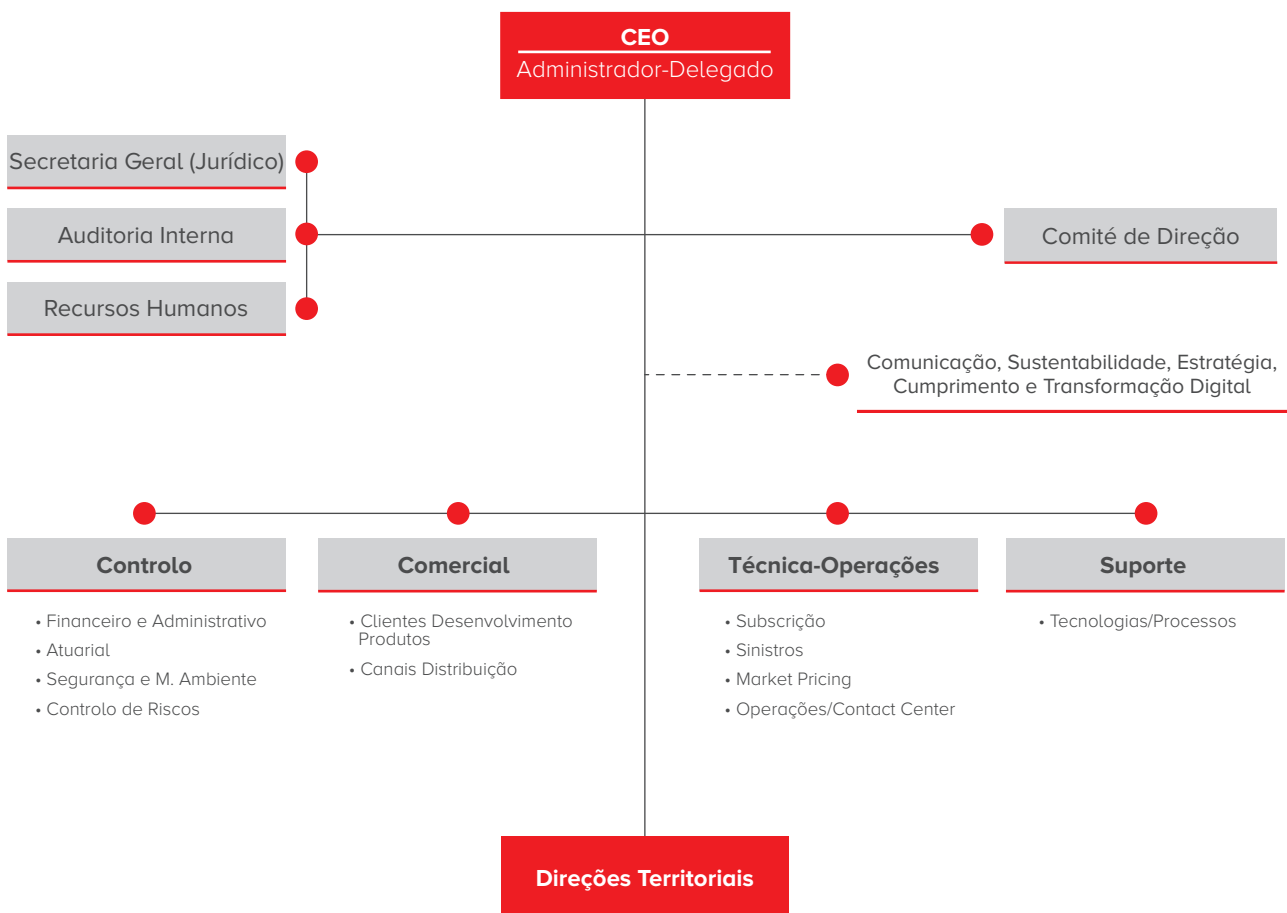
Ao longo do ano, foram proporcionadas 7.621 horas de formação (17% das quais em regime de e-learning), uma média de 31 horas por colaborador, que corresponde a um aumento de 35% em relação ao ano anterior.

3.4. Estratégia e Organização

Em simultâneo com a incorporação do novo Administrador-Delegado no início do ano, estabeleceu-se uma estratégia de desenvolvimento de negócio assente de forma bastante vinculada no fortalecimento da rede de distribuição própria e numa estrutura de carteira mais equilibrada entre ramos, promovendo aqueles que tipicamente apresentam um índice de rentabilidade mais elevado.

Com esta estratégia pretende-se atingir uma maior estabilidade da carteira e uma melhoria significativa do rácio combinado e, conseqüentemente, do resultado líquido.

Para garantir a sua adequada implementação, procedeu-se a uma modificação da estrutura organizativa, que passou a obedecer ao organograma seguinte:



Na nova estrutura organizativa destacam-se alguns aspetos:

- Uma simplificação geral com a diminuição das Direções de primeiro nível;
- O agrupamento em quatro grandes blocos das Áreas mais diretamente ligadas ao desenvolvimento do negócio – Controlo, Comercial, Técnica/Operações e Suporte – com o objetivo simultâneo de simplificar e introduzir maior consistência na atividade;
- A aposta por um modelo dual da atividade comercial, que consiste na existência de um polo focado no desenvolvimento dos canais, através das Direções de Canais de Distribuição, e outro na exploração desse desenvolvimento, no terreno, através das Direções Territoriais;
- A adequação à dimensão da companhia, mediante a junção de algumas atividades complementares – Comunicação, Sustentabilidade, Estratégia, Cumprimento e Transformação Digital – num grupo de *staff* do CEO.

A estrutura é comum à MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. que explora os ramos Não Vida e à MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. que opera os ramos Vida e é integralmente detida por aquela.

Esta opção foi mantida no ano 2017 uma vez que tem vindo a revelar-se adequada ao longo dos últimos anos, na medida em que potencia diversas sinergias, nomeadamente no que concerne à estrutura de gastos e à satisfação integral das necessidades dos clientes.

3.5. Aspetos Qualitativos da Atividade

O aspeto mais relevante diz respeito ao investimento no desenvolvimento da rede de distribuição através da implementação de dois programas:

- **Programa APM** (Agentes Profissionais MAPFRE), o qual consiste na captação, formação e lançamento de novos agentes que, após alguns anos de atividade apoiada nas lojas diretas, deverão avançar para a abertura de uma loja franchisada, denominada Loja Delegada e representar a MAPFRE por todo o território nacional.

- **Programa APE** (Agentes Profissionais Específicos MAPFRE), também baseado na captação, formação e lançamento de novos agentes, com a particularidade destes se especializarem na distribuição de produtos do segmento de Vida, que desenvolverão a sua atividade apoiados em lojas diretas, também elas especializadas em Vida, atentas às especificidades desta área de negócio.

Apesar de apenas terem começado a implementar-se sensivelmente a meio do ano, estes programas apresentam já resultados visíveis, quer se efetue a avaliação através do volume de prémios aportados como através do número de agentes que contribuem para essas vendas, constituindo-se num sinal encorajador para a sua continuidade.

Ainda do lado da rede de distribuição, merece também menção a aposta no desenvolvimento de acordos e parcerias com canais alternativos, como são os casos da *bancassurance* e das marcas de automóveis, no sentido de marcar presença e acompanhar a evolução deste tipo de canais emergentes.

Mas a atividade comercial não se resumiu ao investimento na rede de distribuição. Também a Área de Clientes começou a trabalhar em novos modelos de segmentação, lançando as bases para a implementação de um modelo relacional, com o qual se pretende, por um lado, direcionar a oferta de forma mais adequada às necessidades dos clientes e, por outro, garantir um tratamento diferenciado em consonância com o valor aportado.

No que concerne à Subscrição, a atenção principal dirigiu-se para a necessidade de melhorar a rentabilidade técnica nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, em estreita colaboração com a Área Atuarial que elaborou os estudos de suporte à decisão. Quanto a Automóvel, implementou-se no último trimestre um novo modelo de renovação de carteira, o qual foi trabalhado com o objetivo simultâneo de maximizar a receita processada e minimizar as anulações. Por sua vez, em Acidentes de Trabalho introduziu-se uma nova tarifa dotada de maior equilíbrio e efetuou-se uma revisão profunda aos riscos da carteira vigente, da qual resultaram medidas de saneamento e ajustamento de prémios a ter efeito nas renovações do ano 2018.

Na Área de Sinistros, centraram-se esforços no aumento da eficiência e no controlo dos custos médios, de forma a contribuir, também por este lado, para a melhoria da rentabilidade. Nesse âmbito, criou-se uma nova estrutura dedicada a desenvolver e analisar os indicadores de gestão diretamente relacionados com a operativa de sinistros. De entre a atividade dessa estrutura, destaca-se o desenho e implementação de uma tabela de indicadores chave, a qual permitiu um seguimento em tempo real que teve como consequência uma redução assinalável de algumas variáveis de gastos.

Do ponto de vista da eficiência e da qualidade de serviço prestada aos clientes, importa também fazer uma referência à reformulação do processo de tramitação de recibos, abrangendo todo o ciclo de vida inerente, desde a sua geração até à cobrança ou anulação. Este projeto, da responsabilidade da Área Financeira mas com uma componente tecnológica muito significativa, que, pela sua complexidade e transversalidade, foi sendo adiado ao longo dos anos, pôde finalmente ser implementado no ano 2017. Destacam-se três aspetos essenciais neste projeto: uma flexibilidade de gestão bastante maior, permitindo incorporar determinadas particularidades relativas ao tipo de cliente e de mediador; um incremento de robustez e consistência do processo com o consequente reforço da qualidade; e uma nova imagem dos formulários dos avisos/recibos, mais moderna e inteligível para os clientes.

A Área de Tecnologias continuou a desempenhar um papel fundamental no suporte à atividade, com destaque para o desenvolvimento de projetos, alguns deles correspondentes a novas soluções de negócio e outros com o objetivo de melhorar a eficiência. No planeamento do ano estavam previstos 46 projetos mas, uma vez que se decidiu cancelar 7 deles, foram efetivamente lançados 39, dos quais 29 se concluíram no próprio ano, encontrando-se 10 ainda em desenvolvimento. Em paralelo ao desenvolvimento de projetos, procedeu-se à manutenção evolutiva das diversas aplicações em operação, de forma a mantê-las adequadas às necessidades atuais e implementaram-se uma série de melhorias na segurança ao nível do *software* e do *hardware*

como forma de mitigar os crescentes riscos cibernéticos.

Em termos de *Compliance*, procedeu-se a uma revisão geral das Políticas de Solvência II e à autoavaliação do cumprimento das mesmas, em paralelo com o seguimento dos planos de ação estabelecidos na sequência das autoavaliações do ano anterior.

Quanto à Gestão de Risco e Controlo Interno, desenvolveu-se uma vasta atividade, decorrente da importância assumida por esta temática, não só por via do regime Solvência II mas também por razões ligadas às boas práticas de gestão. De entre as ações levadas a cabo por esta área, gostaríamos de destacar a elaboração das projeções de capitais económicos e perfil de risco, o relatório ORSA, o desenvolvimento de estudos da carga de capital associada a novos produtos e a elaboração e envio ao supervisor dos reportes quantitativos e qualitativos de Solvência II. A monitorização do risco operacional e a participação na revisão das políticas de Solvência II, em estreita colaboração com o *Compliance*, foram outras ações complementares que também se realizaram por parte desta área.

Um ano mais, contamos com o contributo da Unidade de Auditoria Interna que, de forma totalmente independente das restantes áreas, levou a cabo o seu plano de atuação, composto pela realização de 18 auditorias. Destas auditorias, resultou a formulação de um total de 100 recomendações que foram objeto de um plano de ação assumido por cada uma das áreas implicadas, tendo 19 dessas recomendações sido classificadas como grau alto e 81 como grau medio. Uma atualização do estado das recomendações formuladas ao longo dos anos revela um grau de implementação efetiva de 85%.

A atividade foi assegurada por um quadro de colaboradores qualificados, constituído ao fecho do ano por 248 pessoas, menos 2 em relação ao ano anterior. A este respeito, cabe aqui referir que no conjunto dos três últimos anos se assistiu a uma redução de 14 recursos, apenas possível através do esforço de reorganização de estruturas e otimização de processos que tem sido levado a cabo.

A distribuição dos colaboradores por género revela um índice ao nível dos melhores exemplos empresariais, sendo de 52% a percentagem de mulheres e 48% a de homens. Os indicadores de idade e antiguidade médias apresentam-se em linha com os do ano anterior, situando-se em 44 e 15 anos, respetivamente, níveis estes que evidenciam um bom equilíbrio entre juventude e experiência.

Ao longo do ano, foram proporcionadas 7.621 horas de formação (17% das quais em regime de *e-learning*), uma média de 31 horas por colaborador, que corresponde a um aumento de 35% em relação ao ano anterior e demonstra que a capacitação dos colaboradores é uma aposta real e permanente.

Ainda no domínio da gestão de Recursos Humanos e em particular na capacitação das pessoas, importa mencionar o lançamento do projeto corporativo “MAPFRE Global Talent Network”, através do qual se identificaram os colaboradores que, reunindo as competências pessoais e estratégicas julgadas adequadas, participarão ao longo dos próximos dois anos num projeto formativo de enriquecimento pessoal e profissional e, nessa medida, terão um papel relevante no desenvolvimento da empresa.

Na vertente da responsabilidade social, de entre outras iniciativas de menor dimensão, cabe deixar uma referência particular a três delas: a realização da atividade da Caravana de Educação Rodoviária que, ao longo dos anos, se transformou num evento clássico que vem consolidando a sua utilidade na formação e sensibilização das crianças em idade escolar para esta temática; a participação na recolha de alimentos sob a égide do Banco Alimentar contra a Fome; e a doação de presentes de Natal às crianças que habitam as casas da Associação Novo Futuro, a qual teve uma forte adesão por parte dos colaboradores.

3.6. Indicadores da Atividade

3.6.1. Prémios Emitidos

Antes de passar a uma análise mais detalhada dos prémios emitidos, cabe deixar uma referência ao fato da mesma se efetuar segundo uma filosofia de desenvolvimento da atividade comercial da companhia, pelo que, em alguns segmentos de negócio, os valores apresentados não coincidem

exatamente com os das Notas às Demonstrações Financeiras, nem com os de reporte ao supervisor, uma vez que estes respeitam critérios de índole técnica que podem ser distintos, ainda que a produção total seja igual.

O volume de prémios ascendeu a 95,28 milhões de euros, 1,3% menos que no ano anterior.

A responsabilidade deste decréscimo recai sobre o segmento de Automóvel, cujos prémios emitidos desceram 7,1% em resultado das medidas restritivas de índole técnica para melhorar o resultado de exploração, tomadas na parte final do ano anterior mas que, em função da estrutura de vencimentos da carteira, ainda fizeram sentir os seus efeitos ao longo de 2017, impedindo o aproveitamento pleno do momento favorável vivido pelo mercado.

No que se refere a Acidentes de Trabalho, o volume de prémios manteve-se sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior porque embora tenham sido tomadas medidas de ajustamento tarifário em alta, no sentido de atingir o equilíbrio técnico, por outro lado e com o mesmo objetivo, procedeu-se ao saneamento de algumas apólices de prémio mais elevado e alta sinistralidade associada, acabando os efeitos por se anular reciprocamente.

Já no que respeita a Multiriscos, a assunção de uma estratégia específica de desenvolvimento destes ramos produziu um efeito amplamente positivo, tendo-se registado um incremento de 4,6%, bastante acima da globalidade do mercado.

De assinalar também o incremento de 33,2% verificado no segmento de Doença e os crescimentos superiores a 17% nos de Responsabilidade Civil e Transportes que, nos três casos, superaram largamente a *performance* do mercado.

Analisando a estrutura da carteira, tendo em conta os comentários que antecedem, verificou-se uma redução da representatividade do segmento de Automóvel para cerca de 46,7% em comparação com os 49,6% no ano anterior, enquanto se assistiu a um reforço do peso dos Multiriscos de 15,5% para 16,4%, de Responsabilidade Civil de 4,5% para 5,4% e de Doença de 1,8% para 2,4%, mantendo-se praticamente igual em Acidentes de Trabalho com 25,8%.

Gráfico 9 | Taxa crescimento vendas Não Vida

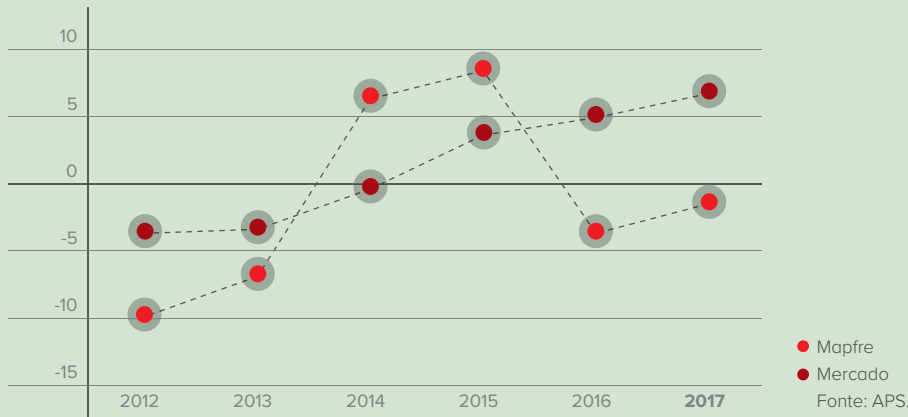
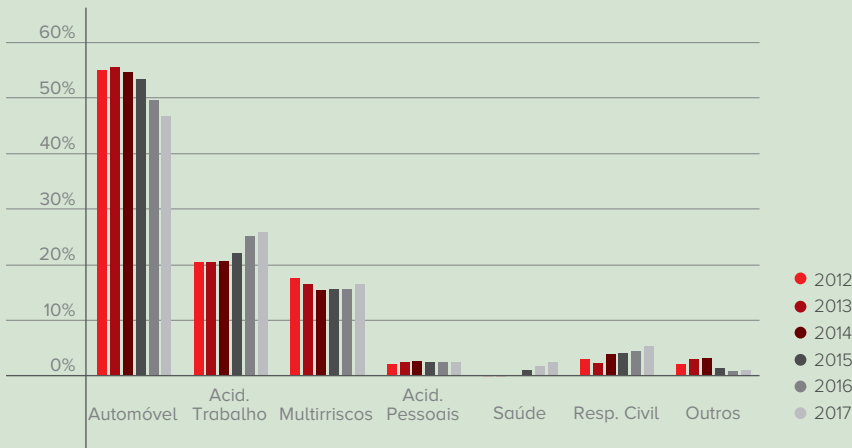
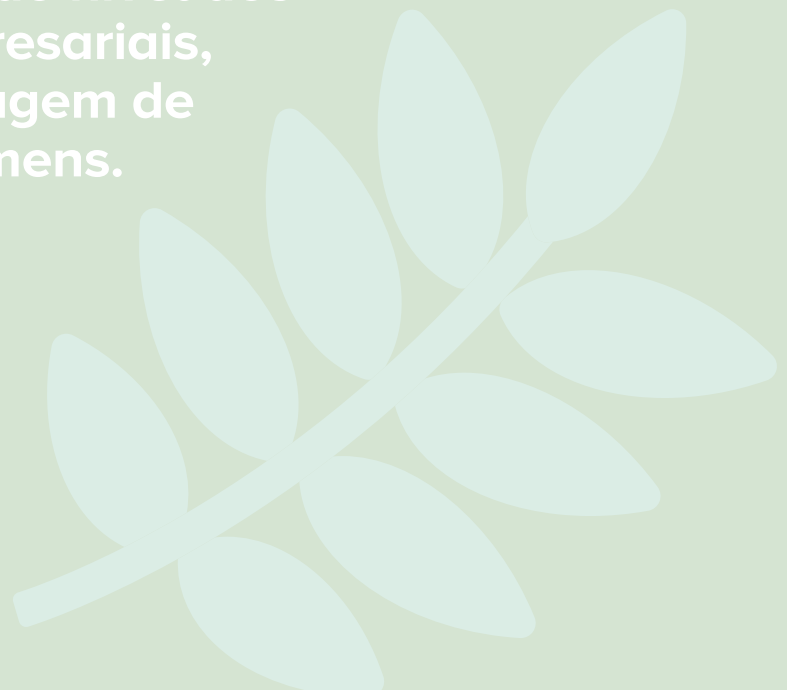


Gráfico 10 | Estrutura da carteira Não Vida MAPFRE



A distribuição dos colaboradores por género revela um índice ao nível dos melhores exemplos empresariais, sendo de 52% a percentagem de mulheres e 48% a de homens.



Do ponto de vista do rácio dos prémios comerciais pendentes de cobrança sobre os prémios emitidos, registou-se um ligeiro aumento inferior a 1 ponto percentual, situando-se ao fecho do exercício em 6,8%, um nível relativamente pequeno que, além de não inspirar preocupação especial, encontra-se provisionado em cerca de 31%.

3.6.2. Rácio combinado

O rácio combinado líquido de resseguro teve um incremento de 1,7 pontos percentuais, situando-se em 112,1%.

Contudo, importa referenciar que esta percentagem está significativa e negativamente influenciada por duas situações não recorrentes: os efeitos dos incêndios de outubro (a Companhia não sofreu impacto com os incêndios de junho) e os gastos extraordinários com rescisões de contratos de trabalho no âmbito de um processo de racionalização de recursos. Estes dois efeitos representam praticamente 4 pontos percentuais pelo que, sem eles, o rácio combinado teria acabado em torno de 108%, percentagem que, ainda que acima do desejável, se afigura bastante mais favorável e corresponderia a uma melhoria em relação ao ano anterior.

Por ramos, importa destacar a melhoria que, pelo terceiro ano consecutivo, se verificou em Automóvel, apesar da diminuição dos prémios emitidos e do impacto dos gastos referido anteriormente.

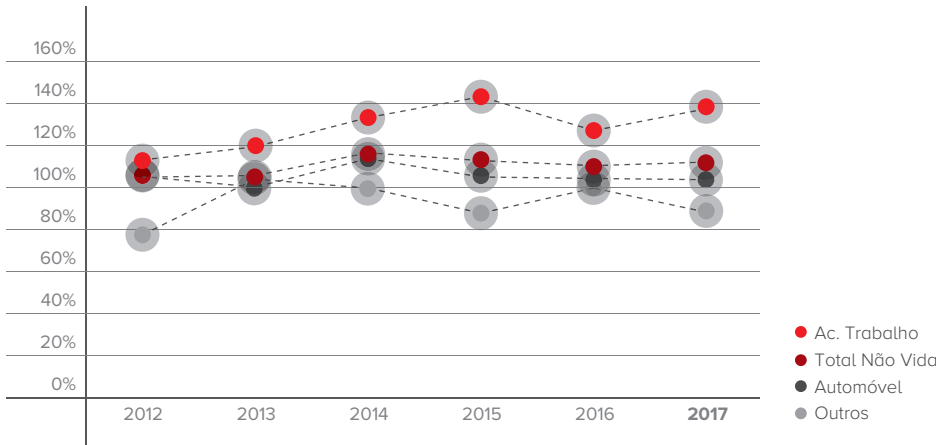
Em sentido contrário, evoluiu o rácio de Acidentes de Trabalho, ramo que, embora também impactado pelos gastos extraordinários, observou um acréscimo de 10,4 pontos percentuais, derivado especialmente da sinistralidade, interrompendo a descida que tinha iniciado no ano anterior.

De forma a eliminar esta situação, introduziu-se uma nova tarifa neste ramo que se aplicou à nova produção dos últimos dois meses do ano e às renovações de 2018, acompanhada de uma análise casuística apólice a apólice, da qual resultou a decisão de saneamento de um conjunto significativo de apólices que comprovadamente eram responsáveis pela maior parte da sinistralidade corrente.

De destacar a melhoria, pelo terceiro ano consecutivo, no ramo Automóvel.

De realçar positivamente o regresso do rácio a um nível confortável no conjunto dos restantes ramos, pese embora o impacto de cerca de 1,08 milhões de euros derivado dos incêndios de outubro. Sem tal impacto, o rácio desse conjunto de ramos teria ficado em cerca de 78% (menos 10 pontos percentuais), enquanto o rácio global se situaria em 110,7% (menos 1,4 pontos percentuais).

Gráfico 11 | Rácio combinado líquido de resseguro



3.6.3. Investimentos e Rendimentos financeiros

No que respeita à estrutura da carteira de investimentos, tendo por base valores de aquisição na data da compra, verificou-se apenas uma pequena diminuição do peso dos títulos de rendimento fixo em favor dos depósitos à ordem, decorrente do vencimento de um título da dívida pública portuguesa, na parte final do ano, cujo produto do reembolso se decidiu destinar ao reforço da liquidez.

Não obstante esse ajustamento, não se alterou substancialmente o panorama da estrutura da carteira, a qual permaneceu assente nos títulos de rendimento fixo, uma característica que se tem mantido ao longo dos anos em coerência com os princípios de prudência assumidos pelo grupo MAPFRE.

Tal como nos anos anteriores, a rubrica de bens materiais, correspondente a imóveis, continua a ser residual na medida em que a generalidade dos imóveis detidos pela companhia são de uso próprio e apenas um pequeno número, por falta de aproveitamento próprio, é explorado para rendimento.

Ainda uma nota para referir que, dado o enquadramento pouco favorável de taxas de juro, nos últimos anos não tem havido aplicações em depósitos a prazo, o mesmo tendo acontecido em 2017.

O volume de prémios ascendeu a 95,28 milhões de euros, 1,3% menos que no ano anterior.

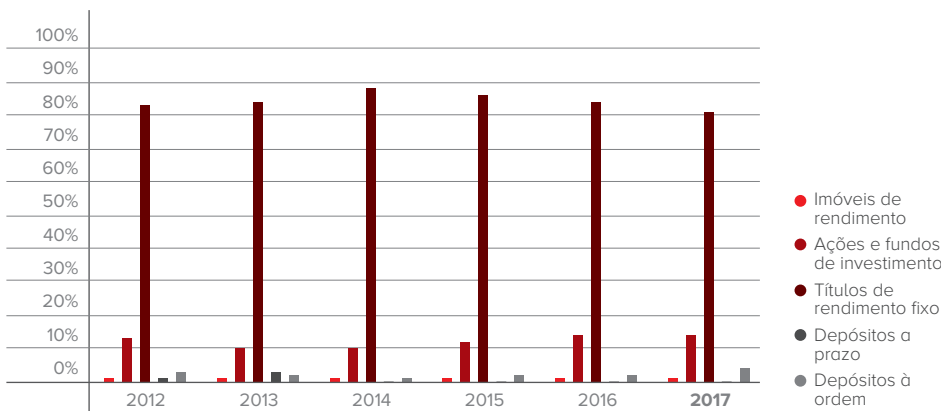
A taxa de rentabilidade do conjunto dos investimentos tem vindo a cair ao longo dos últimos anos, em linha com a evolução dos mercados financeiros que, como sabemos, se tem caracterizado por um entorno prolongado de baixas taxas de juro.

No caso concreto do ano 2017, assistiu-se a uma diminuição da taxa de rentabilidade total em 0,3 pontos percentuais para 2,9%, especialmente derivada de um menor rendimento associado a ações e fundos de investimento, uma vez que os títulos de rendimento fixo, com características de duração de médio/longo prazo, apresentaram um rendimento muito similar ao ano anterior.

A rentabilidade dos investimentos em bens materiais (imóveis) teve um aumento, contudo sem grande influência na taxa global, uma vez que representam uma fatia diminuta do volume de investimentos, tal como comentado anteriormente.

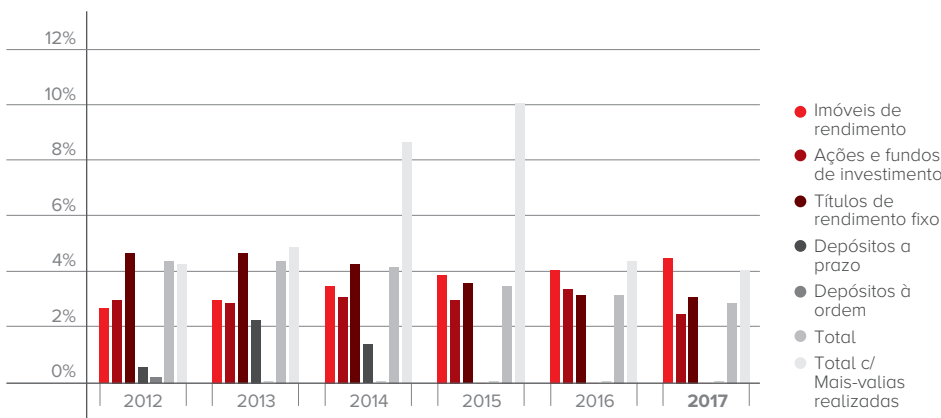
De forma a compensar o nível atual de rentabilidade corrente mais baixo, realizam-se mais-valias, no montante de 1,44 milhões de euros (valor em linha com o do ano anterior), o que permitiu elevar a taxa de rentabilidade final para 4,1%, que compara com 4,4% no ano anterior.

Gráfico 12 | Estrutura carteira investimentos médios Não Vida



Nota: não inclui Investimentos em Filiais

Gráfico 13 | Rentabilidade carteira investimentos Não Vida



Nota: não inclui Investimentos em Filiais

3.6.4. Resultados e Balanço

O resultado líquido do exercício viu-se impactado negativamente por alguns fatores não recorrentes. Com efeito, aos casos já aludidos anteriormente a propósito do rácio combinado, referentes aos incêndios de outubro e aos gastos associados ao plano de racionalização de pessoal, temos que adicionar o reconhecimento de uma imparidade de uma aplicação informática que se encontrava em desenvolvimento há algum tempo e que se decidiu abandonar. O impacto global destas três situações correspondeu a um valor aproximado de 4 milhões de euros antes de impostos, contribuindo fortemente para o resultado líquido negativo que ascendeu a 5,33 milhões de euros.

Em termos de balanço, o ativo ascende a cerca de 206 milhões de euros, tendo ocorrido uma descida global de menos de dois milhões de euros em relação ao ano anterior, grande parte por influência da imparidade antes referenciada.

O passivo atingiu os 142 milhões de euros, aumentando cerca de quatro milhões de euros, devido essencialmente ao crescimento em 3,5 milhões das provisões técnicas.

Da conjugação da evolução destes dois blocos resultou a diminuição do capital próprio em cerca de 5,9 milhões de euros, na sua quase totalidade correspondente ao resultado líquido negativo que, como comentado, incorpora uma forte componente extraordinária.

Não obstante esta redução, a companhia continua a apresentar uma excelente capitalização,

beneficiando de um elevado capital social e de um bom nível de reservas livres, derivado da retenção de resultados positivos ao longo da sua história, ascendendo o capital próprio no fecho do ano a cerca de 64 milhões de euros.

3.6.5. Solvência

O confortável nível de Solvência, que já se verificava nos anos anteriores, reforçou-se em 2017 para 247%, por via do aumento do capital disponível e da redução do requisito de capital.

A evolução favorável do capital disponível aparece associada à melhoria dos mercados financeiros que impulsionaram a valorização dos ativos, enquanto a redução do requisito de capital deriva de um incremento na recuperabilidade dos impostos diferidos.

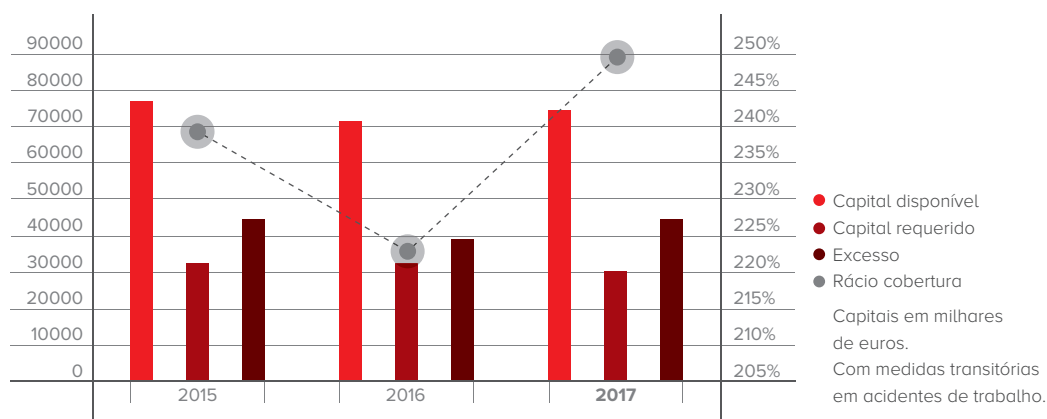
3.6.6. Gestão de riscos

Desde a entrada em vigor do regime Solvência II, a companhia dispõe de um conjunto de indicadores através do qual efetua uma monitorização regular da exposição aos diversos riscos.

Os resultados desses indicadores constam do quadro apresentado à frente, segundo o qual se pode concluir que todos eles traduzem uma situação robusta em termos de solvência e exposição ao risco ao situarem-se na zona verde.

Em relação ao indicador de liquidez, regista-se uma elevada percentagem que está relacionada com o facto de praticamente a totalidade dos ativos em carteira estar cotada em mercados líquidos e regulamentados.

Gráfico 14 | Rácio de solvência



Categoria de risco	Indicadores chave de risco	Periodicidade	Limites de risco			MSG		
						Período de avaliação anterior (09-2017)	Avaliação do período atual (12-2017)	
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	256%	247%	
Risco de contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	0	0	
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	0	0	
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	0	0	
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	≤ 50 %			> 50 %	0	0
	Alavancagem financeira	Trimestral	≤ 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica	
Outros riscos financeiros	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	> = 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica	
	Rácio de liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	1183%	1127%	

4. O Futuro

A estratégia para futuro assenta, como até aqui, em duas linhas mestras: crescimento e rentabilidade.

De forma a conseguir atingir esses macro objetivos, continuarão a ser desenvolvidas as ações necessárias ao aumento da produtividade comercial, ao equilíbrio da exploração técnica e à redução de gastos.

Nesse sentido, a ambição passa por consolidar as alterações implementadas e os programas desenhados ao longo do ano 2017, conforme se detalha a seguir:

- Investimento no desenvolvimento da rede comercial, reforçando os programas APM e APE, aludidos no ponto 3.5;

- Orientação dos objetivos de venda e as campanhas de dinamização comercial para os produtos de maior rentabilidade associada;
- Vigilância permanente da qualidade dos riscos assumidos na carteira de apólices;
- Redução significativa dos gastos de gestão.

É expectável que os resultados da orientação para os produtos de maior rentabilidade, da vigilância da qualidade dos riscos e da redução de gastos, sejam visíveis já no ano 2018. Isso e o efeito das medidas de saneamento de riscos em Acidentes de Trabalho deverão concorrer para uma melhoria significativa do resultado líquido já no ano 2018.

Por sua vez, o investimento no desenvolvimento da rede própria será um trabalho paulatino que carece, naturalmente, de um período de tempo mais alargado, pelo que se espera que produza efeito apenas a médio prazo, sem rejeitar que deva ir evidenciando sinais de evolução no sentido pretendido à medida que for sendo implementado. Por outro lado, o aludido impacto das correções em Acidentes de Trabalho condicionará, no sentido de limitar, a evolução dos prémios, pelo que o ambicionado objetivo de crescimento só deverá aparecer de forma mais robusta a partir de 2019.

Além do desenvolvimento da rede própria de distribuição, estão previstos alguns ajustamentos ao modelo de atuação comercial, a implementar no imediato, traduzidos na introdução de novas metodologias de trabalho e de seguimento dos resultados, com o objetivo de conseguir um aumento substancial da produtividade por comercial.

Do ponto de vista técnico, as medidas de maior impacto na correção da qualidade da carteira vigente já foram tomadas, pelo que o que se pretende no futuro próximo é assegurar o funcionamento efetivo do controlo do fluxo de entrada de novas apólices e a monitorização permanente da evolução dos riscos em carteira, aplicando técnicas atuariais rigorosas.

Em complemento ao programa de redução de gastos, os investimentos em novos projetos estarão sujeitos a uma avaliação positiva da sua rentabilidade implícita, no sentido de garantir que a alocação de recursos seja geradora de um retorno em linha com a estratégia de melhoria dos resultados de exploração.

Não será descurado o investimento na transformação digital, orientada, no futuro mais imediato, para projetos de serviço ao cliente e de melhoria de eficiência, em linha com o objetivo de redução de gastos.

Em termos do perfil de exposição ao risco, não se preveem alterações significativas, motivo pelo qual a solvência da empresa deverá manter o nível altamente confortável que se verifica atualmente, acomodando perfeitamente o incremento de negócio projetado.

5. Agradecimentos

Para dar resposta aos desafios de mais um ano de atividade, contamos com a colaboração leal e dedicada de muitas pessoas e entidades a quem queremos deixar o nosso agradecimento sincero.

De forma especial, queremos mencionar:

- Os Clientes que nos confiaram algo tão importante como é a sua proteção;
- Os Empregados sem os quais não teríamos podido satisfazer os clientes;
- Os Mediadores que dedicadamente nos representaram por todo o território;
- Os Fornecedores que nos municiaram com os bens e serviços imprescindíveis à prestação dos nossos serviços;
- Os órgãos de fiscalização – Auditores Externos e Conselho Fiscal – pela sua atitude construtiva;
- A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões por continuar a velar pela saúde da atividade seguradora;
- A Associação Portuguesa de Seguradores pela boa representação do setor.

6. Aplicação de Resultados

Propomos que o resultado líquido do exercício, negativo no montante total de 5.325.541,70 euros seja absorvido por incorporação em Reservas Livres, cujo montante em balanço é suficiente para tal.

Lisboa, 14 de março de 2018

O Conselho de Administração

José Manuel Inchausti Pérez (Presidente)
 Juan Fernández Palacios (Vice-Presidente)
 Luis Anula Rodriguez (Vogal/Administrador Delegado)
 Andrés Jiménez Herradon (Vogal)
 António Luís de Azevedo Portela (Vogal)
 Ignacio Baeza Gómez (Vogal)
 Javier del Río Martín (Vogal)
 José Luis Catalinas Calleja (Vogal)
 José Luis Joló Marín (Vogal)
 Miguel Pedro Caetano Ramos (Vogal)

O Secretário

Pedro Ribeiro e Silva



3.

Contas Anuais 2017

A MAPFRE alcança a classificação mais alta da ONU há seis anos consecutivos

Concedida pelo Pacto Mundial das Nações Unidas em matéria de Responsabilidade Social Corporativa, no cumprimento dos dez princípios estabelecidos pelo Pacto Mundial de Nações Unidas, que protegem aspetos como os direitos humanos e do trabalho, a proteção do meio ambiente e as práticas contra a corrupção.

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2017			Exercício anterior (2016)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Ativo					
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.233.797,97		6.233.797,97	222.300,10
4	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21.000.000,00		21.000.000,00	21.000.000,00
5	Ativos financeiros detidos para negociação			0,00	99.524,83
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			0,00	0,00
	Derivados de cobertura			0,00	0,00
6	Ativos financeiros disponíveis para venda	134.790.246,25		134.790.246,25	140.223.340,01
	Empréstimos concedidos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos junto de empresas cedentes			0,00	0,00
	Outros depósitos			0,00	0,00
	Empréstimos concedidos			0,00	0,00
	Contas a receber			0,00	0,00
	Outros			0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade			0,00	0,00
7	Terrenos e edifícios	20.068.961,73	6.984.247,49	13.084.714,24	13.381.588,42
	Terrenos e edifícios de uso próprio	18.808.934,14	6.460.249,16	12.348.684,98	12.762.426,53
	Terrenos e edifícios de rendimento	1.260.027,59	523.998,33	736.029,26	619.161,89
8	Outros ativos tangíveis	6.932.488,93	6.370.227,07	562.261,86	630.991,96
	Inventários			0,00	0,00
	Goodwill			0,00	0,00
9	Outros ativos intangíveis	7.307.149,87	6.312.211,10	994.938,77	1.833.556,70
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	16.931.723,66		16.931.723,66	18.030.276,91
	Provisão para prémios não adquiridos	4.067.285,82		4.067.285,82	3.996.933,88
	Provisão matemática do ramo vida			0,00	0,00
	Provisão para sinistros	12.864.437,84		12.864.437,84	14.033.343,03
	Provisão para participação nos resultados			0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa			0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira			0,00	0,00
	Outras provisões técnicas			0,00	0,00
27	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	238.594,23		238.594,23	319.866,85
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	13.776.208,50	2.043.181,72	11.733.026,78	11.894.200,24
	Contas a receber por operações de seguro directo	11.130.629,41	2.040.624,36	9.090.005,05	8.320.649,56
	Contas a receber por operações de resseguro	245.009,55		245.009,55	92.495,07
	Contas a receber por outras operações	2.400.569,54	2.557,36	2.398.012,18	3.481.055,61
12	Ativos por impostos e taxas	524.360,57		524.360,57	298.222,35
	Ativos por impostos correntes	524.360,57		524.360,57	298.222,35
	Ativos por impostos diferidos			0,00	0,00
	Acréscimos e diferimentos			0,00	0,00
	Outros elementos do ativo			0,00	0,00
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			0,00	0,00
	Total Ativo	227.803.531,71	21.709.867,38	206.093.664,33	207.933.868,37

Euros

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2017	Exercício anterior (2016)
Passivo e Capital Próprio			
Passivo			
14	Provisões técnicas	124.311.774,31	120.746.124,26
	Provisão para prémios não adquiridos	19.834.726,51	21.058.630,51
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	100.246.872,85	95.123.803,84
	De vida		
	De acidentes de trabalho	52.774.310,97	46.060.960,32
	De outros ramos	47.472.561,88	49.062.843,52
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	2.759.549,35	2.621.453,24
	Provisão para riscos em curso	1.470.625,60	1.942.236,67
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
15	Outros passivos financeiros	16.677,02	19.874,33
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	16.677,02	19.874,33
	Outros		
27	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	211.151,08	315.597,37
16	Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.181.527,99	7.220.684,55
	Contas a pagar por operações de seguro directo	5.568.971,38	3.872.156,65
	Contas a pagar por operações de resseguro	1.760.092,64	1.295.020,74
	Contas a pagar por outras operações	852.463,97	2.053.507,16
12	Passivos por impostos	4.452.878,88	5.882.758,97
	Passivos por impostos correntes	2.785.127,09	2.854.220,52
	Passivos por impostos diferidos	1.667.751,79	3.028.538,45
17	Acréscimos e diferimentos	4.419.474,52	3.331.306,33
18	Outras provisões	80.659,30	80.659,30
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
Total Passivo		141.674.143,10	137.597.005,11
Capital Próprio			
19	Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
	(Ações próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
20	Reservas de reavaliação	15.418.666,02	16.500.906,24
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	15.418.666,02	16.500.906,24
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
20	Reserva por impostos diferidos	(3.237.919,86)	(3.712.703,91)
20	Outras reservas	24.455.666,77	24.977.425,14
	Resultados transitados	0,00	0,00
	Resultado do exercício	(5.325.541,70)	(537.414,21)
Total Capital Próprio		64.419.521,23	70.336.863,26
Total Passivo e Capital Próprio		206.093.664,33	207.933.868,37

Euros

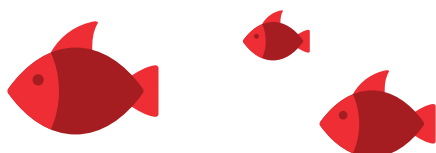
Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2017			Exercício anterior (2016)	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
21	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		76.988.132,06		76.988.132,06	81.215.246,45
	Prémios brutos emitidos		95.282.686,99		95.282.686,99	96.548.926,77
	Prémios de resseguro cedido		18.709.086,81		18.709.086,81	17.452.183,97
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(204.435,94)		(204.435,94)	(2.414.876,85)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		210.095,94		210.095,94	(296.373,20)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Anexo 4.1. e 4.2.	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		63.891.524,97		63.891.524,97	64.845.193,79
	Montantes pagos		57.599.550,77		57.599.550,77	66.049.231,53
22	Montantes brutos		67.248.453,27		67.248.453,27	76.607.797,63
	Parte dos resseguradores		9.648.902,50		9.648.902,50	10.558.566,10
	Provisão para sinistros (variação)		6.291.974,20		6.291.974,20	(1.204.037,74)
Anexo 3.1 e 3.2	Montante bruto		5.123.069,01		5.123.069,01	(2.871.673,05)
	Parte dos resseguradores		(1.168.905,19)		(1.168.905,19)	(1.667.635,31)
23	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		(333.514,96)		(333.514,96)	(2.924.107,59)
	Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)					
	Montante bruto					
	Parte dos resseguradores					
	Participação nos resultados, líquida de resseguro					
24; 26	Custos e gastos de exploração líquidos		22.412.889,53		22.412.889,53	24.839.203,03
25	Custos de aquisição		21.583.321,12		21.583.321,12	22.091.583,44
	Custos de aquisição diferidos (variação)		(1.019.468,06)		(1.019.468,06)	457.148,87
	Gastos administrativos		4.590.039,99		4.590.039,99	4.652.602,97
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		2.741.003,52		2.741.003,52	2.362.132,25
28	Rendimentos		4.005.065,32	32.702,46	4.037.767,78	4.418.442,74
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		3.957.009,32		3.957.009,32	4.379.459,37
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		48.056,00	32.702,46	80.758,46	38.983,37
29	Gastos financeiros		1.288.595,77	558,66	1.289.154,43	1.252.420,62
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		399.286,19		399.286,19	428.054,76
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Outros		889.309,58	558,66	889.868,24	824.365,86

(Continua)

(Continuação)

Euros

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2017				Exercício anterior (2016)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
30	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		1.452.185,21	0,00	1.452.185,21	1.563.284,41
	De ativos disponíveis para venda		1.452.185,21		1.452.185,21	1.563.284,41
	De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De outros				0,00	0,00
31	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	(10.568,63)	(10.568,63)	731,46
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação			(10.568,63)	(10.568,63)	731,46
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
	Diferenças de câmbio				0,00	0,00
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
32	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		8.880,83	0,00	8.880,83	13.194,45
	De ativos disponíveis para venda				0,00	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
	De outros		8.880,83		8.880,83	13.194,45
33	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(16.461,65)		(16.461,65)	(155.958,36)
34	Outras provisões (variação)			423.296,25	423.296,25	(27.283,43)
35	Outros rendimentos/gastos			(689.854,88)	(689.854,88)	730.871,52
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
	Resultado Líquido antes de Impostos		(4.839.455,20)	(1.091.575,96)	(5.931.031,16)	(226.002,65)
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			280.513,15	280.513,15	304.416,89
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos			(886.002,61)	(886.002,61)	6.994,67
	Resultado Líquido do Exercício		(4.839.455,20)	(486.086,50)	(5.325.541,70)	(537.414,21)



Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Reservas de reavaliação			Outras reservas			Resultado do exercício	Total
		Capital social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas		
	Balanço em 31 de dezembro 2016 (balanço de abertura)	33.108.650,00	16.500.906,24	(3.712.703,91)	4.203.866,86	2.979.548,04	17.794.010,24	(537.414,21)	70.336.863,26
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Balanço de abertura alterado	33.108.650,00	16.500.906,24	(3.712.703,91)	4.203.866,86	2.979.548,04	17.794.010,24	(537.414,21)	70.336.863,26
20	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(1.082.240,22)	474.784,05					(607.456,17)
19	Aumentos de reservas por aplicação de resultados						(537.414,21)	537.414,21	0,00
27	Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas						15.655,84		15.655,84
	Total das variações do capital próprio	0,00	(1.082.240,22)	474.784,05	0,00	0,00	(521.758,37)	537.414,21	(591.800,33)
	Resultado líquido do exercício							(5.325.541,70)	(5.325.541,70)
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balanço em 31 de dezembro 2017	33.108.650,00	15.418.666,02	(3.237.919,86)	4.203.866,86	2.979.548,04	17.272.251,87	(5.325.541,70)	64.419.521,23



Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas		
	Balanco em 31 de dezembro 2015 (balanco de abertura)	33.108.650,00	13.401.998,22	(3.005.931,90)	4.149.121,10	2.979.548,04	17.299.900,90	547.457,63	68.480.743,99
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
	Balanco de abertura alterado	33.108.650,00	13.401.998,22	(3.005.931,90)	4.149.121,10	2.979.548,04	17.299.900,90	547.457,63	68.480.743,99
20	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		3.098.908,02	(706.772,01)					2.392.136,01
19	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				54.745,76		492.711,87	(547.457,63)	0,00
27	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas						1.397,47		1.397,47
	Total das variações do capital próprio	0,00	3.098.908,02	(706.772,01)	54.745,76	0,00	494.109,34	(547.457,63)	2.393.533,48
	Resultado líquido do exercício							(537.414,21)	(537.414,21)
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Balanco em 31 de dezembro 2016	33.108.650,00	16.500.906,24	(3.712.703,91)	4.203.866,86	2.979.548,04	17.794.010,24	(537.414,21)	70.336.863,26

Euros

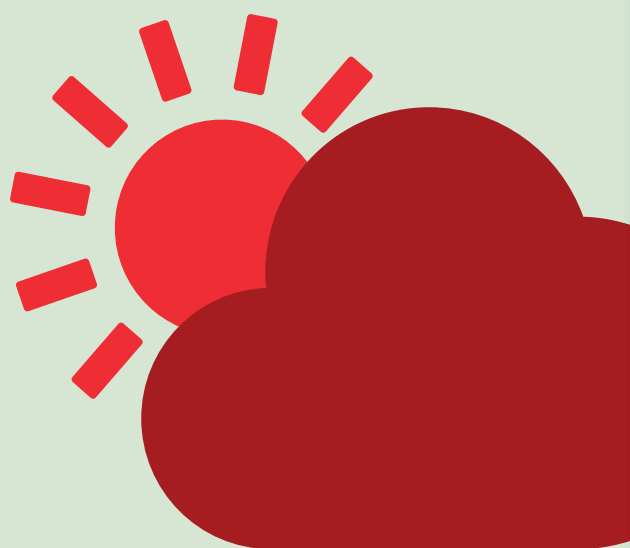
Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2017			Exercício anterior (2016)	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		(607.456,17)		(607.456,17)	2.392.136,01
20	Varição da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda		(1.082.240,22)		(1.082.240,22)	3.098.908,02
20	Impostos correntes e diferidos		474.784,05		474.784,05	(706.772,01)
	Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados		15.655,84		15.655,84	1.397,47
27	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas		15.655,84		15.655,84	1.397,47
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		(591.800,33)		(591.800,33)	2.393.533,48
	Resultado líquido do exercício		(4.839.455,20)	(486.086,50)	(5.325.541,70)	(537.414,21)
	Total do Rendimento Integral do Exercício		(5.431.255,53)	(486.086,50)	(5.917.342,03)	1.856.119,27

Euros

Notas do anexo	Fluxo caixa	Exercício 2017	Exercício anterior (2016)
Atividades Operacionais			
	Prémios recebidos*	108.229.592,86	110.979.391,17
	Sinistros pagos	(59.487.580,83)	(68.635.245,20)
	Pagamentos comissões	(8.513.435,53)	(10.423.852,19)
	Entradas resseguro	4.064.571,59	6.301.438,03
	Saídas resseguro	(12.383.223,54)	(13.375.879,32)
	Entradas coseguro	2.784.043,75	1.511.877,89
	Saídas coseguro	(2.669.922,37)	(1.835.386,29)
	Outros recebimentos	1.006.374,47	754.856,19
	Outros pagamentos	(35.368.215,41)	(37.618.459,48)
	Imposto sobre o rendimento	(358.931,44)	(436.255,50)
	Total Fluxos Operacionais	(2.696.726,45)	(12.777.514,70)
Atividades de investimento			
	(Aquisições)/alienações de ativos tangíveis e intangíveis	(770.282,88)	(766.868,28)
	Aquisições de rendas recebidas	48.056,00	38.840,00
	Alienações de rendas recebidas	0,00	0,00
	Titulos de dívida- compras	(57.031.887,49)	(87.598.770,24)
	Titulos de dívida- vendas	61.285.163,72	97.348.990,79
	Instrumentos capital e UP's – compras	(11.772.291,27)	(8.360.986,93)
	Instrumentos capital e UP's – vendas	13.309.106,39	6.462.639,29
	Juros recebidos	3.257.929,01	3.484.505,28
	Dividendos recebidos	382.619,93	515.784,98
	Outros investimentos	0,00	0,00
	Total Fluxos Investimento	8.708.413,41	11.124.134,89
Atividades de financiamento			
	Pagamento de juros	0,00	0,00
	Total Fluxos Financiamento	0,00	0,00
	Efeito cambial	(189,09)	(4.884,59)
	Aumento caixa	6.011.497,87	(1.658.264,40)
	Caixa no início	222.300,10	1.880.564,50
8	Caixa no fim	6.233.797,97	222.300,10

*Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.





4.

Notas às Demonstrações Financeiras

A Climate A-List 2017 inclui as 112 companhias com melhor desempenho na redução de emissões de CO₂ e no combate à mudança climática a nível mundial

A MAPFRE foi condecorada, uma vez mais, pelo Carbon Disclosure Project (CDP) como companhia líder em atuações contra a mudança climática tendo sido, mais uma vez, incluída na Climate A-List Global 2017.

Índice

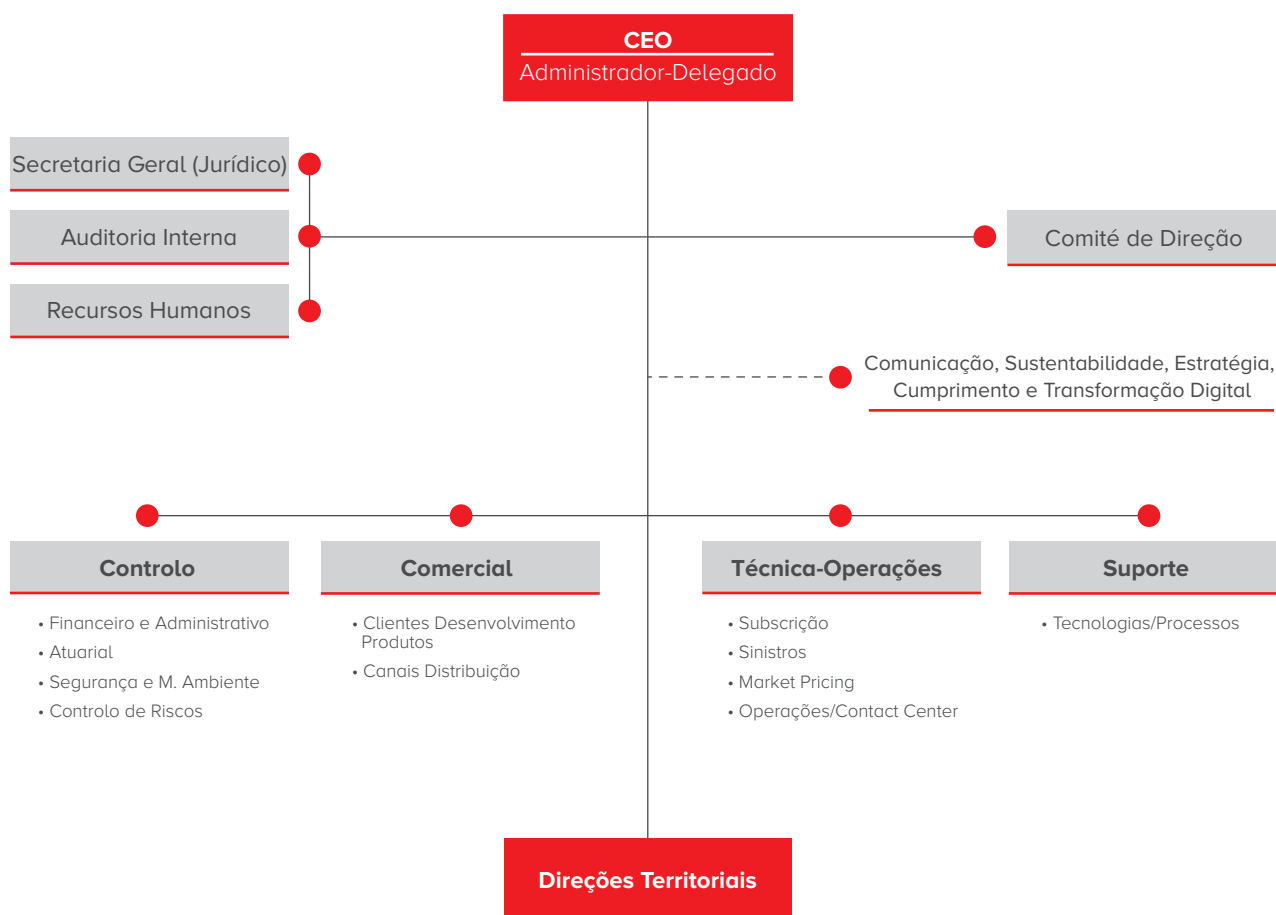
1. Informações Gerais	38	25. Custos de Aquisição	81
2. Políticas Contabilísticas	39	26. Gastos com o Pessoal	82
3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	51	27. Obrigações com Benefícios dos Empregados	83
4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	52	28. Rendimentos	93
5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação	53	29. Gastos Financeiros	94
6. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	55	30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	94
7. Terrenos e Edifícios	59	31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	95
8. Outros Ativos Tangíveis	63	32. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	95
9. Outros Ativos Intangíveis	64	33. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	96
10. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	65	34. Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)	96
11. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	66	35. Outros Rendimentos e Gastos	97
12. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas	68	36. Relato por Segmentos	98
13. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	70	37. Entidades Relacionadas	101
14. Provisões Técnicas	71	38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro	106
15. Outros Passivos Financeiros	73	39. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros	116
16. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	73	40. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital	123
17. Acréscimos e Diferimentos	74	41. Elementos Extrapatrimoniais	126
18. Outras Provisões	74	42. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores	126
19. Capital	75	43. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas	127
20. Reservas	76		
21. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	77		
22. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	78		
23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)	78		
24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	79		

1. Informações Gerais

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura, a 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma nº 2/98-A da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e iniciou a sua atividade a 1 de abril de 1998.

A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa, na Rua Castilho, 52.

A MAPFRE dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama seguinte:



A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano de 2017, prémios aproximadamente de 95 milhões de euros, que representam uma diminuição de 1,3% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros de Acidentes de Trabalho 26%, Autos 46%, Incêndio e Outros Danos 16% e os restantes 12% aos restantes ramos.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2017, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado e na redução sustentada do rácio combinado.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respectivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas, de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os International Financial Reporting Standards (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 – Contratos de Seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC).

No exercício de 2017, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros detidos para negociação e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 14 de março de 2018.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem o caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma filial nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Transações materiais entre a investidora e a investida;
- Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em filiais e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

Ativos financeiros detidos para negociação

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivativos em que existe intenção de negociação.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivativos em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;

- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.



O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 6.2. detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

De ativos financeiros detidos para negociação

Após o reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos Outros" ou de "Gastos financeiros Outros".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos Outros".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Rendimentos Outros", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda" até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda".

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida, são diretamente registados em resultados, nas rubricas de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" ou de "Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas".

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica "Outros rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda".



Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentem sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;

- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui *“um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”*, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado; e
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2017 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;
- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.



2.5. Terrenos e edifícios

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16 (Ativos Fixos Tangíveis) e IAS 40 (Propriedades de investimento).

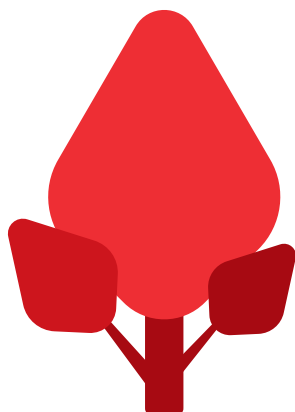
Os edifícios são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

Os edifícios encontram-se valorizados subsequentemente ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.



2.6. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

2.7. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.9. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.11. Passivos financeiros

A única classe de passivo financeiro registado são os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

2.12. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.13. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício, mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas despesas serão reconhecidas em exercícios posteriores.



2.14. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

a) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea e) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

b) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar nº 4/98 e nº 10/2016 emitida pela ASF, utilizando o método “*pró rata temporis*”, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

c) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por ramos e/ou grupos de ramos (Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral, Caução, Perdas Pecuniárias Diversas e Proteção Jurídica), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar nº 12/2000 e na Norma Regulamentar nº 10/2016 da ASF.

d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar nº 4/98 e na Norma Regulamentar nº 10/2016 da ASF, para a cobertura de fenómenos sísmicos do Ramo Incêndio e para o Ramo de Caução.

e) Provisão para sinistros

Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Para a valorização casuística dos sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, por cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles. No caso

concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação desta provisão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação desta provisão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

Provisão para custos de gestão de sinistros

A provisão para custos de gestão de sinistros pendentes calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

Provisão para assistência vitalícia

A provisão para assistência vitalícia é estimada caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

Provisão matemática de acidentes de trabalho

A provisão matemática de acidentes de trabalho é calculada segundo métodos de projeção atuarial, com base na tabela de mortalidade PERF/PERM 2000 P com uma taxa de juro de 3,84% até à duração da carteira de ativos subjacentes e com base na curva livre de risco com ajuste de volatilidade (EIOPA *risk-free interest rate*) para o período remanescente.

Foram ainda considerados encargos de gestão de sinistros de 6,1% sobre os montantes anuais pagos e encargos de gestão de investimentos de 0,5% sobre o valor de provisões a cada ano projetado. No caso das pensões obrigatoriamente remíveis, o montante de benefício considerado é o que decorre da tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 38.

2.15. Imputação de gastos por funções

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções, conforme a prevê a diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

- a) Custos com sinistros;
- b) Custos e gastos de exploração:
 - i. Custos de aquisição;
 - ii. Gastos administrativos.
- c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 24 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.16. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós emprego – responsabilidades com pensões

Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano, todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 29/01/2016.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos da cláusula 50ª e 51ª, bem como Anexo V do referido Acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

Planos de benefício definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

Encontram-se ainda abrangidos por este plano os trabalhadores que em 2016 optaram pelo Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56ª do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego,

n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 27.2.

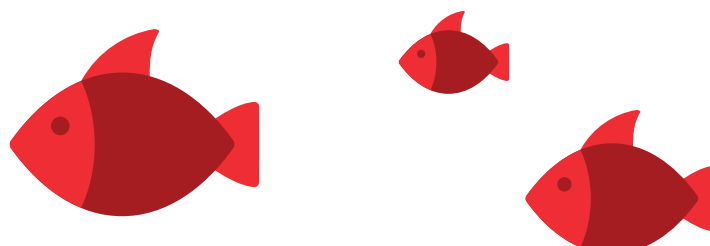
Os desvios determinados anualmente em resultado de: (i) ganhos e perdas atuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos, e de alterações nesses pressupostos atuariais, e (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 42.ª do Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 29/01/2016 são calculadas anualmente utilizando o método “*pró rata temporis*”, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.



2.17. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.18. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.19. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Benefícios dos empregados

Conforme descrito na Nota 2.16. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – planos de benefício definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

b) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.14.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

c) Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

d) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os cash flows futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

e) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades Fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

f) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;

- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e
- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	2017	2016
Caixa e equivalentes	93.153,21	67.192,59
Depósitos à ordem	6.140.644,76	155.107,51
Total	6.233.797,97	222.300,10



4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

Entidade	Euros	
	2017	2016
Ativo		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.	21.000.000,00	21.000.000,00
Total	21.000.000,00	21.000.000,00

No quadro abaixo apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente:

Entidade	Euros	
	2017	2016
MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.		
Total dos ativos	358.450.063,52	335.414.521,17
Total dos passivos	319.449.769,34	302.714.156,92
Produção seguro direto	45.472.139,35	45.215.002,43
Resultados	1.661.163,76	1.105.728,38

4.1. Participação na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º.1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua Atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000 de euros.

No exercício de 2013, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. procedeu a um novo aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000 de euros.

4.2. Partes de capital

As partes de capital em empresas associadas e filiais foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Com base na evolução financeira da participada não foram identificados indícios de imparidade.

5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros detidos para negociação” foram constituídos por títulos de dívida de outros emissores não afetos às provisões técnicas.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros				
2017				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Total
Saldo inicial	99.524,83	0,00	0,00	99.524,83
Aquisições (a valor aquisição)	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
Vendas (a valor venda)	(389.604,17)	0,00	0,00	(389.604,17)
Reembolsos (a valor reembolso)	(109.000,00)	0,00	0,00	(109.000,00)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	(10.568,63)	0,00	0,00	(10.568,63)
Variação do custo amortizado	9.647,97	0,00	0,00	9.647,97
Variação juro decorrido	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00

Euros				
2016				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Total
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições (a valor aquisição)	98.650,00	0,00	0,00	98.650,00
Vendas (a valor venda)	0,00	0,00	0,00	0,00
Reembolsos (a valor reembolso)	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	731,46	0,00	0,00	731,46
Variação do custo amortizado	143,37	0,00	0,00	143,37
Variação juro decorrido	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	99.524,83	0,00	0,00	99.524,83

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contábilística dos instrumentos financeiros:

Euros

2017						
Tipo de ativo	Valor contábilístico					
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	Total
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos de outros emissores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Euros

2016						
Tipo de ativo	Valor contábilístico					
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	Total
Ativos financeiros detidos para negociação						
Títulos de outros emissores	98.650,00	143,37	731,46	0,00	0,00	99.524,83
Total	98.650,00	143,37	731,46	0,00	0,00	99.524,83



6. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

6.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda” são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário/imobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

2017				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Total
Saldo inicial	119.485.375,95	20.737.964,06	0,00	140.223.340,01
Aquisições (a valor aquisição)	56.246.202,35	11.770.338,54	0,00	68.016.540,89
Vendas (a valor venda)	(55.662.500,17)	(13.308.925,26)	0,00	(68.971.425,43)
Reembolsos (a valor reembolso)	(4.540.000,00)	0,00	0,00	(4.540.000,00)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	(749.171,10)	(333.069,12)	0,00	(1.082.240,22)
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	279.379,93	1.172.805,28		1.452.185,21
Variação do custo amortizado	(260.358,59)	0,00	0,00	(260.358,59)
Variação juro decorrido	(47.795,62)	0,00	0,00	(47.795,62)
Saldo final	114.751.132,75	20.039.113,50	0,00	134.790.246,25

Euros

2016				
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e unidades de participação	Outros depósitos	Total
Saldo inicial	125.822.146,57	17.831.897,79	0,00	143.654.044,36
Aquisições (a valor aquisição)	86.732.497,39	8.360.874,47	0,00	95.093.371,86
Vendas (a valor venda)	(91.579.685,78)	(6.461.820,26)	0,00	(98.041.506,04)
Reembolsos (a valor reembolso)	(4.450.000,00)	0,00	0,00	(4.450.000,00)
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	1.918.886,13	1.180.021,89	0,00	3.098.908,02
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	1.736.294,24	(173.009,83)		1.563.284,41
Variação do custo amortizado	(267.453,62)	0,00	0,00	(267.453,62)
Variação juro decorrido	(427.308,98)	0,00	0,00	(427.308,98)
Saldo final	119.485.375,95	20.737.964,06	0,00	140.223.340,01

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros

2017						
Tipo de ativo	Valor contabilístico					Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda	117.777.836,49	(3.372,55)	15.418.666,02	1.597.116,29	0,00	134.790.246,25
Ações	10.359.252,87	0,00	1.839.022,16	0,00	0,00	12.198.275,03
Unidades participação	7.809.972,30	0,00	30.866,17	0,00	0,00	7.840.838,47
Títulos de dívida pública	60.622.607,69	135.534,96	11.842.988,87	1.114.023,98	0,00	73.715.155,50
Títulos de outros emissores públicos	7.383.567,20	5.510,41	477.814,51	162.871,51	0,00	8.029.763,63
Títulos de outros emissores	31.602.436,43	(144.417,92)	1.227.974,31	320.220,80	0,00	33.006.213,62
Total	117.777.836,49	(3.372,55)	15.418.666,02	1.597.116,29	0,00	134.790.246,25

Euros

2016						
Tipo de ativo	Valor contabilístico					Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao justo valor	Juro	Imparidade	
Ativos financeiros disponíveis para venda	121.915.510,34	162.011,52	16.500.906,24	1.644.911,91	0,00	140.223.340,01
Ações	16.964.146,03	0,00	1.999.738,91	0,00	0,00	18.963.884,94
Unidades participação	1.570.860,58	0,00	203.218,54	0,00	0,00	1.774.079,12
Títulos de dívida pública	65.131.122,85	269.624,77	12.334.635,64	1.031.495,66	0,00	78.766.878,92
Títulos de outros emissores públicos	6.683.742,20	20.247,84	684.340,58	159.601,65	0,00	7.547.932,27
Títulos de outros emissores	31.565.638,68	(127.861,09)	1.278.972,57	453.814,60	0,00	33.170.564,76
Total	121.915.510,34	162.011,52	16.500.906,24	1.644.911,91	0,00	140.223.340,01

No Anexo 11. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

6.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da *Bloomberg*.

Contudo, no exercício de 2017, existiram exceções, e, alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da *Bloomberg* obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtêm-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 3.314.733,66 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS0370846973	COMMERZBANK A.G.
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC – LONDON
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V.

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da “*Bloomberg*”. No entanto, no exercício de 2017 houve uma exceção, tendo sido valorizado pelo custo, pelo montante de 238.338,46 euros, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
ES0144022003	HELIA RENEVABLES FCR CLASE A
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICICIL

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- **Nível 1** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categoria são determinadas em cada data de reporte. Apresenta-se no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros				
2017				
Conceito	Justo valor – níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	12.198.275,03	0,00	0,00	12.198.275,03
Unidades de participação	7.602.500,01	0,00	238.338,46	7.840.838,47
Títulos de dívida pública	73.715.155,50	0,00	0,00	73.715.155,50
Títulos de outros emissores públicos	8.029.763,63	0,00	0,00	8.029.763,63
Títulos de outros emissores	29.691.479,96	3.314.733,66	0,00	33.006.213,62
Total	131.237.174,13	3.314.733,66	238.338,46	134.790.246,25

Euros				
2016				
Conceito	Justo valor – níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ações	18.663.884,94	0,00	300.000,00	18.963.884,94
Unidades de participação	1.774.079,12	0,00	0,00	1.774.079,12
Títulos de dívida pública	78.766.878,92	0,00	0,00	78.766.878,92
Títulos de outros emissores públicos	7.547.932,27	0,00	0,00	7.547.932,27
Títulos de outros emissores	28.674.512,00	4.496.052,76	0,00	33.170.564,76
Total	135.427.287,25	4.496.052,76	300.000,00	140.223.340,01

6.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.4., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2017.

7. Terrenos e Edifícios

O modelo de valorização aplicado aos Terrenos e Edifícios é o modelo do custo.

Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade, se balcão delegado, pela saída do delegado.

Apresentamos, no quadro abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

2017			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	20.068.961,73	6.687.373,31	13.381.588,42
Saldo final	20.068.961,73	6.984.247,49	13.084.714,24

2016			
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / imparidades	Valor líquido
Terrenos e edifícios			
Saldo inicial	20.068.961,73	6.385.960,05	13.683.001,68
Saldo final	20.068.961,73	6.687.373,31	13.381.588,42

Demonstra-se, nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2017 e 2016:

Euros

2017			
Rubrica	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	18.997.933,77	1.071.027,96	20.068.961,73
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	(188.999,63)	188.999,63	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	18.808.934,14	1.260.027,59	20.068.961,73
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	4.995.653,95	319.582,54	5.315.236,49
Depreciações	272.501,57	15.491,78	287.993,35
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	(56.640,48)	56.640,48	0,00
Saldo final	5.211.515,04	391.714,80	5.603.229,84
Imparidades			
Saldo inicial	1.239.853,29	132.283,53	1.372.136,82
Movimento do ano	8.880,83	0,00	8.880,83
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.248.734,12	132.283,53	1.381.017,65
Valor líquido			
Saldo inicial	12.762.426,53	619.161,89	13.381.588,42
Saldo final	12.348.684,98	736.029,26	13.084.714,24

Euros

2016			
Rubrica	De uso próprio	De rendimento	Total
Valor de aquisição			
Saldo inicial	18.997.933,77	1.071.027,96	20.068.961,73
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Edifícios em curso	0,00	0,00	0,00
Saldo final	18.997.933,77	1.071.027,96	20.068.961,73
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	4.720.913,16	306.104,52	5.027.017,68
Depreciações	274.740,79	13.478,02	288.218,81
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Saldo final	4.995.653,95	319.582,54	5.315.236,49
Imparidades			
Saldo inicial	1.230.314,64	128.627,73	1.358.942,37
Movimento do ano	9.538,65	3.655,80	13.194,45
Alienações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.239.853,29	132.283,53	1.372.136,82
Valor líquido			
Saldo inicial	13.046.705,97	636.295,71	13.683.001,68
Saldo final	12.762.426,53	619.161,89	13.381.588,42

O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Euros

2017				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / imparidades	Valor líquido	Valor mercado
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	18.808.934,14	6.460.249,16	12.348.684,98	16.272.186,00
De rendimento	1.260.027,59	523.998,33	736.029,26	947.584,00
Total	20.068.961,73	6.984.247,49	13.084.714,24	17.219.770,00

Euros

2016				
Rubrica	Valor bruto	Depreciações / imparidades	Valor líquido	Valor mercado
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	18.997.933,77	6.235.507,24	12.762.426,53	16.381.952,00
De rendimento	1.071.027,96	451.866,07	619.161,89	765.950,00
Total	20.068.961,73	6.687.373,31	13.381.588,42	17.147.902,00

Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

Euros

2017		
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
Terrenos e edifícios		
De uso próprio	0,00	61.671,54
De rendimento	48.056,00	3.695,85
Total	48.056,00	65.367,39

Euros

2016		
Rubrica	Rendimentos de rendas	Gastos operacionais diretos (inclui reparações e manutenções)
Terrenos e edifícios		
De uso próprio	0,00	13.526,36
De rendimento	38.840,00	6.267,80
Total	38.840,00	19.794,16

À data de 31 de dezembro de 2017, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

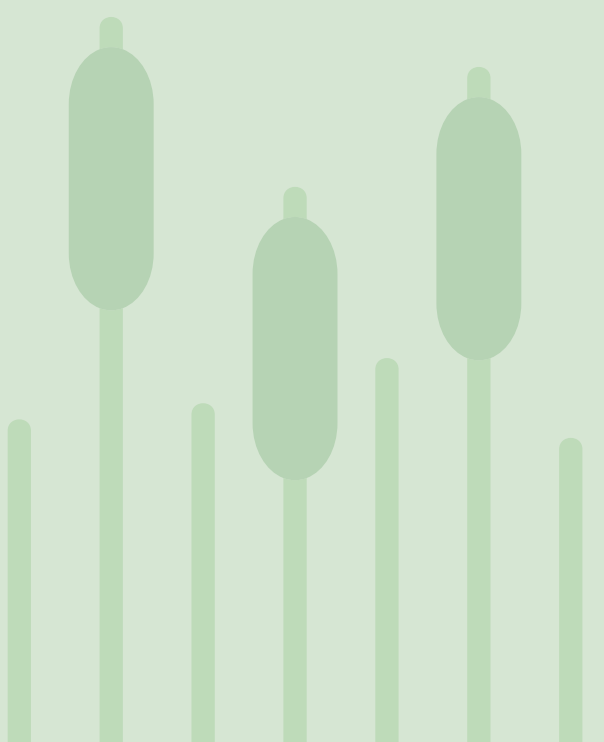
A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

Em referência a 31 de dezembro de 2017, não existem ativos dados como garantia de passivos.

Não existe à data de encerramento das contas do exercício de 2017, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

**Em Portugal, a MAPFRE
renovou o Certificado
de Gestão Ambiental
ISO 14001 no edifício sede,
em Lisboa.**



8. Outros Ativos Tangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

2017							
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento							
Equipamento administrativo	73.621,17	37.891,64	0,00	0,00	0,00	24.600,60	86.912,21
Máquinas e ferramentas	74.922,40	19.800,69	0,00	0,00	0,00	15.807,32	78.915,77
Equipamento informático	17.710,84	11.629,88	0,00	0,00	0,00	14.187,95	15.152,77
Instalações interiores	317.037,81	3.505,50	0,00	0,00	0,00	50.280,68	270.262,63
Outro equipamento	62.556,66	18.403,45	0,00	0,00	0,00	13.829,21	67.130,90
Outros ativos tangíveis	79.073,06	0,00	0,00	0,00	0,00	41.255,50	37.817,56
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	630.991,96	91.231,16	0,00	0,00	0,00	159.961,26	562.261,86

Euros

2016							
Outros ativos tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento							
Equipamento administrativo	95.668,30	12.671,75	0,00	0,00	0,00	34.718,88	73.621,17
Máquinas e ferramentas	74.176,39	16.040,50	0,00	0,00	35,55	15.258,94	74.922,40
Equipamento informático	30.659,28	5.984,08	0,00	0,00	0,00	18.932,52	17.710,84
Instalações interiores	224.749,50	87.563,15	60.020,18	0,00	0,00	55.295,02	317.037,81
Outro equipamento	61.947,95	15.839,70	0,00	0,00	0,00	15.230,99	62.556,66
Outros ativos tangíveis	120.328,56	0,00	0,00	0,00	0,00	41.255,50	79.073,06
Património artístico	6.070,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Ativos tangíveis em curso	60.020,18	0,00	(60.020,18)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	673.620,18	138.099,18	0,00	0,00	35,55	180.691,85	630.991,96

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer um deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos tangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de “Outros ativos tangíveis” (exceto terrenos e edifícios) em imparidade ou cedido.

9. Outros Ativos Intangíveis

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

2017							
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	466.077,03	0,00	424.545,35	0,00	0,00	467.876,46	422.745,92
Ativos Intangíveis em curso	1.367.479,67	280.514,82	(424.545,35)	0,00	651.256,29	0,00	572.192,85
Total	1.833.556,70	280.514,82	0,00	0,00	651.256,29	467.876,46	994.938,77

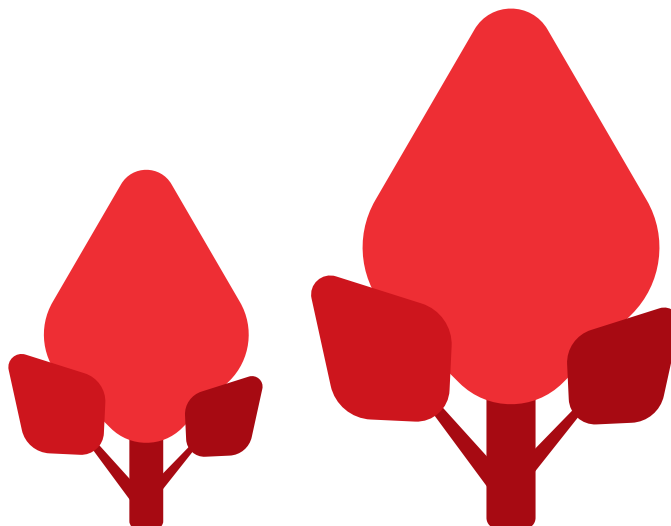
Euros

2016							
Outros ativos intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplica. informáticas	545.598,80	8.948,25	328.282,09	0,00	0,00	416.752,11	466.077,03
Ativos Intangíveis em curso	1.167.096,52	528.665,24	(328.282,09)	0,00	0,00	0,00	1.367.479,67
Total	1.712.695,32	537.613,49	0,00	0,00	0,00	416.752,11	1.833.556,70

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos intangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos “Ativos intangíveis em curso” corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte ao desenvolvimento do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que por não se esperar benefícios económicos futuros foram abatidos.



10. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros

2017				
Provisões técnicas – resseg. cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	3.996.933,88	70.351,94	0,00	4.067.285,82
Prémios não adquiridos	4.649.894,08	210.095,94	0,00	4.859.990,02
Custos de aquisição diferidos	(652.960,20)	(139.744,00)	0,00	(792.704,20)
Provisão para sinistros	14.033.343,03	9.060.659,17	10.229.564,37	12.864.437,84
Prestações	13.390.821,41	8.689.597,78	9.648.902,50	12.431.516,69
IBNR	408.005,47	159.716,80	97.775,97	469.946,30
IBNER	234.516,15	211.344,59	482.885,90	(37.025,16)
Total	18.030.276,91	9.131.011,11	10.229.564,37	16.931.723,66

Euros

2016				
Provisões técnicas – resseg. cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	4.211.612,86	0,00	214.678,98	3.996.933,88
Prémios não adquiridos	4.946.267,28	0,00	296.373,20	4.649.894,08
Custos de aquisição diferidos	(734.654,42)	0,00	(81.694,22)	(652.960,20)
Provisão para sinistros	15.700.978,34	9.589.109,75	11.256.745,06	14.033.343,03
Prestações	14.964.350,55	8.985.036,96	10.558.566,10	13.390.821,41
IBNR	475.185,56	292.594,72	359.774,81	408.005,47
IBNER	261.442,23	311.478,07	338.404,15	234.516,15
Total	19.912.591,20	9.589.109,75	11.471.424,04	18.030.276,91

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

11. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações líquido de ajustamentos é decomposto como segue:

Euros

2017			
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade / ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	11.130.629,41	2.040.624,36	9.090.005,05
Tomadores de seguros	8.472.661,73	1.991.359,57	6.481.302,16
Mediadores	403.163,05	49.264,79	353.898,26
Co-Seguradoras	2.254.804,63	0,00	2.254.804,63
Contas a receber por operações de resseguro	245.009,55	0,00	245.009,55
Contas a receber por outras operações	2.400.569,54	2.557,36	2.398.012,18
Empréstimos ao pessoal	703.887,15	0,00	703.887,15
Outras operações com pessoal	79.287,71	0,00	79.287,71
FAT atualizações/alterações	45.503,76	0,00	45.503,76
Empresas do grupo – conta corrente	605.549,01	0,00	605.549,01
IDS – conta corrente	711.689,38	0,00	711.689,38
Garantias e cauções	110.234,17	0,00	110.234,17
Outros devedores	144.418,36	2.557,36	141.861,00
Total	13.776.208,50	2.043.181,72	11.733.026,78

Euros

2016			
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade / ajustamentos	Ativo líquido
Outros devedores por operações de seguros e outras operações			
Contas a receber por operações de seguro direto	9.937.977,67	1.617.328,11	8.320.649,56
Tomadores de seguros	7.697.803,37	1.567.972,96	6.129.830,41
Mediadores	765.451,65	49.355,15	716.096,50
Co-Seguradoras	1.474.722,65	0,00	1.474.722,65
Contas a receber por operações de resseguro	92.495,07	0,00	92.495,07
Contas a receber por outras operações	3.483.612,97	2.557,36	3.481.055,61
Empréstimos ao pessoal	715.132,80	0,00	770.056,05
Outras operações com pessoal	54.923,25	0,00	54.923,25
FAT atualizações/alterações	1.161.377,02	0,00	1.161.377,02
Empresas do grupo – conta corrente	434.962,47	0,00	434.962,47
IDS – conta corrente	812.840,42	0,00	812.840,42
Garantias e cauções	130.461,83	0,00	130.461,83
Outros devedores	173.915,18	2.557,36	171.357,82
Total	13.514.085,71	1.619.885,47	11.894.200,24

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resulta da análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O valor contabilizado em ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros

2017				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.567.414,31	423.386,61	0,00	1.990.800,92
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	558,65	0,00	0,00	558,65
De mediadores	49.355,15	0,00	90,36	49.264,79
De outros devedores	2.557,36	0,00	0,00	2.557,36
Total	1.619.885,47	423.386,61	90,36	2.043.181,72

Euros

2016				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	1.480.298,93	87.115,38	0,00	1.567.414,31
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	558,65	0,00	0,00	558,65
De mediadores	163.282,17	0,00	113.927,02	49.355,15
De outros devedores	3.029,15	0,00	471,79	2.557,36
Total	1.647.168,90	87.115,38	114.398,81	1.619.885,47

12. Ativos e Passivos por Impostos e Taxas

Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Ativos por impostos e taxas	524.360,57	298.222,35
Ativos por impostos (e taxas) correntes	524.360,57	298.222,35
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00
Passivos por impostos e taxas	4.452.878,88	5.882.758,97
Passivos por impostos (e taxas) correntes	2.785.127,09	2.854.220,52
Passivos por impostos diferidos	1.667.751,79	3.028.538,45

12.1. Impostos correntes

Detalham-se no quadro abaixo as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

Demonstração do gasto por imposto	Euros	
	2017	2016
Resultado antes de imposto	(5.931.031,16)	(226.002,65)
21% do resultado antes de impostos	(1.245.516,54)	(47.460,56)
Gasto por imposto (a acrescentar/a deduzir):		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	9.056,25	7.643,66
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios	252.466,15	0,00
Perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (Imóveis)	1.864,97	2.778,30
Créditos incobráveis não aceites como gastos	0,00	26.862,62
Realizações de utilidade social não dedutíveis	0,00	37,40
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que incidam sobre os lucros	33.158,33	0,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	305,00	1.004,85
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador	0,00	0,00
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	2.418,26	1.151,18
Menos-valias contabilísticas	193.020,79	178.896,15
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	337.852,15	401.079,07
Donativos não previstos ou além dos limites legais	1.050,00	1.050,00
Custos extraordinários	215.488,36	55.174,80
Reversão de provisões tributadas	(18,98)	(24.023,75)
Reversão de perdas por imparidade tributadas	(10.481,90)	0,00
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	0,00	(12.170,43)
Mais-valias contabilísticas	(495.913,88)	(507.185,87)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(59.819,00)	(62.936,42)
Benefícios fiscais	(16.267,39)	(11.338,78)
Ganhos extraordinários	(4.884,49)	0,00
Dedução de prejuízos fiscais	0,00	(7.393,55)
Gasto por imposto IRC	(786.221,92)	3.168,67
Derrama	0,00	744,65
Tributação autónoma	280.513,15	300.503,57
Diferimento do gasto por imposto, por prejuízo fiscal	786.221,92	0,00
Total de gasto por imposto corrente	280.513,15	304.416,89
Imposto sobre lucros a pagar:		
Entregas por conta e deduções	(7.565,00)	(114.115,92)
Imposto sobre lucros a pagar / (recuperar)	272.948,15	190.300,97

12.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

Euros

Impostos diferidos	2017					
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	(3.712.703,91)	0,00	0,00	0,00	474.784,05	(3.237.919,86)
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	308.730,80	0,00	0,00	(18.717,09)	0,00	290.013,71
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	375.434,66	904.719,70	0,00	0,00	0,00	1.280.154,36
Total	(3.028.538,45)	904.719,70	0,00	(18.717,09)	474.784,05	(1.667.751,79)

Euros

Impostos diferidos	2016					
	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		Saldo final
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio	
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	(3.005.931,90)	0,00	(706.772,01)	0,00	0,00	(3.712.703,91)
Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios	305.762,05	2.968,75	0,00	0,00	0,00	308.730,80
Do reconhecimento de imparidade s/títulos rend variável	9.517,70	0,00	0,00	(9.517,70)	0,00	0,00
Do reconhecimento do prejuízo fiscal	375.880,38	0,00	0,00	(445,72)	0,00	375.434,66
Total	(2.314.771,77)	2.968,75	(706.772,01)	(9.963,42)	0,00	(3.028.538,45)

13. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos, do exercício e do exercício anterior, demonstra-se no quadro abaixo:

Euros

2017				
Conceito	Acidentes de trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0,00	6.233.797,97	0,00	6.233.797,97
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	63.103.781,40	71.686.464,85	0,00	134.790.246,25
Terrenos e edifícios	0,00	13.084.714,24	0,00	13.084.714,24
Outros ativos tangíveis	0,00	562.261,86	0,00	562.261,86
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.291,43	16.928.432,23	0,00	16.931.723,66
Créditos sobre tomadores de seguros	947.910,68	5.533.391,48	0,00	6.481.302,16
Outros ativos	402.410,76	5.695.739,54	0,00	6.098.150,30
Total	64.457.394,27	119.724.802,17	0,00	184.182.196,44

Euros

2016				
Conceito	Acidentes de trabalho	Outros seguros	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0,00	222.300,10	0,00	222.300,10
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	99.524,83	99.524,83
Ativos financeiros disponíveis para venda	61.187.743,64	79.035.596,37	0,00	140.223.340,01
Terrenos e edifícios	0,00	13.381.588,42	0,00	13.381.588,42
Outros ativos tangíveis	0,00	630.991,96	0,00	630.991,96
Provisões técnicas de resseguro cedido	652,55	18.029.624,36	0,00	18.030.276,91
Créditos sobre tomadores de seguros	834.707,03	5.295.123,38	0,00	6.129.830,41
Outros ativos	362.198,58	4.716.483,66	0,00	5.078.682,24
Total	62.385.301,80	121.311.708,25	99.524,83	183.796.534,88

14. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros

Provisões técnicas – seguro direto	2017			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	21.058.630,51	(1.019.468,06)	204.435,94	19.834.726,51
Prémios não adquiridos	26.137.312,75	0,00	204.435,94	25.932.876,81
Custos de aquisição diferidos	(5.078.682,24)	(1.019.468,06)	0,00	(6.098.150,30)
Provisão para sinistros	95.123.803,84	71.804.377,92	66.681.308,91	100.246.872,85
– De acidentes de trabalho	46.060.960,32	27.394.075,43	20.680.724,78	52.774.310,97
Provisão matemática	37.763.668,53	17.531.779,00	12.095.724,71	43.199.722,82
Pensões	31.282.453,60	16.015.161,79	11.846.340,75	35.451.274,64
Assistência vitalícia	3.150.891,84	849.891,28	249.383,96	3.751.399,16
FAT	1.784.468,72	29.464,78	0,00	1.813.933,50
IBNR	1.545.854,37	637.261,15	0,00	2.183.115,52
Outras prestações e custos	7.795.749,21	9.600.094,30	8.585.000,07	8.810.843,44
Outras prestações	3.992.989,21	7.406.742,30	7.979.809,07	3.419.922,44
IBNR	1.406.498,00	0,00	605.191,00	801.307,00
IBNER	2.396.262,00	2.193.352,00	0,00	4.589.614,00
Custos de gestão de sinistros	501.542,58	262.202,13	0,00	763.744,71
– De outros seguros	49.062.843,52	44.410.302,49	46.000.584,13	47.472.561,88
Prestações e custos	47.931.927,62	44.252.010,90	45.999.310,04	46.184.628,48
Prestações	43.343.972,59	43.210.029,56	43.945.989,15	42.608.013,00
IBNR	2.167.265,85	699.932,09	79.611,86	2.787.586,08
IBNER	2.420.689,18	342.049,25	1.973.709,03	789.029,40
Custos de gestão de sinistros	1.130.915,90	158.291,59	1.274,09	1.287.933,40
Provisão para desvios de sinistralidade	2.621.453,24	138.096,11	0,00	2.759.549,35
Provisão para riscos em curso	1.942.236,67	159.480,92	631.091,99	1.470.625,60
Total	120.746.124,26	71.082.486,89	67.516.836,84	124.311.774,31

Euros

2016				
Provisões técnicas – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos	23.016.358,49	0,00	1.957.727,98	21.058.630,51
Prémios não adquiridos	28.552.189,60	0,00	2.414.876,85	26.137.312,75
Custos de aquisição diferidos	(5.535.831,11)	0,00	(457.148,87)	(5.078.682,24)
Provisão para sinistros	97.995.476,89	77.368.671,65	80.240.344,70	95.123.803,84
– De acidentes de trabalho	43.698.608,83	28.177.845,84	25.815.494,35	46.060.960,32
Provisão matemática	31.202.497,98	20.296.289,31	13.735.118,76	37.763.668,53
Pensões	26.006.132,48	18.077.680,48	12.801.359,36	31.282.453,60
Assistência vitalícia	4.084.651,24	0,00	933.759,40	3.150.891,84
FAT	1.111.714,26	672.754,46	0,00	1.784.468,72
IBNR	0,00	1.545.854,37	0,00	1.545.854,37
Outras prestações e custos	11.888.423,38	7.881.556,53	11.974.230,70	7.795.749,21
Outras prestações	4.466.945,67	7.881.556,53	8.355.512,99	3.992.989,21
IBNR	3.144.804,45	0,00	1.738.306,45	1.406.498,00
IBNER	4.276.673,26	0,00	1.880.411,26	2.396.262,00
Custos de gestão de sinistros	607.687,47	0,00	106.144,89	501.542,58
– De outros seguros	54.296.868,06	49.190.825,81	54.424.850,35	49.062.843,52
Prestações e custos	52.461.303,37	49.187.291,69	53.716.667,44	47.931.927,62
Prestações	47.839.294,72	47.629.446,58	52.124.768,71	43.343.972,59
IBNR	2.956.564,20	579.705,97	1.369.004,32	2.167.265,85
IBNER	1.665.444,45	978.139,14	222.894,41	2.420.689,18
Custos de gestão de sinistros	1.835.564,69	3.534,12	708.182,91	1.130.915,90
Provisão para desvios de sinistralidade	2.192.673,33	428.779,91	0,00	2.621.453,24
Provisão para riscos em curso	5.295.124,17	274.605,73	3.627.493,23	1.942.236,67
Total	128.499.632,88	78.072.057,29	85.825.565,91	120.746.124,26

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto, são apresentadas nas rubricas de “Provisão para prémios não adquiridos (variação)” e “Custos de aquisição diferidos (variação)”, respetivamente, da conta de ganhos e perdas.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)”, da conta de ganhos e perdas.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2017 e de 2016, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

15. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

Conceito	2017	2016
Depósitos recebidos de resseguradores		
Não Vida	16.677,02	19.874,33
Total	16.677,02	19.874,33

16. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Rubrica	2017	2016
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro direto	5.568.971,38	3.872.156,65
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	1.739.479,21	1.774.486,28
Mediadores	1.456.149,50	1.219.002,06
Co-Seguradoras	2.244.611,15	742.928,54
Outros saldos credores por operações de seguro direto	128.731,52	135.739,77
Contas a pagar por operações de resseguro	1.760.092,64	1.295.020,74
Contas a pagar por outras operações	852.463,97	2.053.507,16
Fornecedores	698.605,48	676.610,70
FAT recebimentos	0,00	1.117.507,86
Outros credores	153.858,49	259.388,60
Total	8.181.527,99	7.220.684,55

17. Acréscimos e Diferimentos

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	Euros	
	2017	2016
Acréscimos de gastos com o pessoal	1.335.850,50	1.289.072,14
Subsídio de férias e mês de férias	981.857,06	942.358,22
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	353.993,44	346.713,92
Outros acréscimos de gastos	3.083.624,02	2.042.234,19
Incentivos a mediadores	877.952,50	613.376,53
Trabalhos especializados	167.566,00	184.945,61
Outros acréscimos	2.038.105,52	1.243.912,05
Total	4.419.474,52	3.331.306,33

18. Outras Provisões

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Rubrica	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo final
2017				
Outras provisões				
Taxas e impostos	80.659,30	0,00	0,00	80.659,30

Rubrica	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo final
2016				
Outras provisões				
Taxas e impostos	80.659,30	0,00	0,00	80.659,30

A provisão para taxas e impostos diz respeito ao saldo da conta corrente com a Segurança Social, relativamente aos membros dos órgãos estatutários (56.872,00 euros) e relativa ao montante de impostos adicionais liquidados no ano de 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia (23.787,00 euros).

19. Capital

19.1. Composição do capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2017, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada, repartido da seguinte forma:

Entidade acionista	2017		2016	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE ESPAÑA, S.A.	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00
Total	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

Euros

De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação propriedade da própria Companhia.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

Em referência a 31 de dezembro de 2017, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

No exercício 2017 e 2016, as transações com os acionistas podem ser vistas na Nota 37.

No exercício de 2017 não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

19.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2017	2016
Resultado líquido atribuído aos acionistas	(5.325.541,70)	(537.414,21)
Número médio de ações	6.635.000,00	6.635.000,00
Resultado por ação (em euros)	(,80)	(,08)

Euros

19.3. Dividendos por ação

No exercício atual e no anterior não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado negativo, do exercício de 2017, no montante de 5.325.541,70 euros (cinco milhões trezentos e vinte cinco mil quinhentos e quarenta e um euros e setenta centimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva livre: -5.325.541,70 euros

20. Reservas

No quadro abaixo apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2017 e de 2016 em cada uma das reservas:

Euros

2017				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos / diminuições	Imparidades / reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	16.500.906,24	(1.082.240,22)	0,00	15.418.666,02
Ações/unid. part. fundos investimento	2.202.957,45	(333.069,12)	0,00	1.869.888,33
Títulos de rendimento fixo	14.297.948,79	(749.171,10)	0,00	13.548.777,69
Reserva por impostos diferidos	(3.712.703,91)	474.784,05	0,00	(3.237.919,86)
Outras reservas	24.977.425,14	(521.758,37)	0,00	24.455.666,77
Reserva legal	4.203.866,86	0,00	0,00	4.203.866,86
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	17.794.010,24	(521.758,37)	0,00	17.272.251,87
Total	37.765.627,47	(1.129.214,54)	0,00	36.636.412,93

Euros

2016				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos / diminuições	Imparidades / reversão	Saldo final
Reservas de reavaliação	13.401.998,22	3.098.908,02	0,00	16.500.906,24
Ações/unid. part. fundos investimento	1.022.935,56	1.180.021,89	0,00	2.202.957,45
Títulos de rendimento fixo	12.379.062,66	1.918.886,13	0,00	14.297.948,79
Reserva por impostos diferidos	(3.005.931,90)	(706.772,01)	0,00	(3.712.703,91)
Outras reservas	24.428.570,04	548.855,10	0,00	24.977.425,14
Reserva legal	4.149.121,10	54.745,76	0,00	4.203.866,86
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	17.299.900,90	494.109,34	0,00	17.794.010,24
Total	34.824.636,36	2.940.991,11	0,00	37.765.627,47

21. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro

A Companhia encerrou o exercício de 2017 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 95.282.686,99 euros, totalmente provenientes de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4.1. a estas Notas.

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	95.282.686,99	96.548.926,77
Prémios de resseguro cedido	18.709.086,81	17.452.183,97
Prémios líquidos de resseguro	76.573.600,18	79.096.742,80
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(204.435,94)	(2.414.876,85)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	210.095,94	(296.373,20)
Prémios não adquiridos (variação)	(414.531,88)	(2.118.503,65)
Total	76.988.132,06	81.215.246,45

Conceito	Euros	
	2017	2016
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro		
Prémios brutos emitidos	95.282.686,99	96.548.926,77
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(204.435,94)	(2.414.876,85)
Prémios brutos adquiridos	95.487.122,93	98.963.803,62
Prémios de resseguro cedido	18.709.086,81	17.452.183,97
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	210.095,94	(296.373,20)
Prémios de resseguro cedido adquiridos	18.498.990,87	17.748.557,17
Total	76.988.132,06	81.215.246,45

22. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos	57.599.550,77	66.049.231,53
Montantes brutos	67.248.453,27	76.607.797,63
Parte dos resseguradores	9.648.902,50	10.558.566,10
Provisão para sinistros (variação)	6.291.974,20	(1.204.037,74)
Montantes brutos	5.123.069,01	(2.871.673,05)
Parte dos resseguradores	(1.168.905,19)	(1.667.635,31)
Total	63.891.524,97	64.845.193,79

Conceito	Euros	
	2017	2016
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Custos com sinistros	72.371.522,28	73.736.124,58
Montantes pagos	67.248.453,27	76.607.797,63
Provisão para sinistros (variação)	5.123.069,01	(2.871.673,05)
Custos com sinistros parte dos resseguradores	8.479.997,31	8.890.930,79
Montantes pagos	9.648.902,50	10.558.566,10
Provisão para sinistros (variação)	(1.168.905,19)	(1.667.635,31)
Total	63.891.524,97	64.845.193,79

23. Outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro (variação)

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão para desvios de sinistralidade	138.096,11	0,00	138.096,11	428.779,91	0,00	428.779,91
Provisão para riscos em curso	(471.611,07)	0,00	(471.611,07)	(3.352.887,50)	0,00	(3.352.887,50)
Total	(333.514,96)	0,00	(333.514,96)	(2.924.107,59)	0,00	(2.924.107,59)

24. Custos e Gastos de Exploração Líquidos

24.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2017 e 2016:

Rubrica	Euros	
	2017	2016
Pessoal	12.867.225,14	13.016.538,74
Viagens e relações públicas	977.197,43	982.537,50
Imóveis	1.393.363,24	1.343.266,98
Informática	2.318.957,77	2.171.652,67
Publicidade	694.457,25	792.398,54
Campanhas comerciais	322.773,62	370.208,64
Serviços profissionais externos	1.563.983,26	1.389.666,68
Outros gastos internos	1.970.333,08	1.905.874,13
Total	22.108.290,79	21.972.143,88

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários contratualizados nos exercícios de 2017 e de 2016 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Âmbito	Euros	
	2017	2016
Serviços de revisão legal de contas	35.235,00	32.758,10
Outros serviços decorrentes da função de revisor oficial de contas	3.915,00	3.650,90
Outros serviços	11.000,00	8.100,00
Total	50.150,00	44.509,00

24.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração, e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos por funções, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

Euros				
2017				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.188.975,62	9.375.196,56	303.052,96	12.867.225,14
Fornecimentos e serviços externos	1.930.158,09	5.184.204,81	130.343,37	7.244.706,27
Impostos e taxas	162.241,79	482.531,01	14.856,92	659.629,72
Amortizações do exercício	224.721,01	670.426,77	20.683,29	915.831,07
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	135,21	390,34	175,48	701,03
Comissões	0,00	0,00	420.197,56	420.197,56
Total	5.506.231,72	15.712.749,49	889.309,58	22.108.290,79

Euros

2016				
Custos e gastos por natureza a imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	3.217.368,85	9.467.352,25	331.817,64	13.016.538,74
Fornecimentos e serviços externos	1.441.260,77	5.471.986,15	174.723,63	7.087.970,55
Impostos e taxas	172.888,72	514.566,15	17.776,60	705.231,47
Amortizações do exercício	215.562,53	646.792,60	23.307,64	885.662,77
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	896,34	896,34
Comissões	0,00	0,00	275.844,01	275.844,01
Total	5.047.080,87	16.100.697,15	824.365,86	21.972.143,88

25. Custos de Aquisição

Os custos de aquisição, registados no exercício de 2017 e 2016, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

Euros

Custos de aquisição	2017	2016
Custos Imputados	11.122.709,50	11.448.094,18
Comissões de mediação	9.373.477,48	9.935.687,75
Outros	1.087.134,14	707.801,51
TOTAL	21.583.321,12	22.091.583,44

Na rubrica “Outros” estão registados os incentivos processados aos mediadores (“Profit Commissions”).



26. Gastos com o Pessoal

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2017, era de 248, menos 2 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no seguinte quadro:

Grupo profissional / categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	9
Diretor	9
Gestor	19
Gestor comercial	5
Gestor operacional	12
Gestor técnico	2
Operacional	203
Coordenador operacional	58
Especialista operacional	145
Técnico	17
Técnico	17
Total	248

Os gastos com pessoal, registados no exercício de 2017 e 2016, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2017	2016
Remunerações	8.404.944,68	8.664.792,33
- Dos órgãos sociais	65.245,20	65.245,20
- Do pessoal	8.339.699,48	8.599.547,13
Encargos sobre remunerações	1.985.709,94	2.005.069,58
Benefícios pós-emprego	105.034,94	163.726,88
- Planos de contribuição definida	112.552,77	163.548,79
- Planos de benefícios definidos	(7.517,83)	178,09
Benefícios de cessação de emprego	1.821.588,61	1.665.914,92
Seguros obrigatórios	216.126,46	225.732,63
Gastos de ação social	32.183,65	32.836,70
Outros gastos com o pessoal	301.636,86	258.465,70
Total	12.867.225,14	13.016.538,74

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., é composto por dez membros, sendo que cinco dos membros do Conselho, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros cinco membros são administradores não pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo MAPFRE das quais recebem retribuição, sendo neste caso remunerados com uma retribuição fixa anual.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

27. Obrigações com Benefícios dos Empregados

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado a 29 de janeiro de 2016 no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 4. Foi subscrito do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

No entanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 29, 8 de agosto de 2009 se mantinha em vigor no que às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA respeitava.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Sendo que os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, e os dos sindicalizados no STAS e SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefício definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

27.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

Enquanto vigorou o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, foram sendo feitas contribuições anuais para o Plano Individual de Reforma, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	% Contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária *	1,25%
2015 e seguintes – Contribuição anual	3,25%

* Alteração do CCT publicado em 2012, publicada no Boletim do Trabalho e Emprego n.º. 45 de 08.12.2014

A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

- i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora depois de 22 de junho de 1995:
 - a. No ano de 2012, conforme tabela acima:
 - b. Nos anos seguintes até 2015, conforme tabela desta nota.
- ii. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:
 - c. No ano 2012, houve uma conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.^a do CCT/2008;
 - d. No ano 2015, conforme tabela acima.

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 4 de 2016 e em tudo semelhante ao CCT/2012 dando assim continuidade ao Plano Individual de Reforma, a Companhia efetuou em 2016 e efetuará anualmente contribuições para todos os trabalhadores abrangidos pelo ACT/2016, de valor igual a 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as cláusulas 50.º e 51.º, bem como Anexo V do respetivo acordo.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas ao exercício de 2017 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Conceito	Euros	
	2017	2016
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	112.552,77	163.548,79
Total	112.552,77	163.548,79

A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto “Universal Life”, com garantia de capital, junto da MAPFRE Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Acordo Coletivo de Trabalho.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 194 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor em 29/01/2016.

27.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

Fruto da possibilidade de escolha entre o ACT/2016 e o CCT/2008 para os colaboradores não sindicalizados, houve colaboradores que optaram pelo CCT/2008 passando a vigorar para estes o plano de benefícios definidos, desde que preencham as condições das cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT.

Sendo assim, este plano segundo o qual têm direito a um complemento de reforma por velhice ou invalidez em conformidade com os cálculos constantes nas cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT e apenas para colaboradores admitidos até 22/06/1995 que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma, destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE Seguros Gerais, S.A., que não aderiram ao CCT/2012 em 2012, ficando na altura abrangidos pelo CCT/2008, bem como os que em 2016 optaram pelo CCT/2008.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preenchem as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2017, o número de colaboradores abrangidos pelo plano era de 14 e 5 reformados. Sendo que 2 (um deles como pré-reformado) são relativos a colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012 e os restantes 12 fruto da escolha do CCT/2008 em 2016.

Ainda nos termos do CCT/2008, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente aos 14 colaboradores.

A quantia da pensão mensal (reforma por invalidez) é calculada segundo a fórmula:

$PM = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- t = número de anos de serviço na atividade seguradora;
- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = n.º de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social;
- S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social;
- $0,5 \geq 0,022 * t \leq 0,8$;
- $0,3 \geq 0,022 * n \leq 0,8$.

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar no mínimo com 5 anos de serviço na Atividade seguradora e qualquer fração de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo, sejam as relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado.

Para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo, são adquiridas anualmente apólices de Capital Diferido a prémio único para os colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012.

No que diz respeito aos colaboradores que em 2016 optaram pelo CCT/2008, estes já dispunham de apólices “Universal Life” constituídos pela Companhia aquando da entrada em vigor do CCT/2012. Sendo assim, com a perda de efeitos desta convenção pelos motivos já explicitados, estes ativos serviram de base à cobertura das responsabilidades, até à sua medida.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Euros

2017				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos
200800139	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	56.576,73
Total apólices Universal Life				56.576,73
8601791100246	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	39.715,77
8601791100247	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	-	18.868,25
Total apólices Universal Life				58.584,02
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	15.158,14
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	12.362,08
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	50.527,26
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	43.649,26
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	1.736,74
Total apólices renda vitalícia				123.433,48
Total apólices				238.594,23

Euros

2016				
Nº. apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela mortalidade	Valor ativos
200800139	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	134.647,67
Total apólices Universal Life				134.647,67
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	12.356,00
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	2.342,39
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	5.175,55
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.951,23
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	2.577,86
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	3.661,39
126079	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	1.136,56
200800139	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	27.942,80
Total apólices capital diferido				58.143,78
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	15.540,83
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM80	12.715,61
124422	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	52.058,03
1001091600001	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	44.963,24
1001191600008	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	1.797,69
Total apólices renda vitalícia				127.075,40
Total apólices				319.866,85

d) Responsabilidade passada

Euros

Responsabilidade passada		
Conceito	2017	2016
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008	56.576,74	138.403,33
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	31.140,86	50.118,64
Valor atual serviços passados – reformados	123.433,48	127.075,40
Total	211.151,08	315.597,37

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Euros

Responsabilidades com pessoal no ativo		
Conceito	2017	2016
Valor responsabilidades janeiro	188.521,97	53.926,10
Retificação serviços passados – novos CCT/2008	(6.495,80)	138.403,33
Custo serviço corrente	2.841,32	892,74
Custo dos juros	2.007,29	776,54
Resgates	(11.930,36)	0,00
Ganhos atuariais	(87.226,82)	(5.476,74)
Perdas atuariais	0,00	0,00
Valor responsabilidades dezembro	87.717,60	188.521,97

Euros

Responsabilidade com pensões em pagamento		
Conceito	2017	2016
Valor responsabilidades janeiro	127.075,40	130.720,28
Custo dos juros	4.795,51	4.938,81
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	2.589,53	2.443,27
Prestações pagas	(11.026,96)	(11.026,96)
Valor responsabilidades dezembro	123.433,48	127.075,40

Euros

Responsabilidade total com pensões		
Conceito	2017	2016
Valor responsabilidades janeiro	315.597,37	184.646,38
Retificação serviços passados – novos CCT/2008	(6.495,80)	138.403,33
Custo serviço corrente	2.841,32	892,74
Custo dos juros	6.802,80	5.715,35
Resgates	(11.930,36)	0,00
Ganhos atuariais	(87.226,82)	(5.476,74)
Perdas atuariais	2.589,53	2.443,27
Prestações pagas	(11.026,96)	(11.026,96)
Valor responsabilidades dezembro	211.151,08	315.597,37

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

Euros

Apólices Universal Life		
Conceito	2017	2016
Valor ativos janeiro	134.647,67	0,00
Retificação ativos – novos CCT/2008	(5.087,08)	0,00
Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008	0,00	0,00
Excesso cobertura – novos CCT/2008	(72.983,87)	0,00
Valor ativos dezembro	56.576,73	134.647,67

Euros

Apólices Universal Life		
Conceito	2017	2016
Valor ativos janeiro	58.143,78	37.443,81
Contribuições empresa	0,00	19.532,39
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	436,08	1.491,19
Ganhos atuariais	4,16	0,00
Perdas atuariais	0,00	(323,61)
Valor ativos dezembro	58.584,02	58.143,78

Euros

Apólices rendas vitalícias		
Conceito	2017	2016
Valor ativos janeiro	127.075,40	130.720,28
Retorno ativos	4.795,51	4.938,81
Ganhos atuariais	2.589,53	2.443,27
Prestações pagas	(11.026,96)	(11.026,96)
Valor ativos dezembro	123.433,48	127.075,40

Euros

Total de ativos		
Conceito	2017	2016
Valor ativos janeiro	319.866,85	168.164,09
Retificação ativos – novos CCT/2008	(5.087,08)	0,00
Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008	0,00	134.647,67
Excesso cobertura – novos CCT/2008	(72.983,87)	0,00
Contribuições da empresa	0,00	19.532,39
Resgates	0,00	0,00
Retorno ativos	5.231,59	6.430,00
Ganhos atuariais	2.593,69	2.443,27
Perdas atuariais	0,00	(323,61)
Prestações pagas	(11.026,96)	(11.026,96)
Valor ativos dezembro	238.594,23	319.866,85

g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e dos ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descrito nas alíneas anteriores e) e f), são relevados no balanço nas linhas de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Euros

Gasto reconhecido em resultados		
Conceito	2017	2016
Custo serviço corrente	2.841,32	892,74
Custo dos juros	6.802,80	5.715,35
Retorno ativos	(5.231,59)	(6.430,00)
Pagamentos	(11.930,36)	0,00
Ganhos atuariais	0,00	0,00
Perdas atuariais	0,00	0,00
Total	(7.517,83)	178,09

Euros

Gasto reconhecido em capital próprio		
Conceito	2017	2016
Insuficiência cobertura – novos CCT/2008	0,00	3.755,66
Excesso cobertura – novos CCT/2008	72.983,87	0,00
Ganhos atuariais	(87.230,98)	(5.153,12)
Retificação ativos – novos CCT/2008	5.087,08	0,00
Retificação serviços passados – novos CCT/2008	(6.495,80)	0,00
Total	(15.655,84)	(1.397,47)

Em capital próprio, no exercício de 2017, foi reconhecido uma perda de 72.983,87 euros, resultante da diferença entre o valor dos ativos (apólices “Universal Life”) e o respetivo valor das responsabilidades dos colaboradores que optaram pelo CCT/2008 em 2016.

A Companhia reconheceu, no exercício de 2017, em ganhos e perdas, um ganho de 7.517,83 euros.

i) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada.
- Hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras.
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres.
- Não se considerou taxa de rotação.
- Taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2017 de 1,49%.
- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 1,50% ao ano.
- Incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,50% ao ano.
- Taxa de inflação anual de 1,50%.
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 1,00%.
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- Terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho.
- Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot n \cdot S / 60)$ em que,

- P = Prestação a pagar pela Companhia;
 - R = último salário efetivo no momento da reforma;
 - n = número de anos de contribuição para a Segurança Social;
 - S = soma dos salários anuais dos cinco melhores anos dos últimos dez; e
 - $0,3 \geq 0,022 \cdot N \leq 0,8$.
- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 10 anos de serviço na Atividade seguradora;
 - Qualquer fração de ano conta como um ano completo;
 - Atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,50%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

Valor atual das responsabilidades

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2017, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2017.

Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (1,14% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente a 31 de dezembro de 2016 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

j) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Conceito	Euros		
	2017	2016	2015
Valor das responsabilidades	211.151,08	315.597,37	184.646,38
Valor dos ativos	238.594,23	319.866,85	168.164,09
Excesso/(Insuficiência)	27.443,15	4.269,48	(16.482,29)
Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades	84.637,29	3.033,47	(23.169,38)
% sobre responsabilidades	40,08%	0,96%	-12,55%
Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos	2.593,69	2.119,66	4.453,50
% sobre ativos	1,09%	0,66%	2,65%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

28. Rendimentos

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

Rendimentos/réditos	2017				
	Técnicos		Não técnicos		Total
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros		
De ativos financeiros disponíveis para venda	3.957.009,32	0,00	0,00	3.957.009,32	
de juros de títulos de dívida	3.376.653,07	0,00	0,00	3.376.653,07	
de dividendos de ações	441.428,65	0,00	0,00	441.428,65	
de rendimento custo amortizado	138.927,60	0,00	0,00	138.927,60	
De ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	32.702,46	32.702,46	
de juros de títulos de dívida	0,00	0,00	22.495,83	22.495,83	
de rendimento custo amortizado	0,00	0,00	10.206,63	10.206,63	
De outros	0,00	48.056,00	0,00	48.056,00	
de juros de depósitos em bancos	0,00	0,00	0,00	0,00	
de rendas de edifícios de rendimento	0,00	48.056,00	0,00	48.056,00	
Total	3.957.009,32	48.056,00	32.702,46	4.037.767,78	

Euros

Rendimentos/réditos	2016				
	Técnicos		Não técnicos		Total
	Instrumentos financeiros	Terrenos e edifícios	Instrumentos financeiros		
De ativos financeiros disponíveis para venda	4.379.459,37	0,00	0,00	4.379.459,37	
de juros de títulos de dívida	3.616.424,15	0,00	0,00	3.616.424,15	
de dividendos de ações	602.434,08	0,00	0,00	602.434,08	
de rendimento custo amortizado	160.601,14	0,00	0,00	160.601,14	
De ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	143,37	143,37	
de juros de títulos de dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	
de rendimento custo amortizado	0,00	0,00	143,37	143,37	
De outros	0,00	38.840,00	0,00	38.840,00	
de juros de depósitos em bancos	0,00	0,00	0,00	0,00	
de rendas de edifícios de rendimento	0,00	38.840,00	0,00	38.840,00	
Total	4.379.459,37	38.840,00	143,37	4.418.442,74	

29. Gastos Financeiros

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros			
2017			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	889.309,58	0,00	889.309,58
Gasto custo amortizado	0,00	399.844,85	399.844,85
Total	889.309,58	399.844,85	1.289.154,43

Euros			
2016			
Gastos financeiros	Gastos imputados	Gastos diretos	Total
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	824.365,86	0,00	824.365,86
Gasto custo amortizado	0,00	428.054,76	428.054,76
Total	824.365,86	428.054,76	1.252.420,62

30. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

Euros			
2017			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido
De ativos disponíveis para venda	2.361.494,68	909.309,47	1.452.185,21
de títulos de dívida	782.763,55	503.383,62	279.379,93
de ações	1.419.882,53	405.925,85	1.013.956,68
de fundos de investimento	158.848,60	0,00	158.848,60
Total	2.361.494,68	909.309,47	1.452.185,21

Euros			
2016			
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido
De ativos disponíveis para venda	2.415.170,83	851.886,42	1.563.284,41
de títulos de dívida	1.914.019,17	177.724,93	1.736.294,24
de ações	214.294,25	669.343,58	(455.049,33)
de fundos de investimento	286.857,41	4.817,91	282.039,50
Total	2.415.170,83	851.886,42	1.563.284,41

31. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas uma perda em 2017, conforme se demonstra no quadro abaixo:

2017				Euros
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido	
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação				
de títulos de dívida	0,00	10.568,63	(10.568,63)	
Total	0,00	10.568,63	(10.568,63)	

2016				Euros
Ganhos e perdas realizadas	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Ganho/perda líquido	
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação				
de títulos de dívida	731,46	0,00	731,46	
Total	731,46	0,00	731,46	

32. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

2017						Euros
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Anulação	Utilização	Saldo final	
Imparidade de ativos disponíveis para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Unidades de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imparidade de edifícios de serviço próprio	1.239.853,28	8.880,83	0,00	0,00	1.248.734,11	
Imparidade de edifícios de rendimento	132.283,53	0,00	0,00	0,00	132.283,53	
Total	1.372.136,81	8.880,83	0,00	0,00	1.381.017,64	

2016						Euros
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Anulação	Utilização	Saldo final	
Imparidade de ativos disponíveis para venda	42.300,89	0,00	0,00	42.300,89	0,00	
Ações	1.569,16	0,00	0,00	1.569,16	0,00	
Unidades de participação	40.731,73	0,00	0,00	40.731,73	0,00	
Imparidade de edifícios deserviço próprio	1.230.314,63	9.538,65	0,00	0,00	1.239.853,28	
Imparidade de edifícios de rendimento	128.627,73	3.655,80	0,00	0,00	132.283,53	
Total	1.401.243,25	13.194,45	0,00	42.300,89	1.372.136,81	

33. Outros Rendimentos e Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais	
	2017	2016
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		
Outros gastos técnicos	60.121,99	231.385,76
Comissões de gestão de cosseguro	19.425,59	26.254,49
Outros	40.696,40	205.131,27
Outros rendimentos técnicos	43.660,34	75.427,40
Outros	43.660,34	75.427,40
Total	(16.461,65)	(155.958,36)

34. Ajustamentos e Outras Provisões (Variação)

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Operações gerais	
	2017	2016
Ajustamentos do exercício		
Ajustamentos de recibos por cobrar	423.386,61	87.115,38
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	(90,36)	(114.398,81)
Total	423.296,25	(27.283,43)

35. Outros Rendimentos e Gastos

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Conceito	Operações gerais	
	2017	2016
Outros rendimentos/gastos		
Outros gastos	1.107.876,50	238.107,74
Gastos e perdas não correntes	1.101.976,15	229.057,27
Donativos	5.000,00	5.000,00
Ofertas a clientes	22.447,49	22.320,23
Multas e penalidades	1.452,39	4.656,09
Quotizações diversas	855,83	870,00
Outros gastos	1.072.220,44	196.210,95
Gastos e perdas financeiras	5.900,35	9.014,92
Juros suportados	0,00	128,91
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.338,83	5.495,69
Outros gastos e perdas financeiras	4.561,52	3.390,32
Perdas em outros ativos tangíveis	0,00	35,55
Perdas com benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Perdas com planos de pensões	0,00	0,00
Outros rendimentos	418.021,62	968.979,26
Rendimentos e ganhos não correntes	20.834,08	112.259,16
Restituição de impostos	0,00	57.954,45
Outros	20.834,08	54.304,71
Rendimentos e ganhos financeiros	146.672,28	40.078,01
Juros de acordos	813,10	742,63
Juros compensatórios	3.482,51	16,01
Diferenças de câmbio favoráveis	713,05	267,34
Outros rendimentos e ganhos financeiros	141.663,62	39.052,03
Outros	250.515,26	816.642,09
Total	(689.854,88)	730.871,52

36. Relato por Segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos, incluindo este último segmento, seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Caução.

A definição destes segmentos de negócios foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2017 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

2017			
Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
25,8%	46,2%	16,2%	11,9%

2016			
Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
25,2%	49,0%	15,3%	10,5%

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões técnicas do seguro direto por segmentos:

Euros

2017					
Conceito	Seguro direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	19.834.726,51	1.470.562,96	11.944.143,71	4.589.986,18	1.830.033,66
Provisão p/ sinistros	100.246.872,85	52.774.310,97	30.503.601,70	6.038.352,73	10.930.607,45
Provisão p/ dev. de sinistralidade	2.759.549,35	0,00	0,00	1.217.111,33	1.542.438,02
Provisão p/ riscos em curso	1.470.625,60	219.081,18	720.193,23	395.668,59	135.682,60
Total	124.311.774,31	54.463.955,11	43.167.938,64	12.241.118,83	14.438.761,73

Euros

2016					
Conceito	Seguro direto				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Provisão p/ prémios não adquiridos	21.058.630,51	1.448.794,76	13.220.006,89	4.447.661,10	1.942.167,76
Provisão p/ sinistros	95.123.803,84	46.060.960,32	31.302.865,33	7.503.078,68	10.256.899,51
Provisão p/ dev. de sinistralidade	2.621.453,24	0,00	0,00	1.091.537,80	1.529.915,44
Provisão p/ riscos em curso	1.942.236,67	693.922,67	772.552,70	237.840,70	237.920,60
Total	120.746.124,26	48.203.677,75	45.295.424,92	13.280.118,28	13.966.903,31

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia:

Euros

Conta de ganhos e perdas	2017				
	Ramos Não Vida Global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	76.988.132,06	24.229.799,38	41.691.715,20	4.951.207,26	6.115.410,22
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	63.891.524,97	27.048.434,87	30.369.137,22	3.804.221,55	2.669.731,33
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var)	(333.514,96)	(474.841,49)	(52.359,47)	283.401,42	(89.715,42)
Custos e gastos de exploração líquidos	22.412.889,53	6.271.162,96	12.850.492,66	1.385.964,11	1.905.269,80
Rendimentos	4.005.065,32	2.127.818,32	1.562.257,68	150.799,98	164.189,34
Gastos financeiros	1.288.595,77	353.052,15	716.412,67	93.554,02	125.576,93
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.452.185,21	(139.940,16)	1.323.923,06	127.929,28	140.273,03
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	8.880,83	0,00	7.451,02	679,24	750,57
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	(16.461,65)	(22.691,77)	18.037,66	(7.382,85)	(4.424,69)
Resultado Técnico	(4.839.455,20)	(7.002.822,72)	704.799,50	(345.266,67)	1.803.834,69
Rendimentos	32.702,46				
Gastos financeiros	558,66				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(10.568,63)				
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	423.296,25				
Outros rendimentos/gastos	(689.854,88)				
Resultado Não Técnico	(1.091.575,96)				
Resultado Antes de Impostos	(5.931.031,16)				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes	280.513,15				
Imposto s/rendimento do exercício – Impostos diferidos	(886.002,61)				
Resultado Líquido do Exercício	(5.325.541,70)				

Euros

2016					
Conta de ganhos e perdas	Ramos Não Vida Global	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	81.215.246,45	24.186.915,40	46.490.642,05	4.829.970,17	5.707.718,83
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	64.845.193,79	24.304.887,75	34.225.203,02	2.781.195,39	3.533.907,63
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (var)	(2.924.107,59)	(151.629,35)	(2.823.786,99)	583.760,26	(532.451,51)
Custos e gastos de exploração líquidos	24.839.203,03	6.442.817,19	14.269.919,99	1.613.061,81	2.513.404,04
Rendimentos	4.418.299,37	2.110.151,02	1.949.100,50	177.240,64	181.807,21
Gastos financeiros	1.252.420,62	294.852,60	732.640,83	94.326,51	130.600,68
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.563.284,41	937.250,15	523.607,31	50.463,65	51.963,30
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	13.194,45	0,00	11.119,84	1.018,35	1.056,26
Outros rendimentos/gastos técnicos, líq. de resseguro	(155.958,36)	(49.655,03)	(63.197,16)	(24.652,27)	(18.453,90)
Resultado Técnico	(985.032,43)	(3.706.266,65)	2.485.056,01	(40.340,13)	276.518,34
Rendimentos	143,37				
Gastos financeiros	0,00				
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	731,46				
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	0,00				
Outras provisões (variação)	(27.283,43)				
Outros rendimentos/gastos	730.871,52				
Resultado Não Técnico	759.029,78				
Resultado Antes de Impostos	(226.002,65)				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes	304.416,89				
Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos	6.994,67				
Resultado Líquido do Exercício	(537.414,21)				

Nos exercícios de 2017 e 2016, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

37. Entidades Relacionadas

37.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do grupo

A MAPFRE nasceu em 1933 como “Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España”, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década dos anos 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as Atividades de Assistência e Resseguro, como pontas de lança do negócio de Seguros. Em 1975 inicia as suas atividades a “FUNDACIÓN MAPFRE” e nos anos 80, MAPFRE – que já era a primeira entidade seguradora de Espanha – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante esforço de investimento, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a aceleração do crescimento das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma reorganização que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A Fundação MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade holding, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007 impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na diversificação geográfica e por mercados de elevado potencial de crescimento, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, Antonio Huertas assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é Seguradora de referência em Espanha, líder em Não Vida, a número 1 em seguros Não Vida na América Latina. Está no top 5 na Europa em Não Vida e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de 30 milhões de clientes, 36.000 empregados, 5.400 escritórios próprios em todo o mundo e mais de 84.000 intermediários.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona, e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

37.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

37.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

No quadro abaixo apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

Administrador	GRUPO MAPFRE
	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
José Manuel Inchausti Pérez	MAPFRE, S.A.
Luís Anula Rodriguez	MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A..
António Luís de Azevedo Portela	BIAL, S.A.
Andrés Jiménez Herradón	MAPFRE GLOBAL RISKS, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; FUNDACIÓN CANARIA MAPFRE GUANARTEME; FUNDACIÓN MAPFRE
Ignacio Baeza Gómez	MAPFRE VIDA; MAPFRE FAMILIAR; MAPFRE, S.A.; MAPFRE VIDA PENSIONES; MAPFRE INVÉRSION II; ASCAT VIDA; ASCAT SEGUROS GENERALES; MAPFRE INTERNACIONAL; MAPFRE ASISTENCIA
Javier del Río Martín	MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKINTER SEGUROS GENERALES, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKIA MAPFRE VIDA, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS
José Luís Catalinas Calleja	MAPFRE GLOBAL RISKS, S.A.; FUNDACIÓN MAPFRE GUANARTEME
José Luís Joló Marín	ECO – ECOENERGIAS DEL GUADIANA, S.A.
Juan Fernández Palacios	MAPFRE VIDA
Miguel Pedro Caetano Ramos	GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.; TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.; IBERICAR (RETAIL ESPANHA); CAETANO RETAIL (RETAIL PORTUGAL); SC AUTO AFRICA; SC INDÚSTRIA; GLOBAL WATT.

37.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

As operações gerais, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Euros			
	Gastos		Rendimentos	
	2017	2016	2017	2016
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	593.867,92	968.837,53	314.008,32	329.889,81
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	110.414,61	109.132,08	1.800,00	750,00
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	241.329,49	176.974,91	0,00	0,00
Total	945.612,02	1.254.944,52	315.808,32	330.639,81

Conceito	Euros	
	Operações gerais	
	2017	2016
Créditos e dívidas	599.508,74	434.962,47
Depósitos	49.522,81	4.342,46
Total	649.031,55	439.304,93

Na rubrica de rendimentos de investimentos imobiliários, encontra-se o arrendamento à MAPFRE Assistência do escritório sito na Rua Gonçalo Cristóvão N.º 347 no Porto.

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Euros	
	Resseguro cedido	
	2017	2016
Prémios adquiridos	15.916.085,60	15.742.601,06
Sinistros recebidos	8.636.627,40	9.652.273,57
Variação de provisões técnicas	(1.035.366,43)	(1.708.072,46)
Comissões	2.107.708,83	2.091.014,99
Juros sobre depósitos	701,03	896,34

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Euros	
	Resseguro cedido	
	2017	2016
Créditos e dívidas	(1.289.362,86)	(1.123.157,07)
Depósitos recebidos de resseguradores	(16.677,02)	(19.874,33)
Provisões técnicas	16.386.969,94	17.380.544,02
Total	15.080.930,06	16.237.512,62

Euros

Entidade	Tipo de relação/transação	Saldo em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2017	Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e perdas			Balanço			
Em Portugal		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões técnicas	Custo	Proveito
MAPFRE – Seguros de Vida	Seguradora/Segurado									152.285,33	34.321,24
	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente										2.763,44
MAPFRE Assistência	Seguradora/Segurado		4.804,19								
	Resseguradora										36.833,07
MAPFRE Vida Seguros y Reaseguros Sobre La Vida Humana	Proprietário/Arrendatário			(258.518,21)	3.000.573,16	(2.160,21)	2.447.874,24		1.044.928,72		
	Pagamentos/Recebimentos lançados em conta corrente										4.416,46
Iberoassistência	Seguradora/Segurado										1.800,00
	Proprietário/Arrendatário		(6.040,27)								
Iberoassistência	Seguradora/Segurado										19.592,30
	Outros custos/proveitos										1.780,25
	Prestação serviços assistência/Apoio telefónico SIM24									140.385,98	
MAPFRE RE	Seguradora/Segurado										3.887,97
	Resseguradora			(16.681,72)	113.649,51	27.643,90	(30.231,67)				

(Continua)

(Continuação)

Euros

Em Espanha		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios adq.	Comissões	Sinistros	Juros	Custo	Provisões técnicas	Proveito
Solunion Seguros	Resseguradora			(441,66)	0,00	0,00	1.401,92		117.416,42		
MAPFRE Soft	Prestação serviços no âmbito informático									1.637,72	
MAPFRE Vida	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente		145,88								
MAPFRE Inversion	Entidade gestora dos investimentos financeiros da MAPFRE Seguros Gerais	49.522,81								241.329,49	
MAPFRE Global Risks	Representante Fiscal (em Portugal)		47.306,48								0,49
	Resseguradora			231.166,16	4.231.552,29	423.846,88	792.646,50		6.472.813,51		
MAPFRE España	Regul.de Sinistros-Pag./ Reembolsos em Portugal, de conta da MAPFRE España										
	Resseguradora			12.875,39	1.689.503,27	285.732,76	774.980,99		1.735.816,53		
MAPFRE RE	Ressegurador	(16.677,02)		(1.257.762,82)	6.880.807,37	1.372.645,50	3.614.588,99	701,03	7.015.994,75		
Consultora Actuarial y de Pensiones MAPFRE Vida	Realização Estudos Atuariais										
MAPFRE S.A.	Prestação serviços no âmbito da formação									1.169,22	
MAPFRE Tech	Prestação serviços no âmbito informático									298.389,67	
CESVIMAP	Prestação serviços no âmbito da formação										
MAPFRE Seguros de Empresa	Pagamentos/ Recebimentos lançados em conta corrente		260,84								
Total		32.845,79	599.508,74	(1.289.362,86)	15.916.085,60	2.107.708,83	7.601.260,97	701,03	16.386.969,94	945.612,02	315.808,32

38. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro

38.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos/estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

Euros

Conceito	Antes de resseguro		Após resseguro	
	2017	2016	2017	2016
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado	954.871,23	989.638,04	769.881,32	812.152,46
Índice de volatilidade do rácio combinado	3,6%	3,8%	4,0%	4,8%

b) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros

2017	
Variação	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	(4.853.886,43)
Decremento de 1 p.p. nas TIRs implícitas nas reservas de balanço	6.274.004,31

c) Alteração longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

Euros

2017	
Variação	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 10% na longevidade dos passivos de balanço	490.918,58
Decremento de 10% na longevidade dos passivos de balanço	(456.416,02)

d) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros

2017					
Rubrica	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos	Total
Prémios brutos emitidos	24.548.259,65	44.010.926,04	15.404.285,92	11.319.215,38	95.282.686,99
Prémios de resseguro cedido	256.795,77	3.001.695,02	10.302.938,42	5.147.657,60	18.709.086,81
% Média de retenção	99%	93%	33%	55%	80%

Euros

2016					
Rubrica	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos	Total
Prémios brutos emitidos	24.328.176,31	47.317.413,37	14.732.950,54	10.170.386,55	96.548.926,77
Prémios de resseguro cedido	270.775,88	2.969.094,11	9.884.547,33	4.327.766,65	17.452.183,97
% Média de retenção	99%	94%	33%	57%	82%

2017

Contratos de resseguro		Automóvel	Incêndio e outros danos	Acidentes de trabalho	Acidentes pessoais	Transportes	Resp. civil	Doença	Caução
Proporcional	Quota parte	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓
	Excedente		✓			✓			
	Facultativo		✓		✓	✓	✓	✓	✓
Não proporcional	XL – Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	Facultativo						✓		

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

e) Sinistros efetivos/estimados

A evolução das matrizes de sinistros, por anos de desenvolvimento, permite uma análise comparativa dos custos efetivos em relação às estimativas.

Euros

2017							
Evolução dos custos com sinistros – Anos seguintes ao de ocorrência							
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2012 e anteriores	Provisão pendente	25.876.296,87	13.806.117,73	6.680.851,42	5.193.156,61	4.921.528,62	19.121.320,65
	Pagos acumulados	35.700.507,39	54.777.332,62	56.491.305,42	59.176.970,14	60.362.116,36	63.296.563,02
	Total custo	61.576.804,26	68.583.450,35	63.172.156,84	64.370.126,75	65.283.644,98	82.417.883,67
2013	Provisão pendente	26.648.304,76	8.441.954,59	6.441.840,76	4.885.435,95	4.007.074,43	
	Pagos acumulados	36.613.999,55	49.915.666,53	51.959.102,07	53.328.956,03	54.381.549,79	
	Total custo	63.262.304,31	58.357.621,12	58.400.942,83	58.214.391,98	58.388.624,22	
2014	Provisão pendente	25.955.134,91	7.001.448,81	4.810.830,85	3.885.330,05		
	Pagos acumulados	39.747.108,76	55.481.285,52	58.015.117,55	59.972.574,50		
	Total custo	65.702.243,67	62.482.734,33	62.825.948,40	63.857.904,55		
2015	Provisão pendente	27.668.203,26	8.486.185,74	5.049.361,40			
	Pagos acumulados	41.003.794,71	57.940.923,11	61.578.772,18			
	Total custo	68.671.997,97	66.427.108,85	66.628.133,58			
2016	Provisão pendente	23.912.609,61	8.284.667,43				
	Pagos acumulados	39.331.108,46	53.021.331,73				
	Total custo	63.243.718,07	61.305.999,16				
2017	Provisão pendente	24.447.844,25					
	Pagos acumulados	32.796.600,69					
	Total custo	57.244.444,94					
Ano de ocorrência							
Conceito	2017	2016	2015	2014	2013	2012 e anteriores	Total
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não vida*	24.447.844,25	8.284.667,43	5.049.361,40	3.885.330,05	4.007.074,43	19.121.320,65	64.795.598,21

Euros

2016							
Evolução dos custos com sinistros – Anos seguintes ao de ocorrência							
Ano de ocorrência dos sinistros	Conceito	Ano de ocorrência	1 ano depois	2 anos depois	3 anos depois	4 anos depois	Mais de 4 anos depois
2011 e anteriores	Provisão pendente	27.723.474,37	10.818.485,83	9.318.037,76	4.693.499,89	3.914.075,36	16.824.759,47
	Pagos acumulados	41.940.689,88	72.319.278,83	75.485.196,34	77.338.597,87	78.001.050,79	83.802.130,16
	Total custo	69.664.164,25	83.137.764,66	84.803.234,10	82.032.097,76	81.915.126,15	100.626.889,63
2012	Provisão pendente	25.876.296,87	13.806.117,73	6.680.851,42	5.193.156,61	4.921.528,62	
	Pagos acumulados	35.700.507,39	54.777.332,62	56.491.305,42	59.176.970,14	60.362.116,36	
	Total custo	61.576.804,26	68.583.450,35	63.172.156,84	64.370.126,75	65.283.644,98	
2013	Provisão pendente	26.648.304,76	8.441.954,59	6.441.840,76	4.885.435,95		
	Pagos acumulados	36.613.999,55	49.915.666,53	51.959.102,07	53.328.956,03		
	Total custo	63.262.304,31	58.357.621,12	58.400.942,83	58.214.391,98		
2014	Provisão pendente	25.955.134,91	7.001.448,81	4.810.830,85			
	Pagos acumulados	39.747.108,76	55.481.285,52	58.015.117,55			
	Total custo	65.702.243,67	62.482.734,33	62.825.948,40			
2015	Provisão pendente	27.668.203,26	8.486.185,74				
	Pagos acumulados	41.003.794,71	57.940.923,11				
	Total custo	68.671.997,97	66.427.108,85				
2016	Provisão pendente	23.912.609,61					
	Pagos acumulados	39.331.108,46					
	Total custo	63.243.718,07					
Ano de ocorrência							
Conceito	2016	2015	2014	2013	2012	2011 e anteriores	Total
Provisão p/ sinistros de seguro direto – Não vida*	23.912.609,61	8.486.185,74	4.810.830,85	4.885.435,95	4.921.528,62	16.824.759,47	63.841.350,24

*Nota: Os valores apresentados nos quadros acima não incluem os valores referentes às provisões matemáticas de pensões do ramo acidentes de trabalho e pensões pagas do ramo acidentes de trabalho.

O valor de 35.451.274,64 euros referente às provisões matemáticas de pensões de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo “Provisão para sinistros”, apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

Euros

2017				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática – Pensões			
	Conciliadas / homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2012 e anteriores	22.450.774,80	410.099,33	680.435,99	23.541.310,12
2013	1.737.480,08	0,00	204.416,98	1.941.897,06
2014	1.521.552,13	0,00	414.062,75	1.935.614,88
2015	731.860,02	0,00	1.403.932,49	2.135.792,51
2016	627.472,00	0,00	2.466.073,10	3.093.545,10
2017	190.943,00	0,00	2.612.171,97	2.803.114,97
Total	27.260.082,03	410.099,33	7.781.093,28	35.451.274,64

Euros

2016				
Ano de ocorrência dos sinistros	Provisão matemática – Pensões			
	Conciliadas / homologadas	Definidas	Presumíveis	Total por ano de ocorrência do sinistro
2011 e anteriores	17.358.908,20	372.606,35	518.036,97	18.249.551,52
2012	2.382.251,02	0,00	586.229,67	2.968.480,69
2013	1.196.435,97	0,00	802.924,78	1.999.360,75
2014	796.110,08	0,00	998.022,01	1.794.132,09
2015	503.997,06	0,00	3.363.085,00	3.867.082,06
2016	19.416,88	0,00	2.384.429,61	2.403.846,49
Total	22.257.119,21	372.606,35	8.652.728,04	31.282.453,60

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de acidentes de trabalho ascendeu a 5.673.051,15 euros. No quadro abaixo apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

Euros

2017			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – Pensões		
	Pensões pagas	Pensões remidas	Total por ano de ocorrência do sinistro
2012 e anteriores	1.330.657,69	178.316,96	1.508.974,65
2013	(9.460,22)	181.231,49	171.771,27
2014	130.247,19	408.518,71	538.765,90
2015	59.937,90	1.866.181,08	1.926.118,98
2016	34.519,43	1.448.243,71	1.482.763,14
2017	5.625,21	39.032,00	44.657,21
Total	1.551.527,20	4.121.523,95	5.673.051,15

Euros

2016			
Ano de ocorrência dos sinistros	Montantes pagos – Pensões		Total por ano de ocorrência do sinistro
	Pensões pagas	Pensões remidas	
2011 e anteriores	898.464,87	254.072,75	1.152.537,62
2012	170.297,20	95.906,03	266.203,23
2013	91.681,69	265.247,67	356.929,36
2014	45.593,71	1.333.746,48	1.379.340,19
2015	18.027,96	1.210.023,78	1.228.051,74
2016	7.055,22	12.450,96	19.506,18
Total	1.231.120,65	3.171.447,67	4.402.568,32

38.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 36% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 9% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 45% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores na MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., detêm 52% da carteira da Companhia, e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando existem valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia igual ou superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Euros

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2017	2016
Provisão para sinistros	12.864.437,84	14.033.343,03
Dívidas por operações de resseguro cedido	(1.760.092,64)	(1.295.020,74)
Créditos por operações de resseguro cedido	245.009,55	92.495,07
Total Posição Líquida	11.349.354,75	12.830.817,36

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte.

Do valor total em risco, um montante de 2.302.498,77 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia e o valor de 16.677,02 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

Classificação creditícia de resseguradores	Valor contabilístico	
	2017	2016
AAA	0,00	0,00
AA	456,79	(505,29)
A	9.683.000,24	10.991.221,06
BBB	1.718.012,48	1.766.234,17
BB	0,00	0,00
Sem qualificação	(52.114,75)	73.867,42
Total posição líquida	11.349.354,75	12.830.817,36

Euros

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

Cosseguro	Valor contabilístico	
	2017	2016
Créditos por operações de cosseguro	2.254.804,63	1.474.722,65
Dívidas por operações de cosseguro	(2.244.611,15)	(742.928,54)
Total posição líquida	10.193,48	731.794,11

Euros

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, os investimentos financeiros encontram-se classificados como “Disponíveis para Venda”, sendo negociados em mercados regulamentados, o que garante, na sua maioria, a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. Na Nota 39.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

2017								Euros
Conceito	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão para sinistros	29.003.929,70	11.536.565,95	8.086.131,00	6.131.963,31	5.062.156,99	69.352.163,01	129.172.909,95	
Acidentes trabalho*	11.731.617,44	5.774.343,36	3.362.898,48	2.492.822,71	2.120.820,42	56.217.845,67	81.700.348,07	
Outros seguros	17.272.312,26	5.762.222,59	4.723.232,52	3.639.140,60	2.941.336,57	13.134.317,34	47.472.561,88	
Provisão para desvios de sinistralidade						2.759.549,35	2.759.549,35	
Provisão para riscos em curso	845.280,09	394.905,50	76.721,29	39.496,55	36.464,36	77757,80	1.470.625,60	
Dividas por operações de seguro direto	5.568.971,38						5.568.971,38	
Dividas por operações de resseguro	1.760.092,64						1.760.092,64	
Total posição líquida	37.178.273,81	11.931.471,45	8.162.852,29	6.171.459,87	5.098.621,35	72.189.470,16	140.732.148,92	

*Valores apresentados sem desconto.

2016								Euros
Conceito	Seguro direto						Após o 5.º ano	Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
Provisão para sinistros	42.118.185,00	9.318.744,66	6.153.376,22	4.575.825,57	3.641.950,52	55.159.616,64	120.967.698,61	
Acidentes trabalho*	9.768.529,82	4.125.969,73	2.517.865,28	2.002.499,95	1.807.770,45	51.680.486,61	71.903.121,83	
Outros seguros	32.349.655,19	5.192.774,93	3.635.510,94	2.573.325,62	1.834.180,07	3.479.130,04	49.064.576,78	
Provisão para desvios de sinistralidade						2.621.453,24	2.621.453,24	
Provisão para riscos em curso	1.231.433,70	472.531,77	61.368,84	80.656,39	19.894,91	76.351,06	1.942.236,67	
Dividas por operações de seguro direto	3.872.156,65						3.872.156,65	
Dividas por operações de resseguro	1.295.020,74						1.295.020,74	
Total posição líquida	48.516.796,09	9.791.276,42	6.214.745,07	4.656.481,96	3.661.845,43	57.857.420,95	130.698.565,91	

*Valores apresentados sem desconto.

38.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bónus-malus* (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Custos de Gestão de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro-rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

38.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

2017					
Rácios	Ramos Não Vida	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	75,8%	110,5%	73,7%	50,1%	43,0%
Rácio de custos de exploração	26,3%	25,6%	28,7%	20,2%	26,7%
Rácio combinado	102,1%	136,1%	102,4%	70,4%	69,7%
Rácio operacional	97,8%	129,4%	97,5%	69,1%	68,1%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	83,0%	111,6%	72,8%	76,8%	43,7%
Rácio de custos de exploração	29,1%	25,9%	30,8%	28,0%	31,2%
Rácio combinado	112,1%	137,5%	103,7%	104,8%	74,8%
Rácio operacional	106,7%	130,8%	98,5%	101,1%	71,9%

2016					
Rácios	Ramos Não Vida	Acidentes de trabalho	Automóvel	Incêndio e outros danos	Restantes ramos
Brutos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	74,5%	99,4%	73,0%	47,9%	60,9%
Rácio de custos de exploração	27,5%	26,3%	28,7%	21,9%	32,4%
Rácio combinado	102,0%	125,7%	101,7%	69,8%	93,2%
Rácio operacional	97,2%	114,5%	98,2%	69,0%	92,2%
Líquidos de resseguro cedido					
Rácio de sinistralidade	79,8%	100,5%	73,6%	57,6%	61,9%
Rácio de custos de exploração	30,6%	26,6%	30,7%	33,4%	44,0%
Rácio combinado	110,4%	127,1%	104,3%	91,0%	105,9%
Rácio operacional	104,6%	115,7%	100,6%	88,2%	104,2%

38.5. Montantes recuperáveis

Em 31 de dezembro de 2017, não existia registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).



39. Divulgações Relativas aos Riscos Resultantes de Instrumentos Financeiros

39.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – a variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve-se situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.
- Risco de câmbio – a exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.
- Outros riscos de mercado – relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos.

Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de Atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

39.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

Euros

2017				
Classificação creditícia dos emissores	Justo valor			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AA	2.130.910,00	4.931.010,00	845.590,00	7.907.510,00
A	1.746.790,00	9.763.040,00	4.383.110,00	15.892.940,00
BBB	77.867.219,13	7.522.530,00	5.129.033,62	90.518.782,75
BB ou menor	0,00	431.900,00	0,00	431.900,00
Sem classificação	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	81.744.919,13	22.648.480,00	10.357.733,62	114.751.132,75

Euros

2016				
Classificação creditícia dos emissores	Justo Valor			Total
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros	
AA	1.449.020,00	8.233.800,00	847.800,00	10.530.620,00
A	1.830.420,00	8.691.490,00	4.430.510,00	14.952.420,00
BBB	77.013.700,78	5.712.940,00	4.466.090,00	87.192.730,78
BB ou menor	6.021.670,00	787.940,00	0,00	6.809.610,00
Sem classificação	0,00	99.520,00	0,00	99.520,00
Total	86.314.810,78	23.525.690,00	9.744.400,00	119.584.900,78

b) Risco de câmbio

No seguinte quadro apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

2017				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	11.320.371,87	7.258.148,45	114.751.132,75	133.329.653,07
Franco Suíço	658.140,63	0,00	0,00	658.140,63
Dólares	0,00	582.690,02	0,00	582.690,02
Libras	219.762,53	0,00	0,00	219.762,53
Total	12.198.275,03	7.840.838,47	114.751.132,75	134.790.246,25

Euros

2016				
Tipo de moeda	Valor contabilístico			Total
	Ações	Unidades de participação	Títulos de dívida	
Euro	17.604.306,55	1.774.079,12	119.584.900,78	138.963.286,45
Franco Suíço	961.310,96	0,00	0,00	961.310,96
Dólares	0,00	0,00	0,00	0,00
Libras	398.267,43	0,00	0,00	398.267,43
Total	18.963.884,94	1.774.079,12	119.584.900,78	140.322.864,84

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros

2017									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Títulos de dívida	114.751.132,75	5.644.538,42	3.718.112,64	5.335.790,07	9.609.166,10	8.384.238,92	82.059.286,60	3,0292	9,0954
Total	114.751.132,75	5.644.538,42	3.718.112,64	5.335.790,07	9.609.166,10	8.384.238,92	82.059.286,60	-	-

Euros

2016									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Títulos de dívida	119.485.375,95	5.348.570,00	6.612.210,00	6.277.560,00	6.464.510,00	15.794.880,00	78.987.645,95	3,0039	9,0658
Total	119.485.375,95	5.348.570,00	6.612.210,00	6.277.560,00	6.464.510,00	15.794.880,00	78.987.645,95	-	-

No quadro que se segue mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

Euros

Capital próprio	2017	2016
Capital próprio	64.419.521,23	70.336.863,26
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	(8.088.700,51)	(8.402.049,89)
Capital próprio após o impacto	56.330.820,72	61.934.813,37
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro		
Impacto no capital próprio	8.088.700,51	8.402.049,89
Capital próprio após o impacto	72.508.221,74	78.738.913,15

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

2017		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	20.039.113,50	5.120.000,00
Total	20.039.113,50	5.120.000,00

Euros

2016		
Carteira disponível para venda	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de rendimento variável	20.737.964,06	10.740.000,00
Total	20.737.964,06	10.740.000,00

Euros

d) Risco de concentração

A companhia efetua a identificação e quantificação deste risco no âmbito da política de investimentos, onde se definem os limites quanto à concentração de ativos por atividade económica, grupo económico, emissor e por *rating*.

Verifica-se ainda a dispersão do investimento em títulos de rendimento variável em diversos setores de atividade mitigando deste modo o risco de concentração.

Setor de atividade	2017	2016
Dívida pública e outros emissores públicos	81.744.919,13	86.314.811,19
Instituições financeiras	31.776.800,63	30.601.923,77
Industriais	6.097.268,28	5.438.877,77
Petrolíferas	4.784.613,15	6.621.609,61
Comunicações	3.727.039,93	4.878.052,28
Energia	2.454.412,81	2.809.016,56
Consultadoria	2.382.430,90	0,00
Tecnológicas	1.822.761,42	2.497.878,50
Distribuição	0,00	670.598,04
Imobiliário	0,00	490.097,12
Total	134.790.246,25	140.322.864,84

Euros

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível.

O aparente *gap* existente essencialmente no 1.º ano e 2.º ano, entre os fluxos de ativos e passivos poderá ser facilmente compensado com a alienação de ativos financeiros de maturidades superiores (títulos de rendimento fixo) e/ou indeterminadas (títulos de rendimento variável), que apresentam uma elevada liquidez em caso de necessidade de alienação.

Euros

Conceito	2017							Saldo final
	Seguro direto							
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.233.797,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.233.797,97
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.771.783,39	6.695.893,83	7.802.511,38	11.657.849,99	10.683.213,02	99.941.377,71	20.039.113,50	165.591.742,82
Invest. em filiais, associa. e empreend. conjuntos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000.000,00	21.000.000,00
Contas a receber p/ operações de seguro direto	9.090.005,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.090.005,05
Contas a receber p/ operações de resseguro	245.009,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.009,55
Total Ativo	24.340.595,96	6.695.893,83	7.802.511,38	11.657.849,99	10.683.213,02	99.941.377,71	41.039.113,50	202.160.555,39
Passivo								
Provisão para sinistros	29.003.929,70	11.536.565,95	8.086.131,00	6.131.963,31	5.062.156,99	69.352.163,01	0,00	129.172.909,95
Acidentes trabalho *	11.731.617,44	5.774.343,36	3.362.898,48	2.492.822,71	2.120.820,42	56.217.845,67	0,00	81.700.348,07
Outros seguros	17.272.312,26	5.762.222,59	4.723.232,52	3.639.140,60	2.941.336,57	13.134.317,34	0,00	47.472.561,88
Provisão para desvios de sinistralidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.759.549,35	0,00	2.759.549,35
Provisão para riscos em curso	845.280,09	394.905,50	76.721,29	39.496,55	36.464,36	77.757,80	0,00	1.470.625,60
Dividas por operações de seguro directo	5.568.971,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.568.971,38
Dividas por operações de resseguro	1.760.092,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.760.092,64
Total Passivo	37.178.273,81	11.931.471,45	8.162.852,29	6.171.459,87	5.098.621,35	72.189.470,16	0,00	140.732.148,92
Total Ativo-Passivo	(12.837.677,85)	(5.235.577,62)	(360.340,91)	5.486.390,12	5.584.591,67	27.751.907,55	41.039.113,50	61.428.406,47

*Valores apresentados sem desconto.

Euros

2016								
Conceito	Seguro direto							Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	222.300,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222.300,10
Ativos financeiros detidos para negociação	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.399.172,54	9.304.170,64	9.038.079,92	8.497.918,38	16.807.808,48	95.510.979,49	20.737.964,06	168.296.093,51
Invest.em filiais, associa. e empreend. conjuntos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000.000,00	21.000.000,00
Contas a receber p/ operações de seguro direto	8.320.649,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.320.649,56
Contas a receber p/ operações de resseguro	92.495,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.495,07
Total Ativo	17.134.617,27	9.304.170,64	9.038.079,92	8.497.918,38	16.807.808,48	95.510.979,49	41.737.964,06	198.031.538,24
Passivo								
Provisão para sinistros	42.118.185,00	9.318.744,66	6.153.376,22	4.575.825,57	3.641.950,52	55.159.616,64	0,00	120.967.698,61
Acidentes trabalho*	9.768.529,82	4.125.969,73	2.517.865,28	2.002.499,95	1.807.770,45	51.680.486,61	0,00	71.903.121,83
Outros seguros	32.349.655,19	5.192.774,93	3.635.510,94	2.573.325,62	1.834.180,07	3.479.130,04	0,00	49.064.576,78
Provisão para desvios de sinistralidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.621.453,24	0,00	2.621.453,24
Provisão para riscos em curso	1.137.469,14	489.827,56	73.279,29	39.616,65	34.274,83	167.769,20	0,00	1.942.236,67
Dividas por operações de seguro directo	3.872.156,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.872.156,65
Dividas por operações de resseguro	1.295.020,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.295.020,74
Total Passivo	48.422.831,53	9.808.572,21	6.226.655,52	4.615.442,21	3.676.225,35	57.948.839,09	0,00	130.698.565,91
Total Ativo-Passivo	(31.288.214,26)	(504.401,57)	2.811.424,40	3.882.476,17	13.131.583,13	37.562.140,40	41.737.964,06	67.332.972,33

*Valores apresentados sem desconto.

40. Divulgações Relativas à Gestão de Riscos e Gestão de Capital

40.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza. Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões setoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rígida seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;

- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o "rating A" da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco; e
- Minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitam demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- Comissão de Gestão de Riscos e Solvência: deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- Comissão Crescimento Todos os Canais, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc;
- Comissão Reequilíbrio Técnico, em sede do qual se define as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- Comissão de Operações, realiza o seguimento de projetos de adequação do Back Office, dos seus processos e do seu modelo de governação;
- Comissão Estratégica de Tecnologias: analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- Comissão de Segurança e Meio Ambiente: define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;
- Grupo de Trabalho de Alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2017. Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexadas

ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

40.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo “*standard*” de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da Atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O Capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação em prática.

A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem

como através da promoção de diversas ações de formação.

Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os indices de criticidades dos riscos operacionais apurados em 2017, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2017	2016
Geral	63,06	63,62
Desenvolvimento de produtos	63,11	62,78
Emissão	66,51	68,10
Sinistros	59,33	59,71
Gestão administrativa	58,05	58,42
Atividades comerciais	60,99	61,37
Recursos humanos	59,61	59,81
Comissões	61,39	61,39
Cosseguro/resseguro	65,35	65,64
Provisões técnicas	57,55	57,55
Investimentos	62,30	62,30
Sistemas tecnológicos	60,30	61,36
Atendimento ao cliente	62,31	62,74

41. Elementos Extrapatrimoniais

A Companhia detém no final de 2017, o valor de 177.168,71 euros, em garantias bancárias prestadas a terceiros.

No âmbito do *leasing* operacional com viaturas, a Companhia tem em vigor até ao ano de 2021, fluxos futuros contratualizados no valor de 251.581,81 euros, que se demonstram por exercício no quadro abaixo:

Conceito	Fluxos futuros contratualizados			
	2018	2019	2020	2021
<i>Leasing</i> operacional com viaturas	117.867,83	73.100,60	47.413,85	13.199,53
Total	117.867,83	73.100,60	47.413,85	13.199,53

Euros

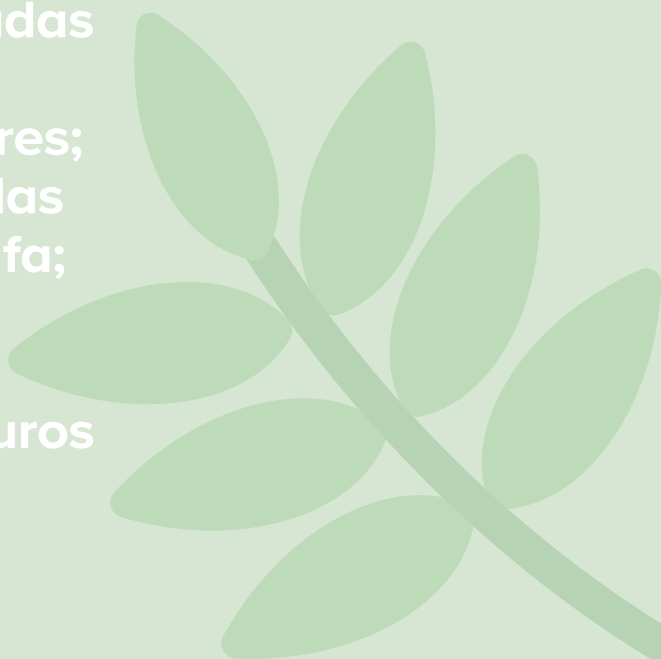
Adicionalmente tal como mencionado na Nota 38.2., a Companhia tem uma garantia recebida, por uma entidade relacionada, a título de “Depósitos recebidos de resseguradores”, através de um depósito de títulos de rendimento fixo, no montante de 2.302.498,77 euros.

42. Acontecimentos Após a Data de Balanço não Descritos em Pontos Anteriores

Nada a divulgar.

Com as medidas implementadas em Portugal, em 2017:

- salvámos mais de 236 árvores;
- emitimos menos 1,9 toneladas de gases com efeito de estufa;
- gastámos menos de 70m³ de água;
- poupámos mais de 9.300 euros em eletricidade.



43. Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

43.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de novembro).
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de novembro).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

43.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações financeiras

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja

mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

De acordo com as alterações à “IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016)”, a MAPFRE Seguros Gerais, S.A., que cumpre os critérios especificados, adotou a exceção temporária à IFRS 9 e manterá a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Não obstante, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguros Gerais, S.A.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Rédito, IFRIC 13 – Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito – Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em cinco passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracts a *performance* da entidade.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não antecipa qualquer impacto material na aplicação desta norma.

IFRS 16 – Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de outubro. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do *leasing*), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não antecipa qualquer impacto material na aplicação desta norma.

43.3. Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma

disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFIRC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).

- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).
- Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. não antecipa qualquer impacto destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Lisboa, 14 de março de 2018

Luis Anula
Administrador Delegado

Filipe Tempero
Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

José Manuel Inchausti Pérez
(Presidente)

Juan Fernández Palacios
(Vice-Presidente)

Luis Anula Rodriguez
(Vogal/Administrador Delegado)

Andrés Jiménez Herradón
(Vogal)

António Luís de Azevedo Portela
(Vogal)

Ignacio Baeza Gómez
(Vogal)

Javier del Río Martín
(Vogal)

José Luis Catalinas Calleja
(Vogal)

José Luis Joló Marín
(Vogal)

Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

O Secretário do Conselho de Administração

Pedro Ribeiro e Silva



Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Anexo 1.1. (2017)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal	4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.	4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1	4.200.000		0,00		21.000.000,00		21.000.000,00

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2. OUTROS							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		6.175.000,00	99,14		6.122.080,25	122,75	7.579.742,35
	Subtotal		6.175.000,00			6.122.080,25		7.579.742,35
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2.	0	6.175.000,00			6.122.080,25		7.579.742,35
	Subtotal 2.1.	0	6.175.000,00			6.122.080,25		7.579.742,35
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. Ações							
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	7.018			10,58	74.229,39	18,55	130.183,90
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	7.099			24,28	172.364,42	32,62	231.569,38
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	352			101,40	35.693,07	105,05	36.977,60
DE0008404005	ALLIANZ SE	428			113,23	48.460,73	191,50	81.962,00
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	70.193			6,20	435.051,16	7,11	499.212,61
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	134.313			4,36	586.017,62	5,48	735.900,92
ES0113679I37	BANKINTER	4.077			2,76	11.264,60	7,90	32.224,60
DE000BAY0017	BAYER A.G.	686			96,68	66.321,81	104,00	71.344,00
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	13.140			52,24	686.419,03	62,25	817.965,00
ES0140609019	CAIXABANK S.A.	59.654			4,14	246.974,79	3,89	231.994,40
FR0000120644	DANONE S.A.	4.085			57,96	236.748,15	69,95	285.745,75
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	24.245			15,45	374.498,54	14,79	358.704,77
DE000ENAG999	E.ON SE	14.170			7,43	105.340,56	9,06	128.394,37
IT0003128367	ENEL SPA	90.621			4,53	410.927,34	5,13	464.885,73
FR0010208488	ENGIE S.A.	19.011			13,53	257.220,28	14,33	272.522,68
IT0003132476	ENI SPA	24.121			14,82	357.371,55	13,80	332.869,80
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	20.351			16,48	335.399,79	18,92	385.142,67
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	7.627			18,48	140.918,06	19,25	146.819,75
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	9.451			19,81	187.193,07	24,42	230.840,67
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	142.166			5,06	719.046,57	6,46	918.392,36
NL0011821202	ING GROEP N.V.	27.937			13,77	384.558,06	15,32	428.134,52
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	18.382			9,26	170.141,81	11,30	207.716,60

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	750			140,24	105.178,38	180,75	135.562,50
CH0038863350	NESTLÉ S.A.	2.653			62,22	165.074,67	71,66	190.110,80
CH0012005267	NOVARTIS AG	3.591			75,83	272.301,31	70,46	253.027,76
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A.	300.000			1,00	300.000,00	1,01	303.000,00
FR0000133308	ORANGE S.A.	23.260			12,89	299.776,27	14,48	336.688,50
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	29.706			10,60	314.975,86	14,75	438.014,97
ES06735169B1	REPSOL YPF,S.A.	29.706			0,39	11.525,92	0,38	11.258,57
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.020			220,26	224.662,45	210,79	215.002,07
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	5.603			23,86	133.688,70	27,78	155.679,35
FR0000120578	SANOFI	3.416			67,71	231.293,49	71,85	245.439,60
DE0007164600	SAP SE	3.751			76,83	288.205,39	93,45	350.530,95
DE0007236101	SIEMENS AG	3.046			82,35	250.849,16	116,15	353.792,90
FR0000120271	TOTAL S.A.	15.915			42,29	673.100,74	46,04	732.806,17
NL0000009355	UNILEVER PLC	9.488			33,06	313.701,21	46,96	445.509,04
FR0000125486	VINCI S.A.	3.570			48,08	171.641,98	85,15	303.985,50
FR0000127771	VIVENDI SA	21.347			17,04	363.783,07	22,42	478.599,74
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	83.131			2,37	197.333,87	2,64	219.762,53
ES06735169B1	REPSOL YPF,S.A.	35.032			0,39	13.592,41	0,38	13.277,12
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	1.173			101,38	118.916,59	105,05	123.223,65
FR0000120271	TOTAL S.A.	19.154			42,74	818.575,23	46,05	881.945,93
FR0000120578	SANOFI	4.680			71,59	335.061,67	71,85	336.258,00
FR0000120644	DANONE S.A.	6.070			54,09	328.347,07	69,95	424.596,50
FR0000125486	VINCI S.A.	2.552			50,13	127.939,00	85,15	217.302,80
FR0000127771	VIVENDI SA	15.043			18,83	283.227,97	22,42	337.264,06
FR0000131104	BNP PARIBAS SA. PARIS	14.812			47,69	706.383,40	62,25	922.047,00
FR0000133308	ORANGE S.A.	28.785			12,30	353.992,97	14,47	416.662,87
FR0010208488	ENGIE S.A.	22.844			13,53	309.080,26	14,33	327.468,73
GB0005405286	HSBC HOLDINGS PLC	5.714			5,95	33.981,94	8,63	49.294,86
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	6.845			17,13	117.243,37	14,88	101.833,78
GB0031348658	BARCLAYS PLC	23.171			2,28	52.922,17	2,28	52.939,21
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	6.388			23,49	150.053,08	27,78	177.490,57
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	75.377			2,24	168.558,08	2,64	199.264,28
	Subtotal	1.239.080				10.359.252,87		12.198.275,03
	2.2.2.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0108689003	ALTAN IV GLOBAL IICIICIL	40			1.000,00	40.000,00	958,46	38.338,46
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	1.757			308,22	541.517,75	310,18	544.955,24
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	44.914			9,82	441.000,00	12,10	543.305,69
ES0137814002	FONDMAPFRE RENTADOLAR F.I.	81.893			7,94	650.000,00	7,18	587.869,26
ES0144022003	HELIA RENOVABLES FCR CLASE A	200.000			1,00	200.000,00	1,00	200.000,00
FR0012386696	LYXOR BARCLAYS FLOATING RATE E	17.803			101,13	1.800.441,65	101,09	1.799.740,87
LU1390062831	LYXOR USD 10Y INFLATION EXPECT	6.729			94,67	637.012,90	86,59	582.690,02
LU1527121039	MAPFRE AM SICAV	351.511			9,96	3.500.000,00	10,08	3.543.938,93
	Subtotal	704.648				7.809.972		7.840.838
	2.2.2.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1.	1.943.728		0,00		18.169.225,17		20.039.113,50

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	142,36	4.413.226,90
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.100.000,00	87,25		10.557.679,38	139,21	16.844.564,33
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	122,55	980.380,71
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		13.785.000,00	146,78		20.233.043,83	146,33	20.172.058,78
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		7.451.000,00	105,60		7.868.438,91	130,03	9.688.451,44
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	72,79	1.396.093,17
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		600.000,00	103,56		621.360,00	113,33	680.005,26
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.000.000,00	98,98		2.969.430,00	101,91	3.057.388,07
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		4.615.000,00	98,96		4.566.827,50	99,38	4.586.289,81
ES00000128Q6	TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033		2.500.000,00	99,43		2.485.825,00	102,81	2.570.162,70
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020		1.500.000,00	99,33		1.490.010,00	116,45	1.746.791,98
	Subtotal		51.369.000,00			54.500.527		66.135.413
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
XS1555575320	CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRI 0,5 1/2022		700.000,00	99,98		699.825,00	100,99	706.897,18
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018		1.400.000,00	99,87		1.398.138,00	101,72	1.424.013,11
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	128,94	1.031.512,58
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	97,80		1.467.000,00	123,11	1.846.576,09
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018		2.050.000,00	99,61		2.041.923,00	104,20	2.136.155,73
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020		480.000,00	99,41		477.177,60	114,64	550.268,96
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	99,67		269.103,60	123,83	334.339,98
	Subtotal		7.200.000,00			7.383.567,20		8.029.763,63
2.2.2.3. De outros emissores								
XS1322048619	AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021		1.400.000,00	102,00		1.428.020,00	105,16	1.472.230,47
XS1651861251	ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B 0,671 7/2022		300.000,00	100,00		300.000,00	100,37	301.110,09
XS1422919594	ANZ NEW ZEALAND INTL LTD-LONDO 0,625 6/2021		3.300.000,00	101,33		3.343.770,00	101,89	3.362.266,77
XS1144086110	AT&T INC 1,45 6/2022		1.500.000,00	103,73		1.555.950,00	104,93	1.573.937,16
XS1579039006	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 2 3/2027		700.000,00	100,00		700.000,00	112,99	790.944,42
XS1562614831	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 2/2027		500.000,00	99,99		499.960,00	115,87	579.341,55
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		1.520.000,00	100,13		1.521.912,40	103,89	1.579.079,14
XS1592168451	BANKINTER 2,5 4/2027		100.000,00	99,60		99.601,00	104,80	104.801,83
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	99,90		299.685,00	110,12	330.354,99
XS1626933102	BNP PARIBAS SA - PARIS 0,424 6/2024		1.400.000,00	100,53		1.407.462,00	102,41	1.433.732,62
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021		1.450.000,00	107,82		1.563.390,00	109,99	1.594.920,96
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018		900.000,00	98,21		883.869,53	103,16	928.457,82
XS1565131213	CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027		300.000,00	99,97		299.919,00	109,03	327.097,38
XS1457608013	CITIGROUP INC 0,75 10/2023		400.000,00	99,91		399.640,00	100,48	401.931,99
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018		550.000,00	100,05		550.275,00	106,12	583.678,20
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	99,55		248.880,00	117,46	293.638,79

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
DE000AIR1BC6	DEUTSCHE BORSE AG 1,125 3/2018		250.000,00	99,38		248.452,50	101,19	252.966,82
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		300.000,00	118,01		354.030,00	117,25	351.750,73
XS1607933253	DOURO FINANCE B.V. 1,101 12/2027		1.700.000,00	100,00		1.700.000,00	104,38	1.774.432,90
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018		300.000,00	99,65		298.950,00	106,42	319.266,74
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 6,25 1/2021		100.000,00	126,90		126.900,00	124,63	124.625,54
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020		500.000,00	101,45		507.250,00	112,74	563.685,02
XS1609252645	GENERAL MOTORS FINANCIAL COMPA 0,352 5/2021		190.000,00	100,00		190.000,00	101,11	192.100,57
XS1147600305	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL PLC 0,625 12/2019		2.000.000,00	99,55		1.991.020,00	101,46	2.029.248,07
XS1577427526	GOLDMAN SACHS GROUP INC 0,305 9/2022		2.300.000,00	100,69		2.315.920,00	100,98	2.322.584,12
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		400.000,00	99,88		399.528,00	113,37	453.461,28
XS1551306951	INTESA SANPAOLO SPA 1,375 1/2024		300.000,00	99,31		297.939,00	103,93	311.784,71
XS1578294081	ITALGAS SPA 1,125 3/2024		500.000,00	99,71		498.530,00	102,97	514.854,26
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,112/2022		700.000,00	99,51		696.563,00	103,32	723.260,99
XS1416688890	METROVACESA S.A. 2,375 5/2022		200.000,00	99,49		198.976,00	107,80	215.609,59
XS1603892065	MORGAN STANLEY 0,371 11/2022		700.000,00	100,00		700.000,00	101,68	711.735,34
XS1511787589	MORGAN STANLEY 1,375 10/2026		200.000,00	99,12		198.234,00	100,56	201.123,69
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020		1.000.000,00	109,78		1.097.760,00	115,93	1.159.265,61
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		100.000,00	107,09		107.090,00	109,79	109.785,43
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L 1 12/2023		650.000,00	63,80		414.700,00	98,05	637.355,82
FR0013060209	RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELEC 1,625 11/2025		600.000,00	99,60		597.612,00	105,72	634.317,46
XS1201001572	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE 2,5 3/2025		100.000,00	99,09		99.093,00	107,09	107.093,04
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		800.000,00	102,98		823.805,00	105,70	845.592,88
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	131,19	787.137,55
XS1287714502	TORONTO-DOMINION BANK 0,154 9/2020		1.300.000,00	100,05		1.300.650,00	101,21	1.315.778,50
CH0359915425	UBS GROUP FUNDING SWITZERLAND 0,371 9/2022		200.000,00	100,00		200.000,00	101,52	203.048,24
XS0479869744	VODAFONE GROUP 4,65 1/2022		400.000,00	120,70		482.800,00	121,71	486.824,54
	Subtotal		31.260.000,00			31.602.436,43		33.006.213,62
	Subtotal 2.2.2.		89.829.000,00			93.486.531,07		107.171.390,40
	Subtotal 2.2.	1.943.728	89.829.000,00			111.655.756,24		127.210.503,90
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2	1.943.728	96.004.000,00			117.777.836,49		134.790.246,25
	Total geral	6.143.728	96.004.000,00			138.777.836,49		155.790.246,25

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Anexo 1.2. (2016)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. Filiais, associadas, empreendimentos conjuntos e outras empresas participadas e participantes							
	1.1. Títulos nacionais							
	1.1.1. Partes de capital em filiais							
	MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.	4.200.000			5,00	21.000.000,00	5,00	21.000.000,00
	1.1.2. Partes de capital em associadas							
	1.1.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal	4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
	1.1.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.1.9. Outros títulos em filiais							
	1.1.10. Outros títulos em associadas							
	1.1.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.1.	4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
	1.2. Títulos estrangeiros							
	1.2.1. Partes de capital em filiais							
	1.2.2. Partes de capital em associadas							
	1.2.3. Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	1.2.5. Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.9. Outros títulos em filiais							
	1.2.10. Outros títulos em associadas							
	1.2.11. Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	Subtotal							
	Subtotal 1.2.							
	Total 1	4.200.000				21.000.000,00		21.000.000,00
	2. Outros							
	2.1. Títulos nacionais							
	2.1.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. Ações							
	Subtotal							
	2.1.1.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.1.1.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
	Subtotal							
	2.1.1.4 - Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.1.							
	2.1.2. Títulos de dívida							
	2.1.2.1. De dívida pública							
PTOTEYOE0007	REPUBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		3.500.000,00	101,08		5.028.875,75	110,94	5.519.315,43
PTOTEQOE0015	REPUBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		1.475.000,00	122,56		514.747,80	119,61	502.353,14
	Subtotal		4.975.000,00			5.543.623,55		6.021.668,57
	2.1.2.2. De outros emissores públicos							
	Subtotal							
	2.1.2.3. De outros emissores							
	Subtotal							
	Subtotal 2.1.2.	0	4.975.000,00			5.543.623,55		6.021.668,57
	Subtotal 2.1.	0	4.975.000,00			5.543.623,55		6.021.668,57
	2.2. Títulos estrangeiros							
	2.2.1. Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.2.1. Ações							
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	37.183			14,36	533.772,37	16,35	608.127,96
DE0007164600	SAP SE	3.406			71,60	243.886,61	82,81	282.050,86
DE0007236101	SIEMENS AG	5.738			82,35	472.545,07	116,80	670.198,40
DE0008404005	ALLIANZ SE	428			113,23	48.460,73	157,00	67.196,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	750			140,24	105.178,38	179,65	134.737,50
DE000BAY0017	BAYER A.G.	2.760			83,79	231.257,71	99,13	273.598,80
DE000ENAG999	E.ON SE	14.170			7,43	105.340,56	6,70	94.939,00
DE000UNSE018	UNIPER SE	1.421			9,73	13.821,46	13,11	18.636,41
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	18.382			9,36	171.966,91	10,33	189.886,06
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	7.018			10,58	74.229,39	13,30	93.304,31

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	198.073			6,27	1.242.529,46	6,41	1.270.440,22
ES0113679137	BANKINTER	4.077			2,76	11.264,60	7,36	30.006,72
ES0113900J37	BANCO SANTANDER SA	420.699			4,35	1.829.278,95	4,96	2.086.246,34
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	7.627			18,48	140.918,06	17,91	136.599,57
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	6.215			9,43	58.615,88	10,41	64.698,15
ES0126775032	DISTRIBUIDORA INTERNAL DE ALIM	14.812			5,43	80.500,37	4,67	69.097,98
ES0130960018	ENAGAS	7.736			23,37	180.828,75	24,13	186.631,00
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	197.825			4,50	889.233,58	6,23	1.233.241,05
ES0148396007	INDÚSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.	3.997			29,21	116.746,16	32,43	129.622,71
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	6.855			25,15	172.421,20	30,02	205.787,10
ES0173093024	RED ELÉCTRICA CORPORACIÓN S.A.	2.008			13,19	26.486,46	17,93	35.993,40
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	45.121			11,26	507.982,85	13,42	605.523,82
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	139.666			10,13	1.414.264,34	8,82	1.231.854,12
ES0673516995	REPSOL YPF,S.A.	45.121			0,35	15.972,83	0,35	15.882,59
FR0000120172	CARREFOUR SA	20.615			25,94	534.669,43	22,89	471.877,35
FR0000120271	TOTAL S.A.	30.116			41,66	1.254.573,23	48,72	1.467.251,52
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	4.911			67,71	332.518,22	76,90	377.655,90
FR0000120644	DANONE S.A.	4.359			53,55	233.432,57	60,20	262.411,80
FR0000125486	VINCI S.A.	6.949			48,08	334.100,87	64,70	449.600,30
FR0000127771	VIVENDI SA	21.974			16,73	367.539,36	18,06	396.740,57
FR0000131104	BNP PARIBAS SA - PARIS	19.994			44,90	897.827,73	60,55	1.210.636,70
FR0000133308	ORANGE S.A.	32.574			12,42	404.428,13	14,44	470.205,69
FR0010208488	ENGIE S.A.	1			13,37	13,37	12,12	12,12
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	12.315			23,86	293.838,33	25,98	320.005,27
IT0003128367	ENEL SPA	80.233			3,77	302.468,72	4,19	336.015,80
IT0003132476	ENI SPA	67.625			14,81	1.001.486,66	15,47	1.046.158,75
NL0000009355	UNILEVER PLC	14.902			31,66	471.729,67	39,12	582.891,73
NL0011821202	ING GROEP N.V.	13.354			12,65	168.982,36	13,37	178.542,98
ES0105224002	OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI SA	300.000			1,00	300.000,00	1,00	300.000,00
CH0012005267	NOVARTIS AG	6.651			76,52	508.903,31	69,13	459.755,30
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.260			219,12	276.094,37	216,99	273.402,10
CH0038863350	NESTLÉ S.A.	3.348			59,81	200.227,67	68,15	228.153,56
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	10.638			19,04	202.501,60	18,29	194.516,39
GB0031348658	BARCLAYS PLC	41.422			2,20	91.033,59	2,62	108.349,40
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	40.779			2,46	100.274,16	2,34	95.401,64
	Subtotal	1.925.108				16.964.146,03		18.963.884,94
	2.2.2.2. Títulos de participação							
	Subtotal							
	2.2.2.3. Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0137814002	FONDMAPFRE RENTADOLAR F.I.	38.407			7,81	300.000,00	8,22	315.835,04
ES0138298031	FONDMAPFRE BOLSA ASIA F.I.	12.173			6,16	75.000,00	8,33	101.449,70
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	15.179			6,00	91.000,00	11,69	177.516,44
IE00B53L3W79	ISHARES CORE EUROS TOXX 50 ETF	6.332			88,96	563.322,96	96,63	611.861,16
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	1.757			308,22	541.537,62	322,95	567.416,78
	Subtotal	73.848				1.570.861		1.774.079
	2.2.2.4. Outros							
	Subtotal							
	Subtotal 2.2.1	1.998.956				18.535.006,61		20.737.964,06

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
2.2.2. Títulos de dívida								
2.2.2.1. De dívida pública								
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		3.100.000,00	77,46		2.401.310,84	147,01	4.557.269,54
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		12.450.000,00	88,98		11.077.782,88	143,95	17.921.254,51
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		550.000,00	123,09		676.989,50	126,41	695.257,52
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		600.000,00	143,44		860.622,00	143,02	858.103,47
ES00000123U9	TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023		6.001.000,00	100,04		6.003.460,41	133,27	7.997.546,87
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		800.000,00	101,95		815.593,98	124,42	995.367,46
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		30.000,00	145,10		43.530,00	154,60	46.380,80
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		9.600.000,00	149,90		14.390.575,93	151,73	14.566.072,84
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		850.000,00	103,56		880.260,00	112,92	959.782,02
ES00000127A2	TESORO PÚBLICO 1,95 7/2030		4.500.000,00	102,42		4.608.806,35	102,66	4.619.553,95
ES00000127Z9	TESORO PÚBLICO 1,95 4/2026		3.400.000,00	100,05		3.401.858,31	106,62	3.624.915,33
ES00000128C6	TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046		3.500.000,00	98,98		3.464.335,00	106,16	3.715.720,06
ES00000128H5	TESORO PÚBLICO 1,3 10/2026		8.355.000,00	99,67		8.327.748,60	99,38	8.303.485,08
ES0000012965	TESORO PÚBLICO 100 1/2032		1.918.000,00	25,60		491.008,00	73,00	1.400.075,86
IE00B60Z6194	GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020		1.500.000,00	99,33		1.490.010,00	122,03	1.830.419,26
IT0005104473	REPÚBLICA DE ITALIA 0,332 6/2022		650.000,00	100,56		653.607,50	100,62	654.005,78
	Subtotal		57.804.000,00			59.587.499		72.745.210
2.2.2.2. De outros emissores públicos								
ES0378641023	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021		1.500.000,00	97,80		1.467.000,00	127,80	1.916.932,88
ES0378641056	FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026		800.000,00	128,80		1.030.400,00	130,57	1.044.580,51
EU000A1U98Z1	EURO STABILITY MECHANISM 1,25 10/2018		1.400.000,00	99,87		1.398.138,00	103,50	1.449.015,11
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		270.000,00	99,67		269.103,60	128,70	347.479,28
XS0883537143	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020		480.000,00	99,41		477.177,60	118,63	569.422,75
XS0900792473	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4 4/2018		2.050.000,00	99,61		2.041.923,00	108,32	2.220.501,74
	Subtotal		6.500.000,00			6.683.742,20		7.547.932,27
2.2.2.3. De outros emissores								
DE000A1R1BC6	DEUTSCHE BORSE AG (BOLSA FRANK 1,125 3/2018		250.000,00	99,38		248.452,50	102,47	256.175,62
ES0340609199	CAIXABANK S.A. 3,125 5/2018		900.000,00	98,21		883.869,53	106,28	956.506,88
ES0413211782	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 12/2017		500.000,00	100,05		500.250,00	103,67	518.365,53
ES0413440308	BANCO SANTANDER SA 4,75 1/2017		1.600.000,00	99,59		1.593.372,71	104,78	1.676.443,58
ES0413679178	BANKINTER 4,125 3/2017		1.200.000,00	99,99		1.199.930,34	104,21	1.250.504,87
ES0413790314	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A. 3,5 9/2017		1.500.000,00	99,82		1.497.240,00	103,62	1.554.263,63
FR0013060209	RESEAU DE TRANSPORT 1,625 11/2025		600.000,00	99,60		597.612,00	106,09	636.518,14
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L 6,934 4/2018		700.000,00	102,67		718.710,00	112,56	787.936,60
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023		600.000,00	109,05		654.300,00	131,04	786.240,33
XS0370846973	COMMERZBANK A.G. 6,5 6/2018		550.000,00	100,05		550.275,00	110,62	608.429,89
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT 6,8 6/2018		300.000,00	99,65		298.950,00	111,22	333.645,06

* Inclui o valor dos juros decorridos.

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS0409749206	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 6,25 1/2021		100.000,00	126,90		126.900,00	130,43	130.430,07
XS0460658676	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC - L 1 12/2023		650.000,00	63,80		414.700,00	96,47	627.029,36
XS0479869744	VODAFONE GROUP 4,65 1/2022		400.000,00	120,70		482.800,00	125,75	502.985,68
XS0531922465	MORGAN STANLEY 5,375 8/2020		1.550.000,00	109,78		1.701.528,00	120,54	1.868.376,70
XS0595092098	DNB BANK ASA 4,375 2/2021		300.000,00	118,01		354.030,00	121,16	363.490,16
XS0733696495	REPSOL INTL. FINANCE 4,875 2/2019		100.000,00	107,09		107.090,00	114,51	114.509,66
XS0741137029	ENI SPA 4,25 2/2020		500.000,00	101,45		507.250,00	116,48	582.380,15
XS0751166835	DANSKE BANK A/S 3,875 2/2017		240.000,00	105,52		253.244,20	103,94	249.464,31
XS0826634874	COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022		250.000,00	99,55		248.880,00	116,66	291.640,49
XS0954928783	BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021		300.000,00	99,90		299.685,00	112,43	337.299,24
XS0972165681	BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021		1.450.000,00	107,82		1.563.390,00	111,98	1.623.719,96
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		1.520.000,00	100,13		1.521.912,40	105,60	1.605.182,02
XS1069282827	BNP PARIBAS SA - PARIS 0,238 5/2019		800.000,00	100,85		806.800,00	100,92	807.377,33
XS1130526780	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING 0,087 10/2019		1.600.000,00	99,99		1.599.840,00	100,65	1.610.366,97
XS1144086110	AT&T INC 1,45 6/2022		1.500.000,00	103,73		1.555.950,00	104,85	1.572.736,60
XS1147600305	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL PLC 0,625 12/2019		2.000.000,00	99,55		1.991.020,00	101,99	2.039.840,30
XS1201001572	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIFE 2,5 3/2025		100.000,00	99,09		99.093,00	100,46	100.462,45
XS1246144650	INTESA SANPAOLO SPA 0,734 6/2020		300.000,00	99,90		299.706,00	100,54	301.633,40
XS1287714502	TORONTO-DOMINION BANK 0,165 9/2020		1.300.000,00	100,05		1.300.650,00	100,94	1.312.277,09
XS1292484323	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022		800.000,00	102,98		823.805,00	105,98	847.801,61
XS1322048619	AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021		1.400.000,00	102,00		1.428.020,00	105,89	1.482.413,50
XS1327027998	MASTERCARD INC 1,112/2022		700.000,00	99,51		696.563,00	103,38	723.645,55
XS1416688890	METROVACESA S.A. 2,375 5/2022		200.000,00	99,49		198.976,00	105,53	211.059,97
XS1422225588	BNP PARIBAS ARBITRAGE ISSUANCE 0 11/2017		100.000,00	98,65		98.650,00	99,52	99.524,83
XS1422919594	ANZ NEW ZEALAND INTL LTD-LONDO 0,625 6/2021		3.300.000,00	101,33		3.343.770,00	102,38	3.378.537,70
XS1428953407	HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028		400.000,00	99,88		399.528,00	107,73	430.933,10
XS1457608013	CITIGROUP INC 0,75 10/2023		400.000,00	99,91		399.640,00	98,45	393.809,50
XS1496344794	SANTANDER CONSUMER BANK AS 0,25 9/2019		100.000,00	99,67		99.672,00	100,28	100.278,81
XS1511787589	MORGAN STANLEY 1,375 10/2026		200.000,00	99,12		198.234,00	97,93	195.852,95
	Subtotal		31.260.000,00			31.664.288,68		33.270.089,59
	Subtotal 2.2.2.		95.564.000,00			97.935.530,18		113.563.232,21
	Subtotal 2.2.	1.998.956	95.564.000,00			116.470.536,79		134.301.196,27
	2.3. Derivados de negociação							
	Subtotal 2.3.							
	2.4. Derivados de cobertura							
	Subtotal 2.4.							
	Total 2	1.998.956	100.539.000,00			122.014.160,34		140.322.864,84
	Total geral	6.198.956	100.539.000,00			143.014.160,34		161.322.864,84

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Anexo 2.1. (2017)

Euros

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	95.123.803,84	30.069.456,87	72.995.913,63	7.941.566,66
Acidentes e doença	46.746.549,94	12.479.617,91	42.577.816,37	8.310.884,34
Acidentes de trabalho	46.060.960,32	12.153.905,52	42.336.350,89	8.429.296,09
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	425.044,16	181.316,55	237.149,93	(6.577,68)
Doença	260.545,46	144.395,84	4.315,55	(111.834,07)
Incêndio e outros danos	7.503.078,68	3.655.887,95	2.880.162,33	(967.028,40)
Automóvel	31.302.865,33	12.509.513,81	18.805.023,27	11.671,75
Responsabilidade civil	27.005.576,55	10.103.212,84	17.773.961,26	871.597,55
Outras coberturas	4.297.288,78	2.406.300,97	1.031.062,01	(859.925,80)
Marítimo e transportes	122.039,49	6.584,37	43.023,14	(72.431,98)
Responsabilidade civil geral	216.079,22	-37.078,00	184.097,90	(69.059,32)
Crédito e caução	5.923.020,75	1.350.433,60	5.244.060,38	671.473,23
Proteção jurídica	3.096.054,88	-16.678,77	3.166.491,41	53.757,76
Assistência	187.858,61	99.330,99	93.595,44	5.067,82
Diversos	26.256,94	21.845,01	1.643,39	(2.768,54)
Total	95.123.803,84	30.069.456,87	72.995.913,63	7.941.566,66

* Sinistros ocorridos no ano 2016 e anteriores.

Anexo 2.2. (2016)

Euros

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Vida	97.995.476,89	33.418.109,29	68.807.347,74	4.229.980,14
Acidentes e doença	44.285.609,62	11.841.717,69	36.479.497,85	4.035.605,92
Acidentes de trabalho	43.698.608,83	11.371.040,88	36.312.113,89	3.984.545,94
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	476.154,65	294.965,05	167.056,94	(14.132,66)
Doença	110.846,14	175.711,76	327,02	65.192,64
Incêndio e outros danos	8.545.582,57	3.283.405,23	4.331.478,37	(930.698,97)
Automóvel	37.353.900,67	16.823.947,51	19.739.043,52	(790.909,64)
Responsabilidade civil	31.590.507,01	13.883.329,91	17.988.031,58	280.854,48
Outras coberturas	5.763.393,66	2.940.617,60	1.751.011,94	(1.071.764,12)
Marítimo e transportes	81.606,34	24.905,70	61.229,71	4.529,07
Responsabilidade civil geral	366.095,77	172.790,71	195.875,47	2.570,41
Crédito e caução	4.432.685,67	1.065.410,89	4.862.122,99	1.494.848,21
Proteção jurídica	2.624.788,34	100.134,18	3.004.331,71	479.677,55
Assistência	234.524,62	99.522,06	112.517,17	(22.485,39)
Diversos	70.683,28	6.275,32	21.250,95	(43.157,01)
Total	97.995.476,89	33.418.109,29	68.807.347,74	4.229.980,14

* Sinistros ocorridos no ano 2016 e anteriores.

Discriminação dos custos com sinistros

Anexo 3.1. (2017)

Euros

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro direto	61.742.221,55	5.506.231,72	5.123.069,01	72.371.522,28
Acidentes e doença	20.558.074,93	1.421.907,13	6.723.716,18	28.703.698,24
Acidentes de trabalho	19.039.629,97	1.297.777,25	6.713.350,65	27.050.757,87
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	414.197,21	86.198,06	76.647,06	577.042,33
Doença	1.104.247,75	37.931,82	(66.281,53)	1.075.898,04
Incêndio e outros danos	8.615.600,38	418.055,75	(1.464.725,95)	7.568.930,18
Automóvel	30.809.036,06	2.945.151,91	(799.263,63)	32.954.924,34
Responsabilidade civil	19.395.891,09	1.625.922,79	284.648,53	21.306.462,41
Outras coberturas	11.413.144,97	1.319.229,12	(1.083.912,16)	11.648.461,93
Marítimo e transportes	27.660,89	2.819,22	48.028,32	78.508,43
Mercadorias transportadas	72.011,53	10.176,46	(172,02)	82.015,97
Responsabilidade civil geral	1.604.884,07	416.520,46	545.454,16	2.566.858,69
Crédito e caução	(16.152,14)	23.943,88	95.074,44	102.866,18
Proteção jurídica	49.598,12	266.456,17	(1.307,83)	314.746,46
Diversos	21.507,71	1.200,74	(23.734,66)	(1.026,21)
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	61.742.221,55	5.506.231,72	5.123.069,01	72.371.522,28

Anexo 3.2. (2016)

Euros

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – Custos de gestão imputados	Provisão para sinistros (variação)	Custos com sinistros
Seguro direto	71.560.716,76	5.047.080,87	(2.871.673,05)	73.736.124,58
Acidentes e doença	22.311.145,69	1.255.286,45	2.460.940,35	26.027.372,49
Acidentes de trabalho	20.832.125,72	1.110.355,54	2.362.351,49	24.304.832,75
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	581.517,89	83.379,38	(51.110,46)	613.786,81
Doença	897.502,08	61.551,53	149.699,32	1.108.752,93
Incêndio e outros danos	7.783.851,83	414.389,40	(1.042.503,88)	7.155.737,35
Automóvel	39.393.319,43	2.880.850,39	(6.051.035,34)	36.223.134,48
Responsabilidade civil	25.233.421,02	1.544.465,90	(4.584.930,49)	22.192.956,43
Outras coberturas	14.159.898,41	1.336.384,49	(1.466.104,85)	14.030.178,05
Marítimo e transportes	57.519,32	3.322,93	40.433,16	101.275,41
Mercadorias transportadas	283.408,37	8.874,35	(150.016,54)	142.266,18
Responsabilidade civil geral	1.585.900,60	189.942,61	1.490.335,10	3.266.178,31
Crédito e caução	92.280,08	28.502,82	495.329,20	616.112,10
Proteção jurídica	38.560,72	266.058,91	(70.728,75)	233.890,88
Diversos	14.730,72	(146,99)	(44.426,35)	(29.842,62)
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	71.560.716,76	5.047.080,87	(2.871.673,05)	73.736.124,58

Discriminação de alguns valores por ramos

Anexo 4.1. (2017)

Euros

Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Seguro direto	95.282.686,99	95.487.122,93	72.371.522,28	25.153.893,05	(7.277.990,04)
Acidentes e doença	29.052.535,40	28.951.317,79	28.703.698,24	7.060.449,68	(1.095.803,33)
Acidentes de trabalho	24.548.259,65	24.486.279,27	27.050.757,87	6.271.162,96	(254.156,89)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2.256.608,34	2.273.686,46	577.042,33	514.727,68	(302.783,83)
Doença	2.247.667,41	2.191.352,06	1.075.898,04	274.559,04	(538.862,61)
Incêndio e outros danos	15.404.285,92	15.097.971,48	7.568.930,18	3.052.573,32	(4.715.446,38)
Automóvel	44.010.926,04	44.741.651,57	32.954.924,34	12.850.498,29	(464.143,62)
Responsabilidade civil	26.601.346,84	26.951.313,60	21.306.462,41	7.379.633,36	(54.180,29)
Outras coberturas	17.409.579,20	17.790.337,97	11.648.461,93	5.470.864,93	(409.963,33)
Marítimo e transportes	163.708,62	163.555,55	78.508,43	18.910,83	(46.992,25)
Mercadorias transportadas	493.775,31	499.448,98	82.015,97	84.899,50	(236.768,24)
Responsabilidade civil geral	5.140.577,29	4.986.029,25	2.566.858,69	1.274.801,72	(477.939,64)
Crédito e caução	277.458,51	294.695,66	102.866,18	91.900,77	(90.749,56)
Proteção jurídica	626.392,59	638.002,79	314.746,46	703.673,40	(60.374,06)
Diversos	113.027,31	114.449,86	-1.026,21	16.185,54	(89.772,96)
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	95.282.686,99	95.487.122,93	72.371.522,28	25.153.893,05	(7.277.990,04)

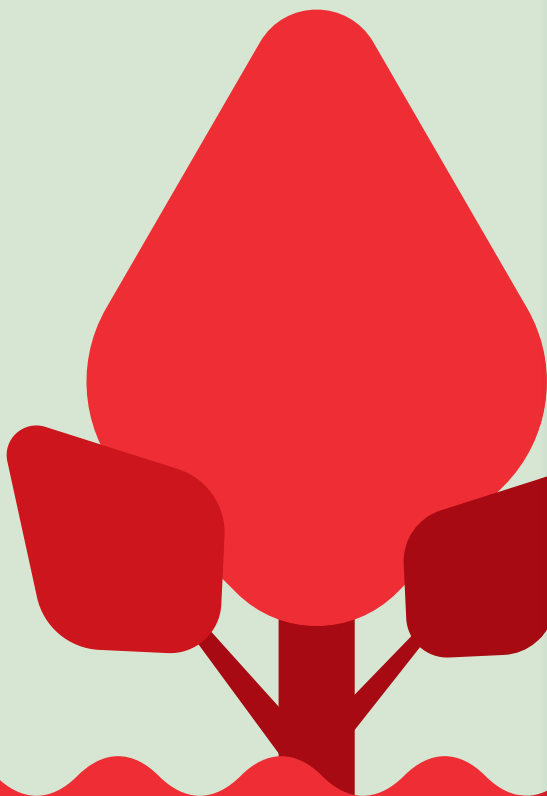
* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4.2. (2016)

Euros

Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
Seguro direto	96.548.926,77	98.963.803,62	73.736.124,58	27.201.335,28	(6.495.494,13)
Acidentes e doença	28.441.211,39	28.459.764,49	26.027.372,49	7.316.969,64	(984.976,39)
Acidentes de trabalho	24.328.176,31	24.457.442,54	24.304.832,75	6.442.817,19	(270.582,14)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2.425.300,59	2.366.784,28	613.786,81	584.600,50	(331.133,58)
Doença	1.687.734,49	1.635.537,67	1.108.752,93	289.551,95	(383.260,67)
Incêndio e outros danos	14.732.950,54	14.924.941,43	7.155.737,35	3.267.723,64	(4.065.767,47)
Automóvel	47.317.413,37	49.635.097,78	36.223.134,48	14.269.941,98	(1.146.502,28)
Responsabilidade civil	28.369.918,03	29.667.363,45	22.192.956,43	7.958.549,44	(429.326,81)
Outras coberturas	18.947.495,34	19.967.734,33	14.030.178,05	6.311.392,54	(717.175,47)
Marítimo e transportes	147.562,87	149.796,78	101.275,41	17.823,63	(32.310,70)
Mercadorias transportadas	413.420,02	418.976,90	142.266,18	87.246,35	(94.757,95)
Responsabilidade civil geral	4.365.990,84	4.190.738,79	3.266.178,31	1.197.651,22	(520.982,91)
Crédito e caução	351.315,19	370.876,77	616.112,10	99.176,13	404.350,65
Proteção jurídica	671.076,29	706.751,65	233.890,88	932.776,54	60.374,06
Diversos	107.986,26	106.859,03	(29.842,62)	12.026,15	(114.921,14)
Resseguro aceite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	96.548.926,77	98.963.803,62	73.736.124,58	27.201.335,28	(6.495.494,13)

* Sem dedução da parte dos resseguradores



5.

Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

MAPFRE aderiu aos princípios de investimento responsável das Nações Unidas

Iniciativa em colaboração com o Pacto Mundial da ONU que tem como objetivo compreender o impacto que as questões ambientais, sociais e governamentais têm sobre os investimentos e dar assessoria aos signatários para que integrem estes temas na sua tomada de decisões.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 206.093.664 euros e um total de capital próprio de 64.419.521 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.325.542 euros, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2017, a carteira de activos financeiros disponíveis para venda totaliza 134.790.246 euros, conforme nota 6 das notas anexas às demonstrações financeiras, representando cerca de 65% do activo.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.4 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.</p> <p>O justo valor para maioria dos activos, que compõem a carteira de activos financeiros disponíveis para venda, é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na nota 6.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de factores como a liquidez, condições económicas e <i>spreads</i> praticados no mercado, entre outros.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros. • Reconciliação da carteira de instrumentos financeiros com as demonstrações financeiras. • Teste à valorização dos activos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade. • Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade. • Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.



Provisão para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2017, a Provisão para sinistros, no valor de 100.246.873 euros, representa cerca de 71% do Passivo à mesma data. Deste montante, 35.451.275 euros são referentes às provisões matemáticas com pensões de acidentes de trabalho, conforme se pode observar da leitura da nota 14 das notas anexas às demonstrações financeiras da Entidade.

(i) Provisão para sinistros – Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho (Outros custos)

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade.</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros. • Realização de testes, para as principais linhas de negócio, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>) na estimativa do valor da provisão para sinistros. • Avaliação da metodologia e dos pressupostos significativos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros. • Realização de uma análise de tendência com o objectivo de identificar inconsistências com períodos anteriores. • Avaliação do trabalho produzido e a objectividade das conclusões obtidas pelo actuário independente contratado pela Entidade, bem como a sua competência profissional. • Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.



(ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho	
<p>O risco</p> <p>A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado com responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e actuariais usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.</p>	<p>A nossa resposta ao risco identificado</p> <p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros. • Realização de testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Entidade na projecção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos, incluindo as taxas de reinvestimento. • Avaliação do trabalho produzido e a objectividade das conclusões obtidas pelo actuário independente contratado pela Entidade, bem como a sua competência profissional. • Revisão da adequação das divulgações da Entidade tendo em conta o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 27 de Março de 2015 para o período remanescente do mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos eleitos na assembleia geral de accionistas realizada em 30 de Março de 2017 para um segundo mandato para o ano de 2017.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 26 de Março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - o Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - o Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - o Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e
 - o Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Lisboa, 26 de Março de 2018

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
 representada por
 Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal preparou o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora durante o exercício de 2017, e presta igualmente parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas e propostas apresentados pela Administração da Mapfre Seguros Gerais, S. A
2. O Conselho Fiscal manteve ao longo do ano um diálogo permanente com a Administração da Sociedade, tendo sido realizadas reuniões periódicas para apreciação da informação financeira trimestral oportunamente facultada, tendo sido obtidas as explicações solicitadas.
3. O contacto com os Auditores Externos / Revisores Oficiais de Contas da KPMG , SROC ocorreu, antes e depois do final do ano de 2017 , tendo os auditores externos dado conta da evolução e das conclusões dos trabalhos de revisão e de auditoria sobre as contas de 2017 da Mapfre Seguros Gerais, S. A. , após o que emitiram a Certificação Legal de Contas sem reservas e sem ênfases. O Conselho Fiscal entende que a responsabilidade pela emissão de uma opinião sobre as contas financeiras da Mapfre Seguros Gerais, S.A cabe à KPMG SROC, S.A. ao emitir a Certificação Legal das Contas, documento essencial para que a ação fiscalizadora do Conselho Fiscal possa ser levada a cabo. Foram solicitados à KPMG e obtidos os documentos que o Conselho Fiscal considerou necessários. O contacto com os Auditores Externos / Revisores Oficiais de Contas da KPMG , SROC ocorreu, antes e depois do final do ano de 2017 , tendo os auditores externos dado conta da evolução e das conclusões dos trabalhos de revisão e de auditoria sobre as contas de 2017 da Mapfre Seguros Gerais, S. A. , após o que emitiram a Certificação Legal de Contas sem reservas e sem ênfases, com data de 26 de Março de 2018.
4. O Conselho Fiscal analisou os relatórios emitidos pela Atuarial, que concluem pela suficiência das Provisões.
5. Neste contexto, o Conselho Fiscal solicitou também à Administração todas as informações e documentos referentes à Companhia, nos diversos aspetos e áreas da sua atividade, tendo obtido todos os esclarecimentos que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.
6. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração descreve o que foi a actividade da Mapfre Seguros Gerais , S.A .durante o exercício de 2017.



7. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Art.º 420.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, abaixo identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas anuais de 2017, a Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados da Mapfre Seguros Gerais, S.A e que o Relatório de Gestão expõe adequadamente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da Mapfre Seguros Gerais, S.A em 2017.

Em conclusão, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017;

b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório de Gestão do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com as normas legais aplicáveis, como segue:

- Que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de -5 325 541,70 euros (prejuízo de 5 milhões trezentos e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e um euros e setenta cêntimos) seja absorvido por incorporação em Reservas Livres, cujo montante em balanço é suficiente para tal.

d) Nos termos do Art.º 455.º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 27 de Março de 2018

Three handwritten signatures in blue ink are present at the bottom of the page. The top signature is a cursive signature that appears to read 'Bento'. Below it, there are two more signatures: one on the left that is partially obscured and another on the right that is more clearly legible as 'Silva'.

Rua Castilho, 52
1250-071 Lisboa
Tel.: 707 10 20 24
mapfre.pt

Relatório e Contas 2017

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

 **MAPFRE** | SEGUROS

